2

relatório de gestão

2.1. Governação 28
2.2. Política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização 34
2.3. Política de remuneração de colaboradores 37
2.4. Análise e indicadores macroeconómicos 38
2.5. Setor agrícola 58
2.6. Atividade desenvolvida em 2024 67
2.7. Gestão de pessoas 70
2.8. Tecnologia 73
2.9. Sustentabilidade 77
2.10. Controlo interno 84
2.11. Indicadores de risco de crédito 100
2.12. Análise financeira 110
2.13. Factos subsequentes 122
2.14. Proposta de aplicação de resultados 123
2.15. Considerações finais 125

2. Relatório de Gestão

2.1. Governação

A CCAMTV e, particularmente, os seus Órgãos Sociais têm como uma das suas prioridades estabelecer uma Governança responsável, assente na existência de mecanismos institucionais, organizacionais, processuais, relacionais e de negócio, tendo em vista uma gestão pautada por elevados padrões de conduta ética, transparentes e rigorosos, de modo a assegurar o bom funcionamento da Instituição, bem como das várias unidades orgânicas que integram as diversas linhas de defesa da Instituição.

O capital social da CCAMTV é integralmente detido e subscrito pelos seus associados, seguindo de perto os princípios gerais do cooperativismo.

Governo da Cooperativa

A CCAMTV encontra-se estruturada à luz do modelo latino reforçado, constituído por um Conselho de Administração (formado por quatro membros efetivos, incluindo presidente e três vogais, e um membro suplente), um Conselho Fiscal (constituído por três membros efetivos, incluindo presidente e dois vogais, e dois suplentes) e um Revisor Oficial de Contas. Os membros dos Órgãos Sociais e da Mesa da Assembleia Geral (composta por três membros efetivos, presidente, vice-presidente e secretário) são eleitos pela Assembleia Geral.

Acresce ainda que todos os mandatos têm duração trienal e não está formalmente constituída uma Comissão Executiva com poderes delegados pelo Conselho de Administração.

De igual modo, não está instituída uma Comissão de Remunerações, sendo a Política de Remunerações aprovada pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração e supervisionada pelo Conselho Fiscal.

Assembleia Geral

É composta por todos os associados da Instituição e delibera sobre matérias que lhe sejam especificamente atribuídas por Lei, por Regulamentos ou pelos Estatutos, aí se inserindo a eleição dos Órgãos Sociais, incluindo o Revisor Oficial de Contas, a apreciação e votação da proposta de plano de atividades e de orçamento da CCAMTV para o exercício seguinte, bem como a apreciação e votação anual do relatório de gestão e documentos de prestação de contas, além da proposta de aplicação de resultados do exercício anterior, e a apreciação do parecer do Conselho Fiscal. À Assembleia Geral cabe apreciar a certificação legal de contas, fixar a remuneração dos titulares dos Órgãos Sociais da CCAMTV, deliberar a alteração dos Estatutos, bem como aprovar e alterar alguns regulamentos internos que careçam de apreciação e aprovação deste órgão, além de proceder à apreciação geral da atividade empreendida pelos órgãos de administração e de fiscalização da CCAMTV.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, por um mandato de três anos, podendo ser renovado por duas vezes, num período máximo agregado de nove anos.

Ao Revisor Oficial de Contas compete o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legais de contas, nos termos previstos na lei, bem como à revisão semestral obrigatória do cálculo das imparidades. A atuação do Revisor Oficial de Contas assenta na realização da revisão legal das contas e fiscalização da atividade desenvolvida pela Instituição. O Órgão Social em apreço também poderá proceder à revisão de determinados atos ou factos com relevo patrimonial.

Conselho de Administração

É o órgão responsável pela gestão da Instituição, assegurando o desenvolvimento do seu objeto social, com a consequente prossecução da atividade bancária e seguradora.

O Conselho de Administração reúne-se duas vezes por semana e as deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros. Estes são dotados de formação superior e experiência em várias áreas técnicas, com valências nos setores jurídico, financeiro, operacional, além da investigação agrária e veterinária. Aliam-se, assim, os conhecimentos científico e empírico, refletindo a tradição de gestão da Caixa Agrícola de Torres Vedras.

O Conselho de Administração administra e representa a CCAMTV, define a estratégia comercial e de negócio, assim como as orientações que a concretizam, monitoriza e supervisiona a gestão e a execução dos objetivos estratégicos da Instituição, no âmbito dos poderes delegados, organiza, implementa e supervisiona os sistemas de controlo interno, de gestão de risco, auditoria interna e conformidade adequados e eficazes. O órgão de administração também organiza, implementa e supervisiona um sistema de verificação do cumprimento das regras legais, regulamentares e de boas práticas a que estão sujeitos a Instituição, os membros dos Órgãos Sociais e os seus colaboradores, define as regras para identificar e prevenir conflitos de interesses, estruturar um sistema interno de produção e troca de informações entre os Órgãos Sociais, no âmbito das suas competências, e entre estes e os responsáveis pelos setores de atividade e sistemas de controlo interno.

Ao Conselho de Administração cabe representar a CCAMTV, quer na celebração de negócios ou atos, quer na representação institucional, contratar os trabalhadores da Instituição, estabelecendo as respetivas condições contratuais, e exercer em relação aos mesmos o correspondente poder diretivo e disciplinar.

Além disso, o Órgão Social em apreço adota as medidas necessárias à garantia da solvabilidade e liquidez da CCAMTV, delibera sobre as operações de crédito da Instituição nos termos previstos na respetiva regulamentação interna, fiscaliza a aplicação dos capitais mutuados e promove a cobrança coerciva dos créditos da Instituição, vencidos e não pagos.

Por fim, o Conselho de Administração elabora, para apreciação do Conselho Fiscal e votação pela Assembleia Geral, uma proposta de plano de atividades e de orçamento para o exercício seguinte e, igualmente para apreciação do Conselho Fiscal e votação pela Assembleia Geral, uma proposta do relatório de gestão, das contas e de aplicação de resultados do exercício.

Conselho Fiscal

É um órgão colegial que reúne com periodicidade e exerce as respetivas funções que dimanam do Código Cooperativo, do Código das Sociedades Comerciais, dos Estatutos da Instituição, entre outros diplomas. O Conselho Fiscal fiscaliza a atividade da CCAMTV, acompanha assiduamente a ação do Conselho de Administração e dos respetivos membros, colaborando quando para tanto for solicitado, examina, sempre que o julgue conveniente, a escrita e documentação da Instituição, verificando a existência de valores de qualquer natureza, além de emitir pareceres sobre o relatório e contas e a proposta de aplicação de resultados da CCAMTV, sobre a proposta de plano de atividades e orçamento e sobre regulamentos, políticas e normas internas. Além disso,

compete-lhe zelar pela correta aplicação das regras legais e estatutárias e das deliberações da Assembleia Geral e de todas as regras especiais aplicáveis ao setor bancário e, em particular, fiscalizar a eficácia do funcionamento dos sistemas de controlo interno, de riscos e auditoria interna e a sua conformidade com as regras aplicáveis. O órgão de fiscalização orienta o Conselho de Administração sobre a apetência para o risco e as estratégias de risco gerais, atuais e futuras, da Instituição, além de auxiliar o Conselho de Administração na supervisão da execução da estratégia de risco da CCAMTV.

Comité de Crédito

É um órgão colegial, não social, de apoio ao Conselho de Administração, que reúne semanalmente e que emite, no essencial, um Parecer de Crédito no âmbito do procedimento de concessão de crédito, sendo composto por membros de várias áreas funcionais, como o Gabinete de Gestão de Riscos, o Gabinete de Conformidade, o Gabinete de Análise e *Reporting*, e o Departamento Financeiro.

Direção de Topo

A Direção de Topo, também de funcionamento intermitente, à semelhança do Comité referido anteriormente, é composta por colaboradores com conhecimento suficiente da exposição da Instituição aos diversos riscos relacionados com a atividade prosseguida. Os seus membros apresentam relevos hierárquico e organizacional suficientemente elevados para influenciarem decisões que afetem a exposição aos diversos riscos assumidos pela CCAMTV.

Procedimentos de Seleção, Avaliação e Sucessão

Uma das políticas internas da CCAMTV é a Política de Seleção, Avaliação de Adequação e Sucessão dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Titulares de Funções Essenciais. Esta política versa sobre a identificação e seleção das pessoas que reúnem os critérios de avaliação, cumprindo as exigências atuais em matéria de governança, definidos como principais – a idoneidade, a qualificação técnica e a experiência, a independência, a disponibilidade e a diversidade –, as quais poderão integrar o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal ou a Assembleia Geral.

A referida política contempla ainda um processo de avaliação, composto por regras gerais que disciplinam a avaliação inicial, individual e coletiva, assim como a avaliação subsequente.

Por fim, também estabelece a avaliação de adequação dos Titulares de Funções Essenciais, além da reavaliação, pelo que se infere que corresponde a um importante

instrumento normativo que condensa os dois pilares essenciais: a seleção e avaliação dos membros dos Órgãos Sociais e dos titulares de funções essenciais.

Contexto normativo

A atividade bancária é a área mais regulada e supervisionada das várias atividades económicas desenvolvidas numa economia de mercado livre, como é o mercado único europeu, existindo uma profusão de fontes de Direito, cada vez mais complexas e numerosas, que suscitam novas e crescentes preocupações em assegurar a conformidade regulatória.

A CCAMTV desenvolveu e cumpre vários esforços, no sentido de dispor de um vasto conjunto de Políticas, Normas Internas, Regulamentos e Código de Conduta, o que revela o seu compromisso com os associados, os supervisores setoriais, os parceiros e as partes interessadas.

Em 2024, os membros dos Órgãos Sociais e os colaboradores receberam uma formação diversificada, que compreendeu áreas relevantes e abrangentes como a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, a gestão dos riscos, entre outras que se poderiam apontar.

Acresce ainda que os membros dos Órgãos Sociais e os colaboradores têm conhecimento das Políticas, Normas Internas, Regulamento e do Código de Conduta em vigor, bem como das decorrentes alterações.

Aprofundamento da cultura de Conformidade e Risco

O ano de 2024 ficou marcado por uma profunda transformação interna que traduz o reforço da cultura organizacional e de conformidade

O ano de 2024 ficou marcado por uma profunda transformação interna que traduz o reforço da cultura organizacional e de conformidade, tendo em vista a diminuição do risco de conformidade e a manutenção num nível baixo de perfil de risco global.

Neste contexto, em 2024, e pela primeira vez, foram elaboradas e aprovadas a Política de Proteção de Denunciantes, a Política de Procedimento de Proteção de Denunciantes, a Política Global de Risco, a Política de Gestão de Risco Operacional, a Política de Seleção de Peritos Avaliadores de Imóveis e Outras Garantias, assim como a Política de Formação em Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

Estes normativos visam contribuir para que a CCAMTV ocupe uma posição de vanguarda no âmbito da banca cooperativa, consolidando procedimentos e condutas conformes às melhores práticas do mercado bancário, quer ao nível da

Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, quer no plano dos riscos normativos.

Além das referidas Políticas aprovadas, outras foram objeto de modificação durante o ano de 2024, nomeadamente a Política de Proteção de Dados e Privacidade, a Política de Participação de Irregularidades, a Política de Prevenção de Conflitos de Interesses e Transações com partes Relacionadas, a Política de Subcontratação, a Política de *Cookies*, a Política de Gestão de Risco de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e a Política de Receção, Registo e Tratamento de Reclamações.

A par das alterações às referidas Políticas, as Normas internas da CCAMTV foram atualizadas, registando-se quase uma dezena de alterações.

Já quanto aos Regulamentos da Instituição, realizaram-se alterações dos Regulamentos da Função de Gestão de Riscos, da Função de Conformidade, do Comité de Crédito, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Foram igualmente objeto de atualização o Manual de Estrutura Orgânica, o Manual de Governo e Controlo Interno, assim como o Organograma.

Por fim, no âmbito da alteração e adaptação do quadro normativo interno às alterações legislativas e regulamentares registadas em 2024, e até em anos anteriores, adquire particular relevo a atualização do Código de Conduta, bem como a implementação efetiva e integral do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, além da incorporação do Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações.

Alteração dos processos associados

As alterações resultantes das Políticas e Normas Internas anteriormente referenciadas ditaram uma atualização relevante em matéria de processos relacionados com a Função de Gestão de Riscos e a Função de Conformidade, destacando-se os seguintes:

- **Canal de denúncias de infrações:** introdução de um canal de denúncias de infração, livremente acessível interna e externamente, a operar através do sítio institucional na *Internet*;

- **Canal de denúncias de corrupção:** introdução de um canal de denúncias de corrupção, livremente acessível interna e externamente, a funcionar através do sítio institucional na *Internet*;

- **Introdução de um novo procedimento** atinente a aferir a independência e integridade dos peritos avaliadores, no contexto das avaliações de imóveis e outras garantias reais;

- **Criação de um sistema de *homebanking*** para as Pessoas Coletivas, assegurando que a movimentação das contas siga as mesmas regras definidas nos documentos de abertura, reforçando a segurança e a conformidade do processo;

- **Adesão às transferências imediatas**, processo iniciado em 2024 e concluído no início de 2025;

- **Reforço da sensibilização das Agências para os riscos**, no âmbito da prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, tendo ocorrido duas sessões com os Coordenadores de Agência e duas sessões com os Caixas;

- **Atualização dos dados dos titulares** de cerca de 1/3 das contas de depósito à ordem da Instituição, no âmbito do processo de migração da base de dados de contas do atual para o novo sistema informático.

2.2. Política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização

Nos termos da lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos titulares dos Órgãos Sociais da CCAMTV é da competência exclusiva da Assembleia Geral, não sendo exequível nem apropriada a existência de uma comissão de remunerações face à pequena dimensão, à natureza cooperativa e à complexidade diminuta da atividade da Instituição.

A aprovação e avaliação da Política de Remunerações dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização é igualmente da competência da Assembleia Geral.

No caso da CCAMTV, a remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, incluindo a dos membros dos seus Órgãos de Administração e de Fiscalização, a vigorar no ano de 2024, foi fixada na reunião da Assembleia Geral de 29 de dezembro de 2023, sendo revista com uma periodicidade anual.

Em caso de destituição por justa causa, não se prevê qualquer indemnização, nem quaisquer benefícios discricionários de pensão.

Nenhum titular dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da CCAMTV recebe uma remuneração variável.

Considerando a natureza e dimensão da Caixa, a inexistência de remuneração variável, o valor das remunerações pagas aos membros dos Órgãos de Administração

e de Fiscalização e o facto de não ser uma sociedade anónima e lhe ser impossível pagar qualquer remuneração sobre a forma de ações ou instrumentos financeiros, nos termos do n.º 3 do artigo 115.º-E do RGICSF, não é diferido o pagamento de qualquer parte da remuneração.

A Política de Remuneração é propícia ao alinhamento dos interesses dos membros do Órgão de Administração com os interesses a longo prazo da CCAMTV e igualmente consentânea com o desincentivo de uma assunção excessiva de riscos, na medida em que preconiza a atribuição de uma remuneração de valor moderado, sem componente variável, compatível com as tradições e com a natureza específica desta CCAM e das Caixas Agrícolas em geral.

Tendo em conta a natureza cooperativa da Caixa Agrícola, o desempenho dos titulares dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é, em primeira linha, avaliado pelos associados em sede de Assembleia Geral, sobretudo em sede de eleições para os Órgãos Sociais, não podendo estes manter-se em funções contra a vontade dos associados. Uma avaliação que reflete não só o desempenho económico da Caixa, como também outros critérios diretamente relacionados com a referida natureza cooperativa, incluindo a qualidade da relação estabelecida entre a Administração e os associados e da informação que lhes é prestada sobre o andamento dos negócios sociais.

A CCAMTV não celebrou com os membros do Conselho de Administração qualquer contrato que lhes confira direito a compensações ou indemnizações em caso de destituição, incluindo pagamentos relacionados com a duração de um período de pré-aviso ou cláusula de não concorrência, pelo que o direito a tais compensações ou indemnizações se rege exclusivamente pelas normas legais aplicáveis. Acresce que não vigora na CCAM qualquer regime especial relativo a pagamentos relacionados com a cessação antecipada de funções, pelo que é igualmente inaplicável o n.º 11 do artigo 115.º-E do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF).

A CCAMTV não se encontra em relação de grupo com qualquer sociedade, pelo que os membros do Conselho de Administração não auferiram, nem poderiam auferir, qualquer remuneração paga por sociedades em relação de domínio ou de grupo.

Não existem outros benefícios não pecuniários que possam ser considerados como remuneração.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal podem ser dispensados pela Assembleia Geral da prestação de caução, nos termos previstos

no n.º 3 do artigo 396.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e 16.º n.º 3 dos Estatutos da CCAMTV.

A CCAMTV pode contratar um seguro Directors & Officers (D&O), de acordo com as práticas do mercado.

Seguidamente, apresentamos o quadro das remunerações auferidas pelos Órgãos de Administração, Fiscalização e Revisor Oficial de Contas:

Valores em euros

Vencimentos e Salários	**2024**	2023	2022
Conselho de Administração			
Presidente	**171 783,53**	154 374,83	79 360,41
Dois membros executivos	**229 582,60**	198 331,38	288 663,25
Um membro não executivo	**44 868,60**	41 340,00	79 665,00
Um suplente		35 510,00	
Total	**446 234,73**	**429 556,20**	**447 678,66**
Conselho Fiscal			
Presidente	**21 000,00**	12 000,00	12 000,00
Dois membros vogais	**42 000,00**	24 000,00	40 000,00
Total	**63 000,00**	**36 000,00**	**52 000,00**
Revisor Oficial de Contas – de acordo com o artigo 66.º do CSC			
Revisão legal das contas	**37 000,00**	28 500,00	28 500,00
Outros serviços de garantia e fiabilidade	**9 750,00**	6 800,00	6 800,00
Total	**46 750,00**	**35 300,00**	**35 300,00**

Nota: Em virtude de terem ocorrido alterações do número de membros e/ou composição dos Órgãos Sociais, torna-se difícil realizar uma análise comparativa direta das remunerações auferidas nos anos de 2022, 2023 e 2024, pelo que não é possível mensurar e extrair ilações sobre o aumento, a manutenção ou a diminuição das remunerações.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração consiste numa contrapartida de montante fixo mensal, não existindo qualquer tipo de remuneração por atribuição de títulos de capital. Não são igualmente atribuídos direitos em matéria de complementos de reforma e de sobrevivência, em função do exercício das funções de Administrador, nem existem quaisquer outras prestações pecuniárias que possam ser associadas a remuneração, direta ou indiretamente.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal consiste numa remuneração fixa mensal, sem quaisquer outros complementos ou prestações pecuniárias. Esta remuneração não tem qualquer componente associada ao desempenho individual ou coletivo.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é a fixada contratualmente, de acordo com as práticas de mercado, verificadas no âmbito do respetivo processo de seleção, previsto no artigo 3.º, n.º 3, alínea f) do Regime Jurídico da Supervisão e Auditoria (RJSA), aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

2.3. Política de remuneração de colaboradores

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Torres Vedras, C.R.L., definindo um marco de referência para a gestão das remunerações dos seus colaboradores, desenvolveu e estabeleceu uma Política de Remuneração que, no essencial, está alinhada com as exigências do direito português aplicáveis à Instituição.

A CCAMTV desenvolveu uma Política de Remuneração dos seus colaboradores alinhada com as exigências do direito português

A referida Política é aplicável a todos os colaboradores da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Torres Vedras, C.R.L. Contudo, tendo em consideração as especificidades das funções exercidas por determinados colaboradores e a existência de regulamentação específica, podem ser previstas, em separado, políticas específicas aplicáveis a determinadas funções.

A Política tem em consideração, designadamente, as orientações emitidas pela Autoridade Bancária Europeia (EBA, na sigla inglesa) relativas a políticas de remuneração sãs (EBA/GL/2015/22) e as recentes exigências normativas em matérias estruturantes, como as da cultura organizacional, governo interno, sistema de controlo interno e práticas remuneratórias, previstas no Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal (doravante o Aviso n.º 3/2020).

O Aviso n.º 3/2020 estabelece normas complementares às constantes do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), e que são fundamentais para a implementação de práticas remuneratórias pelas entidades supervisionadas pelo Banco de Portugal.

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 93.º e no n.º 1 do artigo 120.º do RGICSF, o Banco de Portugal, no uso da competência que lhe foi conferida pelo artigo 17.º da sua Lei Orgânica, estabeleceu que sobre a base do referido anteriormente, as entidades financeiras devem cumprir uma série de princípios ao definir e aplicar a Política de Remuneração, nomeadamente através das normas descritas nos artigos 115.ºC, 115.ºD, 115.ºE, 115.ºF, 115.ºG e 115.ºH, aplicadas, com as devidas adaptações, pela remissão do artigo 196.º, n.º 1 todos no RGICSF.

Devem ser tidas também em conta, designadamente, as disposições relativas às práticas remuneratórias constantes do Aviso n.º 3/2020, do DL 74A/2017 e do Aviso n.º 5/2017.

As remunerações anuais das funções essenciais integrantes do Sistema de Controlo Interno da Instituição, apresentam-se abaixo:

Valores em euros

Funções essenciais	2024	2023	2022
Remunerações fixas			
Auditoria Interna	**70 866**	49 268	35 754
Gestão de Riscos	**76 592**	52 589	33 338
Conformidade	**77 226**	44 452	26 595
Total	**224 684**	**146 309**	**95 687**

2.4. Análise e indicadores macroeconómicos

2.4.1. Análise externa

Este capítulo analisa o cenário económico global atual, abrangendo o crescimento económico, a inflação, as políticas dos bancos centrais e outros fatores relevantes para a economia nacional e internacional. A análise apresenta também o enquadramento macroeconómico de Portugal, com especial enfoque nas tendências e projeções para os próximos anos. Além disso, aborda o Programa de Estabilidade 2024-2028, com vista à compreensão concreta da estratégia orçamental e dos objetivos de médio prazo associados.

Enquadramento internacional global

60%
Crescimento global alavancado nas exportações asiáticas

No contexto económico global, no ano de 2024, as projeções indicam que o **crescimento do PIB estabilizou nos 3,2%** devido, principalmente, aos efeitos de transmissão à economia real da política monetária contracionista nas principais economias, no contexto de um aumento de tensões entre os grandes blocos comerciais e da incerteza política. Para 2025 e 2026, tanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) preveem uma **taxa de crescimento do PIB global de 3,3%.**

As estimativas indicam que o maior contributo para este crescimento em 2024, de cerca de 60%, tenha vindo da Ásia, suportado por um aumento das

exportações das economias mais desenvolvidas da região, bem como pelo aumento do consumo privado e do investimento nos países emergentes nesta área do globo.

O crescimento da economia chinesa desacelerou após o primeiro trimestre de 2024, em resultado do ajustamento do setor imobiliário que continua a afetar o consumo e o investimento privados. Estima-se que o crescimento do PIB da China abrande de 4,8% esperados em 2024 (meta anual estabelecida) para 4,6% em 2025 e 4,5% em 2026.

Os Estados Unidos da América mantêm um crescimento robusto de 2,8% com uma previsão de crescimento de 2,7% em 2025, valor semelhante ao registado no terceiro trimestre de 2024, refletindo um forte crescimento do consumo. Contudo, espera-se que o crescimento abrande para 2,1% em 2026.

Na Zona Euro, prevê-se que o **crescimento recupere, embora a um ritmo mais lento do que nas demais economias avançadas.** Para 2024, estima-se um crescimento de 0,9%, seguindo-se uma taxa de 1,5% em 2025 e de 1,4% em 2026, de acordo com as projeções do FMI, no *World Economic Outlook* de janeiro de 2025. A estagnação da economia alemã tem penalizado o crescimento económico, refletindo a perda de relevância do setor industrial alemão no contexto internacional e a sua reorientação para o mercado chinês, como se verifica na indústria automóvel. O estímulo ao crescimento resulta do aumento da procura interna, decorrente do crescimento salarial, e de um maior investimento resultante da flexibilização das condições de financiamento. Este cenário decorre de uma redução gradual do impacto da política monetária, num contexto de controlo da inflação no limiar dos 2%.

0,9%
Sinais de recuperação económica na Zona Euro em 2024

No Reino Unido, a economia registou uma recuperação surpreendentemente robusta no primeiro semestre de 2024, impulsionada pela procura interna, prevendo-se um crescimento de 1,6% em 2025 e de 1,5% em 2026.

No que diz respeito à inflação, o **FMI estima uma taxa global de 5,8% em 2024**, com 2,2% nas economias desenvolvidas e 7% nas economias emergentes e em desenvolvimento. Prevê-se ainda uma redução progressiva da inflação global até atingir o objetivo de 2%.

Redução progressiva da inflação para o objetivo, mas bancos centrais ainda cautelosos

Simultaneamente, apesar da projeção de redução da inflação, **vários bancos centrais continuam cautelosos** quanto à redução das taxas de juro, devido a riscos externos de potencial de retoma da inflação. Este risco pode ser parcialmente impulsionado por uma guerra comercial e pelo aumento de tarifas sobre o comércio externo, o que, por si só, pode provocar a antecipação de compra de bens e pressionar os preços.

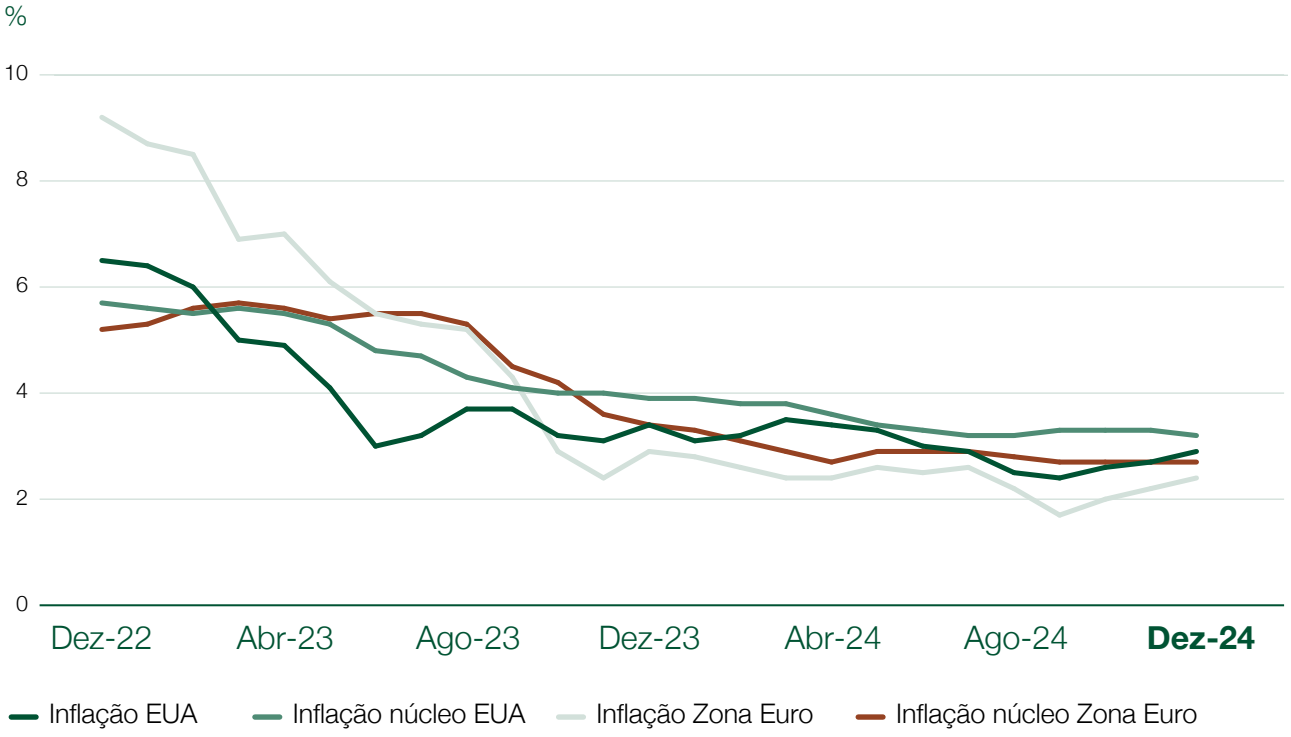
Projeções do FMI para 2025–2026

Variação % anual

Crescimento PIB Real	2023	**2024**	2025 P	2026 P
Mundo	3,3%	**3,2%**	3,3%	3,3%
Economias avançadas	1,7%	**1,7%**	1,9%	1,8%
EUA	2,9%	**2,8%**	2,7%	2,1%
Zona Euro	0,4%	**0,8%**	1,0%	1,4%
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,4%	**4,2%**	4,2%	4,3%
China	5,2%	**4,8%**	4,6%	4,5%

Fonte: Fundo Monetário Internacional

Figura 1 **Inflação homóloga nos EUA e Zona Euro**



Fonte: *Trading Economics*

Enquadramento internacional – Zona Euro

Política monetária

A projeção para a política monetária na Zona Euro foi atualizada no comunicado do BCE emitido em 30 de janeiro de 2025, no qual se destacam os principais pontos de referência nos dados trimestrais:

- A economia da Zona Euro estagnou no quarto trimestre de 2024 e deverá manter-se neste ritmo no curto prazo, após ter crescido 0,4% no terceiro trimestre e 0,2% no segundo trimestre. A contração contínua da produção industrial não foi compensada pela expansão que se verifica no setor dos serviços;

- O mercado de trabalho mantém-se robusto, apesar de algum abrandamento no crescimento do emprego. A taxa de desemprego manteve-se praticamente inalterada (6,3% em dezembro de 2024). Apesar da solidez do mercado de trabalho e do incremento dos rendimentos reais, a confiança dos consumidores ainda não se reflete no aumento de decisões de consumo que estimulem a procura interna. A transmissão da redução das taxas de juro à economia, a prazo, deverá induzir a expansão do consumo e do investimento;

- De acordo com a estimativa provisória do Eurostat, a inflação anual da Zona Euro atingiu 2,4% em dezembro, face a 2,2% em novembro, aproximando-se da meta de 2% fixada pelo BCE.

BCE reduz taxas de juro face às projeções para a inflação

O BCE decidiu reduzir, uma vez mais, a taxa de juro aplicável à facilidade permanente de depósito em 25 pontos base (p.b.) para 2,75%, em janeiro de 2025, tendo em conta as perspetivas de inflação, a dinâmica da inflação subjacente e a força da transmissão da política monetária. O Conselho do BCE está determinado a assegurar o retorno atempado da inflação ao seu objetivo de médio prazo de 2%. As taxas de juro diretoras têm sido reduzidas sucessivamente devido à menor pressão inflacionista e à tendência verificada em linha com a meta dos 2%. Esta redução de taxas trará um impacto positivo no crescimento, por via do aliviar da política monetária restritiva, incentivando o consumo e o investimento.

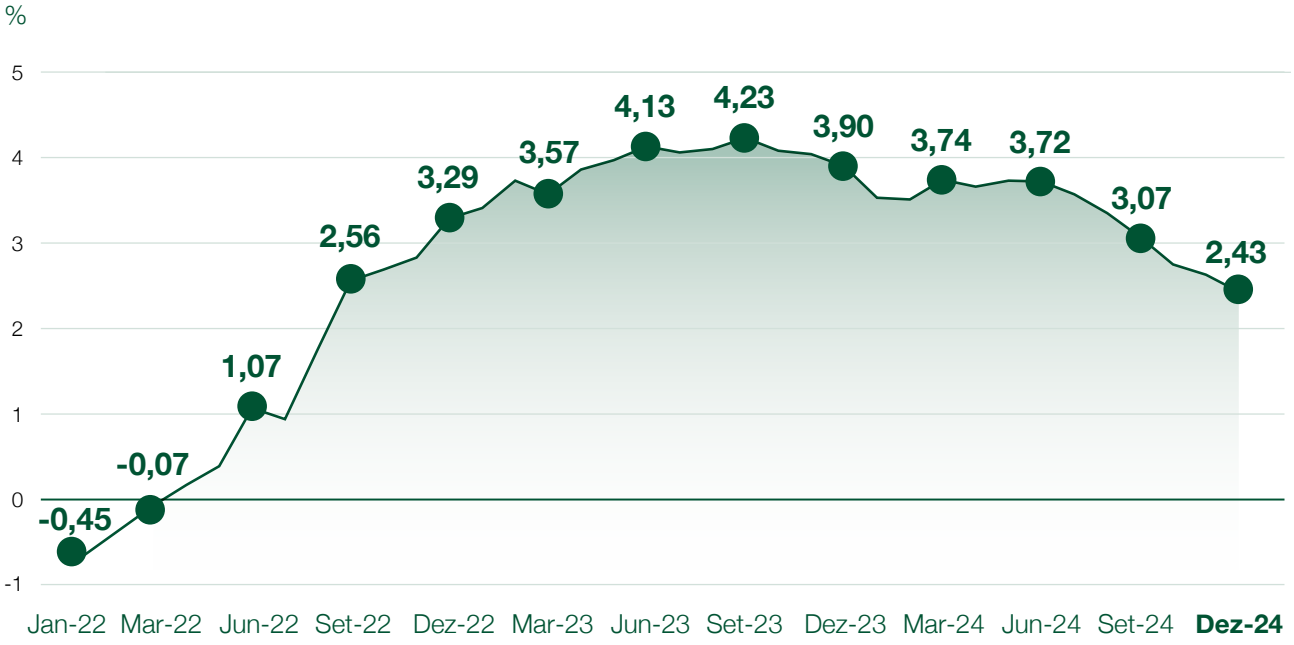
Esta postura de política monetária menos restritiva pode ajudar a reduzir os riscos de repercussões negativas no crescimento, mas uma política monetária mais expansiva nem sempre é benéfica ou suficiente. Veja-se o exemplo da Alemanha, que enfrenta atualmente um processo de recuperação mais demorado e que não será resolvido apenas com uma redução de taxas de juro. O seu modelo de negócio baseia-se no crescimento impulsionado pelas exportações, com foco no segmento de ponta dos setores tradicionais da indústria transformadora, que estão a ser desafiados por concorrentes mais eficientes, os quais estão a conquistar quota nos principais mercados.

Mercados financeiros

2,43%
Taxa Euribor a 12 meses

Verifica-se uma tendência geral de redução das taxas Euribor. Em 30 de dezembro de 2024, a taxa Euribor a 12 meses fixava-se em 2,43%. Esta tendência é visível desde o início do ano, dado que no final de novembro de 2023 esta taxa estava acima de 4%. Pode-se inferir que o mercado antecipa uma continuação da redução das taxas diretoras por parte do BCE.

Figura 2 **Taxa Euribor 12 meses (final de período)**



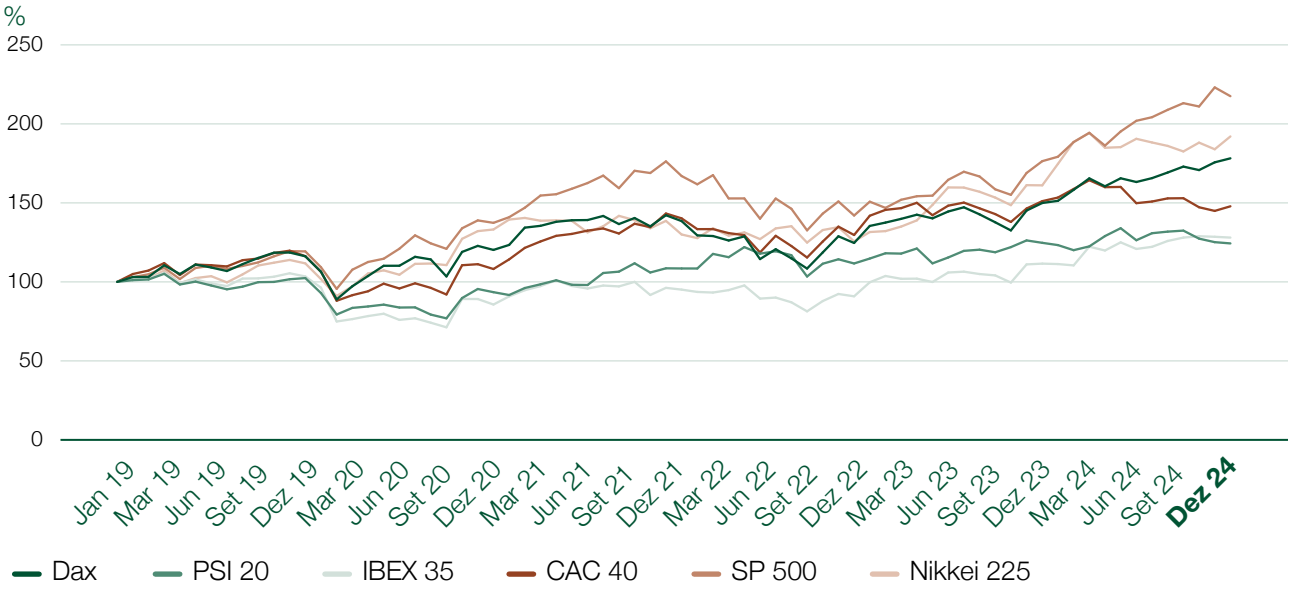
Fonte: *Euribor rates*

Índices Acionistas

No que diz respeito ao mercado bolsista, a maioria dos índices registou uma *performance* positiva em 2024, adaptando-se ao que se considera um retorno a condições mais "normais" e a novos recordes elevados, impulsionados pela tendência de descida da inflação e pela decisão de redução das taxas de juro. Além disso, alguma exuberância à volta de inovações tecnológicas, como a inteligência artificial e os semicondutores, tem levado os investidores a procurar exposição a estes ativos, com reflexo na subida exponencial dos preços dos ativos ao longo de 2024.

O índice norte-americano S&P 500, o Nikkei 225, o DAX e o índice português PSI-20 apresentaram uma tendência semelhante e valorizaram em 21,4%, 9,9%, 17,8% e 0,9%, respetivamente, entre janeiro e dezembro de 2024. No entanto, o índice francês CAC 40 apresentou uma descida de 3,6% face ao início do ano.

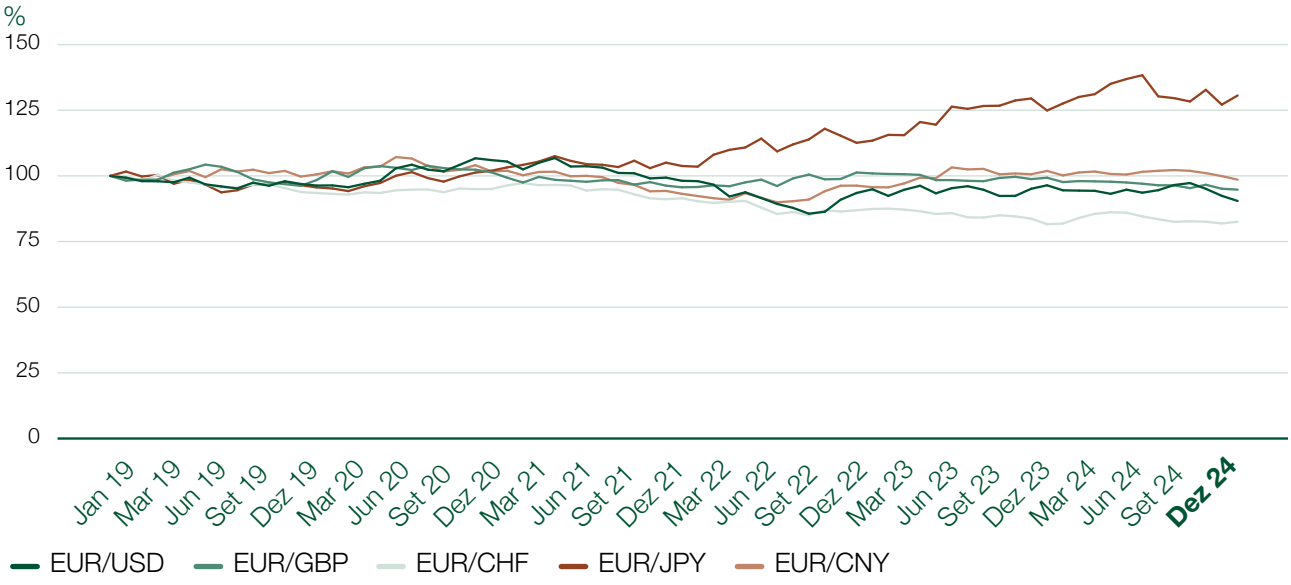
Figura 3 **Índices Acionistas (base janeiro 2019)**



Mercados Monetários – Taxas de Câmbio

No mercado cambial, nos últimos seis meses de 2024, observou-se uma depreciação do euro face ao iene (-5,6%), ao yuan (-2,9%), ao dólar norte-americano (-3,4%), à libra (-2,3%) e ao franco suíço (-2,4%). Este efeito de depreciação, principalmente do euro face ao dólar norte-americano, poderá ser acentuado caso o diferencial de taxas de juro entre as duas economias se acentue no cenário de manutenção de taxas nos EUA e de contínua redução das taxas na Zona Euro.

Figura 4 **Taxas de Câmbio (base janeiro 2019)**



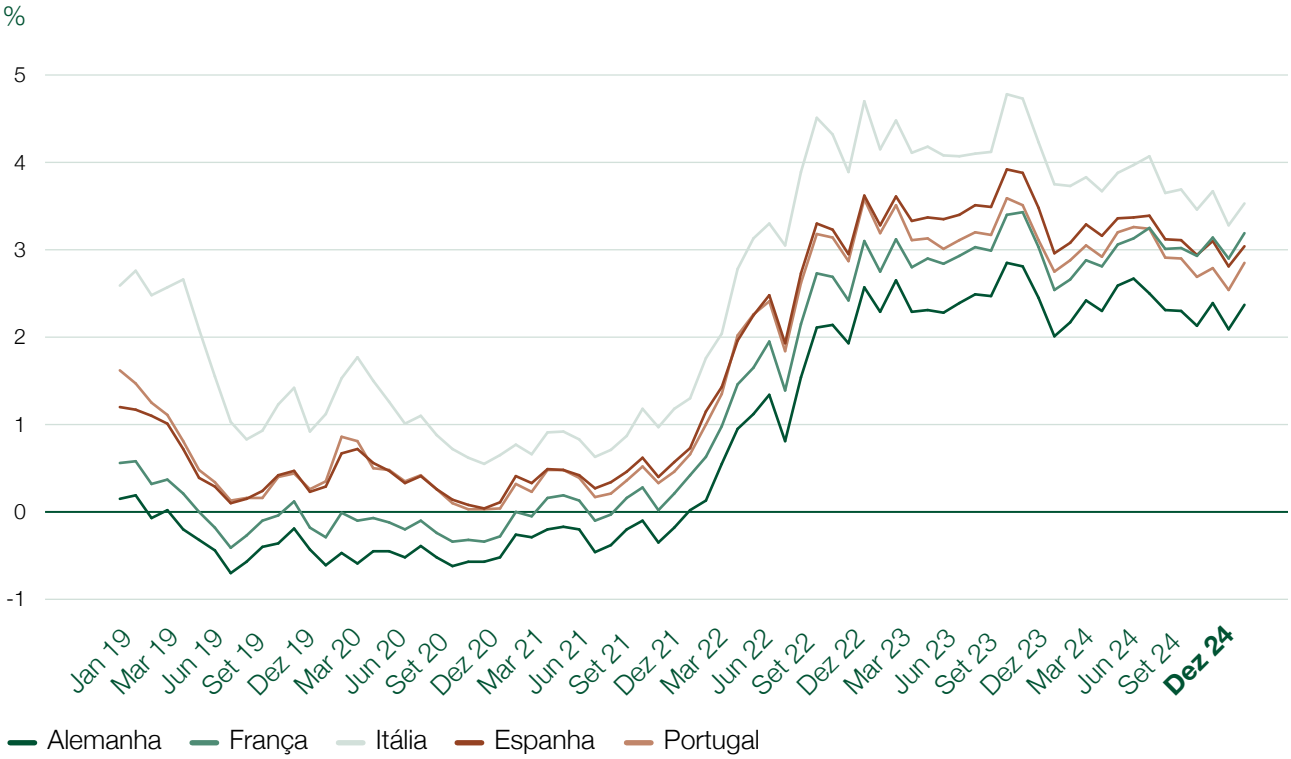
Mercado Obrigacionista

Devido à redução das taxas de juro pelos bancos centrais, em resposta à desaceleração do crescimento económico e ao controlo da inflação, o mercado de obrigações registou uma diminuição das taxas na segunda metade de 2024, ou seja, uma redução do risco. Este ambiente favoreceu a confiança e contribuiu para uma evolução positiva dos mercados obrigacionistas.

Na Zona Euro, a *yield* das obrigações de dívida pública alemã ("Bunds") a 10 anos, era de 2,37% em dezembro de 2024, evidenciando um aumento de 20 p.b. face a janeiro de 2024, quando se situava em 2,17%. Por outro lado, a *yield* da dívida de Itália a 10 anos desceu 20 p.b., para 3,53%, apresentando uma diferença de 116 p.b. entre os rendimentos italianos e alemães.

Verificou-se também que, na mesma data, Portugal apresentou um risco relativo menor, com uma taxa de 2,85%, em comparação com outras economias europeias, como a França (3,19%) e a Espanha (3,04%). Destaca-se também a redução do *spread* entre a dívida pública portuguesa e a dívida pública alemã, o qual atingiu o seu valor mais baixo desde, pelo menos, janeiro de 2019, quando era de 1,46 pontos percentuais (p.p.). Em dezembro de 2024, o *spread* situava-se em 0,48 p.p., mantendo-se consistentemente abaixo de 0,50 p.p. desde setembro de 2024. Este comportamento reflete o robusto crescimento da economia portuguesa no contexto europeu e o fortalecimento dos seus indicadores, por via dos excedentes orçamentais e da redução da dívida pública.

Figura 5 ***Yield* de Obrigações de Dívida Pública a 10 anos**



2.4.2. Cenário económico em Portugal

Redução da inflação e PRR reduz impacto do abrandamento económico

A economia portuguesa apresentou uma **desaceleração da atividade em 2024, prevendo-se um crescimento de 1,7%, que compara com 2,5% em 2023.** A redução do crescimento deveu-se, sobretudo, à diminuição do investimento, que registou uma variação de 0,5% em 2024 comparativamente ao crescimento de 3,6% em 2023. Esta desaceleração do investimento foi induzida pela subida das taxas de juro e pela sua transmissão à economia. Em contrapartida, o consumo privado e o consumo público registaram um crescimento superior ao observado em 2023, com aumentos de 3,0% e 1,1%, respetivamente.

O **Plano de Recuperação e Resiliência** deverá desempenhar um papel importante no estímulo ao crescimento económico, principalmente através do aumento do investimento. Este Plano ajudará a mitigar o impacto negativo do aumento das taxas de juro e de outros custos. Portugal já recebeu as cinco primeiras tranches, totalizando 11 mil milhões de euros, o que corresponde a 51% da dotação prevista. O Banco de Portugal estima que a formação bruta de capital fixo tenha crescido 0,5% em 2024.

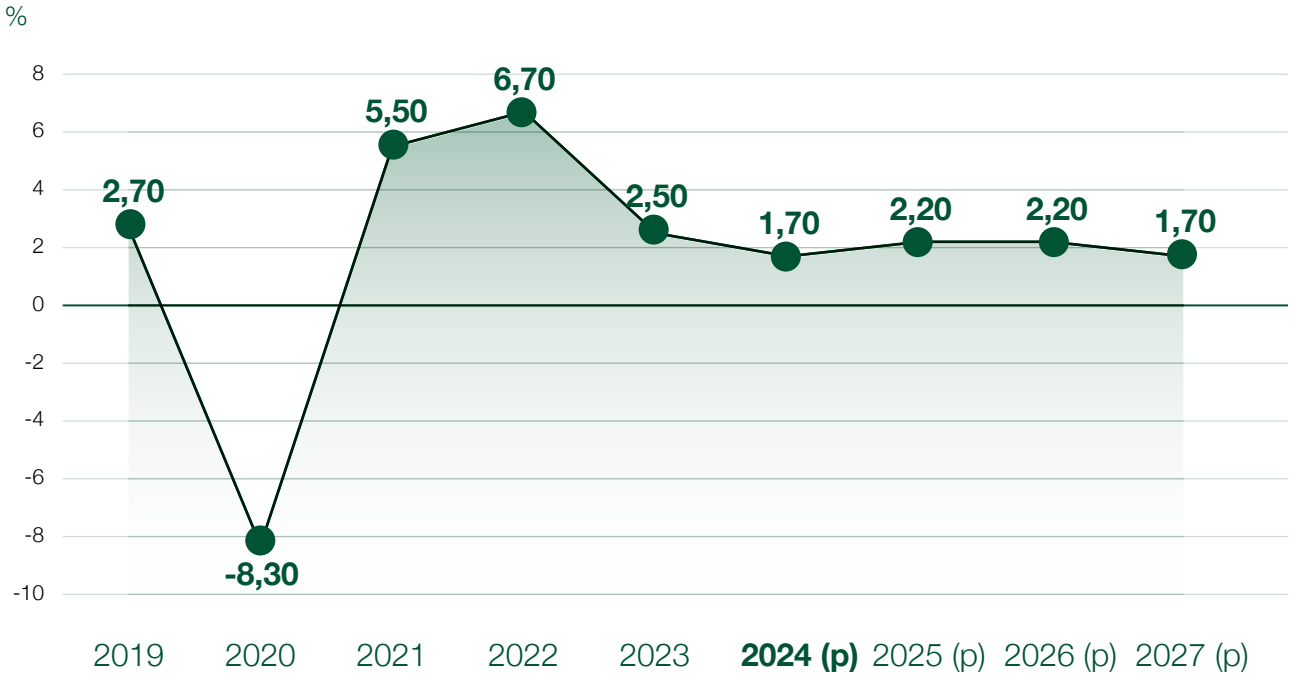
3,6%
Balança corrente com *superavit* de 3,6% do PIB em 2024

Estima-se ainda que Portugal apresente um ***superavit* na balança corrente equivalente a 3,6% do PIB** em 2024, o que contribuirá para a redução da dívida externa. No terceiro trimestre de 2024, a **dívida externa recuou para 46% do PIB**, representando uma diminuição de 6,9 p.p. em relação ao final de 2023. Em termos nominais, a **dívida externa totalizou 128,8 mil milhões de euros** o nível mais baixo desde 2009.

De acordo com o ***Boletim Económico*** do Banco de Portugal, de dezembro de 2024, projeta-se uma constante diminuição da dívida pública, de 97,9% do PIB em 2023 para 81,3% do PIB em 2027. Contudo, a redução da dívida pública abranda ao longo do período projetado, refletindo a degradação das condições orçamentais, com a ocorrência de défices nas contas públicas, mais acentuados em 2026 e 2027, de 1% e 0,9% respetivamente, e o menor ritmo de crescimento económico nominal.

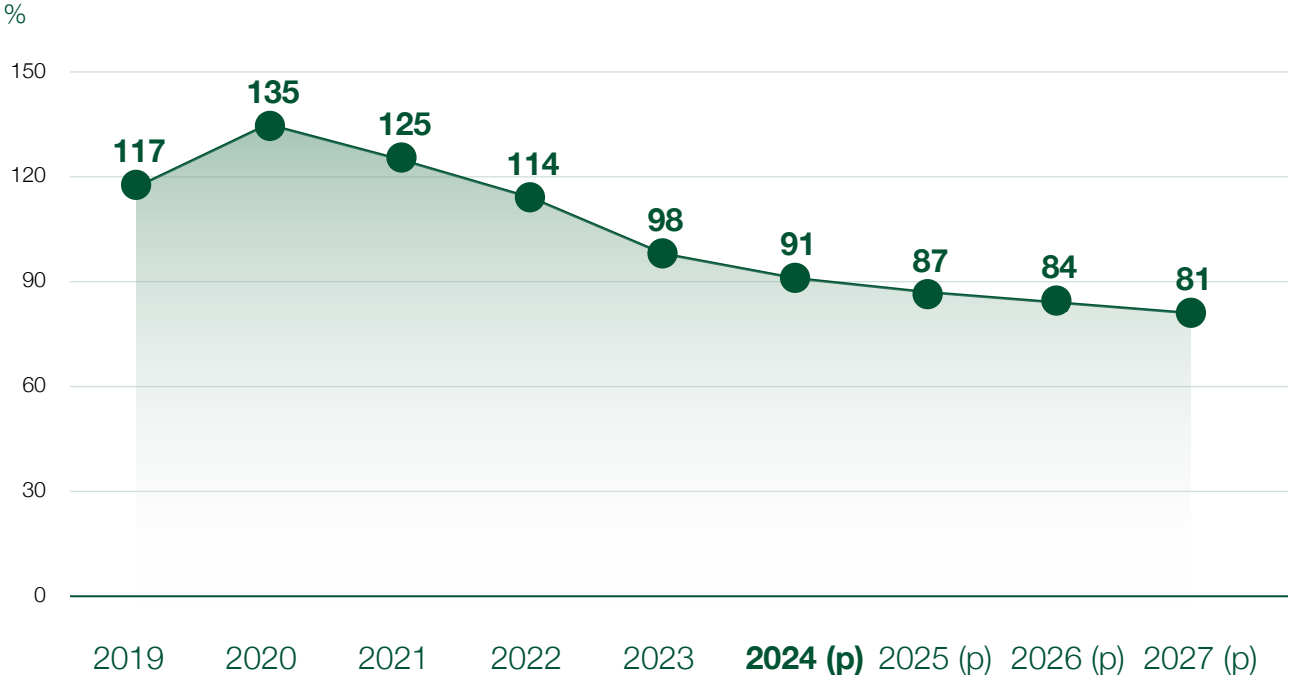
Ainda assim, estima-se que o **excedente orçamental possa ter atingido cerca de 0,6% do PIB em 2024, acima dos 0,4% previstos no Orçamento do Estado (OE) de 2025.**

Figura 6 **Crescimento do PIB real**



Fonte: Banco de Portugal, *Boletim Económico*, dezembro 2024

Figura 7 **Dívida pública do PIB**



Nota: (p) – projetado.
Fonte: Banco de Portugal, *Boletim Económico*, dezembro 2024.

Projeções para a economia portuguesa em 2024-2027

Estímulo do crescimento do PIB e estabilização da inflação

As previsões indicam que o **crescimento do PIB**, no final de 2024, **se tenha situado em 1,7% e projeta-se um crescimento de 2,2% em 2025 e 2026.** Esta expansão estará em linha com a melhoria das condições financeiras, nomeadamente a redução das taxas de juro pelo BCE, o aumento esperado da procura externa (embora posta em causa devido às potenciais guerras de tarifas aduaneiras entre blocos) e uma maior entrada de fundos da União Europeia (UE) através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que deverá acelerar a formação bruta de capital fixo. Em 2027, espera-se uma redução para 1,7% do crescimento do PIB, devido à desaceleração do investimento, relacionada com o fim da execução do PRR.

O investimento público deverá recuperar dinamismo em 2025 e 2026, impulsionado pela expetativa de maior execução dos projetos financiados pelo PRR e outros fundos da UE. Além disso, espera-se que a **estabilização das taxas de juro em níveis mais baixos do que os verificados em 2024** reduza o impacto negativo das condições de financiamento. A taxa de juro a curto prazo, a Euribor a 3 meses, deverá a fixar-se em torno dos 2% (-1,4 p.p. comparando com 2024). A deterioração do saldo orçamental e as menores perspetivas de crescimento em 2026 e 2027 poderão afetar negativamente a taxa de juro implícita nas emissões da dívida pública, estimando-se que aumente de 2,2% em 2024, para 2,6% em 2027.

A **inflação na Zona Euro tem diminuído mais rapidamente do que o previsto**, acompanhada por um período de estagnação do crescimento económico. Este cenário tem criado espaço para uma redução acelerada das taxas de juro, resultando em maior alívio nos custos financeiros das famílias e empresas. Nesse contexto, o crescimento da economia portuguesa poderá ser superior ao da Zona Euro, que se estima de 1,0% em 2025 e 1,4% em 2026.

Incremento de salários reais e ganhos de produtividade por trabalhador

As previsões apontam para que o **mercado de trabalho tenha mantido uma boa dinâmica em 2024**, com uma projeção da taxa de desemprego de 6,4%. Estima-se que esta taxa se mantenha nesse valor até ao final do período de projeção, de 2025 a 2027. Além disso, prevê-se um aumento na produtividade do trabalho, o que, juntamente com as condições favoráveis do mercado laboral, contribuirá para um crescimento das remunerações de 4,6% em 2025, superando a inflação prevista. Contudo, prevê-se uma desaceleração desse crescimento para 3,7% em 2027.

O processo de redução da inflação deverá prosseguir, refletindo o contínuo alívio das pressões externas nos preços, bem como os efeitos da normalização da política monetária. A inflação em Portugal deverá descer de forma significativa, acompanhando a tendência da Zona Euro, onde, de acordo com a Comissão Europeia, a inflação se deverá ter situado em 2,6% ao longo de 2024. Em Portugal, espera-se que o Índice

Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) continue a baixar nos próximos anos, tendo atingido 2,6% em 2024, o que representa uma diminuição de 0,8 p.p. em relação à projeção do OE 2024, e tendendo a estabilizar em torno dos 2% a partir daí.

Variação % anual

	Pesos	BE dezembro 2024					BE outubro 2024			
	2023	2023	**2024 (p)**	2025 (p)	2026 (p)	2027 (p)	2023	**2024 (p)**	2025 (p)	2026 (p)
Produto interno bruto (PIB)	100,0	2,5	**1,7**	2,2	2,2	1,7	2,5	**1,6**	2,1	2,2
Consumo privado	61,8	2,0	**3,0**	2,7	1,9	1,8	2,0	**2,5**	2,3	1,9
Consumo público	16,8	0,6	**1,1**	1,1	0,8	0,3	0,6	**1,0**	0,9	0,8
Formação bruta de capital fixo	20,1	3,6	**0,5**	5,4	4,6	0,1	3,6	**0,8**	5,4	5,1
Procura interna	99,1	1,7	**2,2**	2,9	2,3	1,2	1,7	**1,9**	2,6	2,3
Exportações	47,3	3,5	**3,9**	3,2	3,3	3,2	3,5	**3,8**	3,3	3,4
Importações	46,4	1,7	**5,2**	4,7	3,4	2,1	1,7	**4,5**	4,4	3,7
Emprego [a]		1,0	**1,3**	0,8	0,7	0,4	1,0	**1,1**	0,6	0,9
Taxa de desemprego [b]		6,5	**6,4**	6,4	6,4	6,4	6,5	**6,4**	6,4	6,4
Balança corrente e de capital (% PIB)		1,9	**3,6**	4,0	3,9	3,3	1,9	**4,2**	4,1	4,0
Balança de bens e serviços (% PIB)		1,2	**2,4**	2,0	2,0	2,6	1,2	**2,5**	2,1	2,1
Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC)		5,3	**2,6**	2,1	2,0	2,0	5,3	**2,6**	2,0	2,0
Excluindo bens energéticos e alimentares		5,4	**2,7**	2,4	2,2	2,1	5,4	**2,6**	2,3	2,3
Deflator do PIB		6,9	**4,9**	3,3	2,5	2,2	6,9	**4,5**	2,9	2,7
Saldo orçamental (% PIB)		1,2	**0,6**	(0,1)	(1,0)	(0,9)	-	**-**	-	-
Dívida pública (% PIB)		97,9	**91,2**	86,5	83,5	81,3	-	**-**	-	-

Fontes: Banco de Portugal e INE.
Notas: (p) projetado, % = percentagem.
O fecho de dados do exercício de projeção ocorreu a 25 de novembro. A projeção corresponde ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. Pesos a preços correntes.
(a) De acordo com o conceito de Contas Nacionais.
(b) Em percentagem da população ativa.

2.4.3. Setor Bancário Português

De acordo com os dados do terceiro trimestre de 2024 publicados pela Associação Portuguesa de Bancos, o setor bancário português apresentou um aumento de 5,0% do ativo total em relação a dezembro de 2023. Esta evolução traduziu-se principalmente no aumento dos títulos de dívida em carteira, em particular de dívida pública, com os empréstimos a clientes a crescerem 1,7% no ano até 30 de setembro de 2024.

No que respeita à rendibilidade, continuou a observar-se uma trajetória ascendente nos primeiros nove meses do ano. Face ao período homólogo, a rendibilidade média setorial do ativo (ROA) e do capital próprio (ROE) situou-se em 1,46% (+0,21 p.p.) e 16,1 % (+1,4 p.p.), respetivamente. A evolução do ROA refletiu o aumento da margem financeira e a redução de provisões e imparidades (contributos de +4,9% e -66,3%, respetivamente).

O rácio de empréstimos não produtivos (NPL) bruto decresceu 0,1 p.p., situando-se em 2,6%, refletindo um aumento dos empréstimos produtivos e uma redução dos empréstimos não produtivos. O rácio de NPL líquido de imparidades manteve-se inalterado (1,2%).

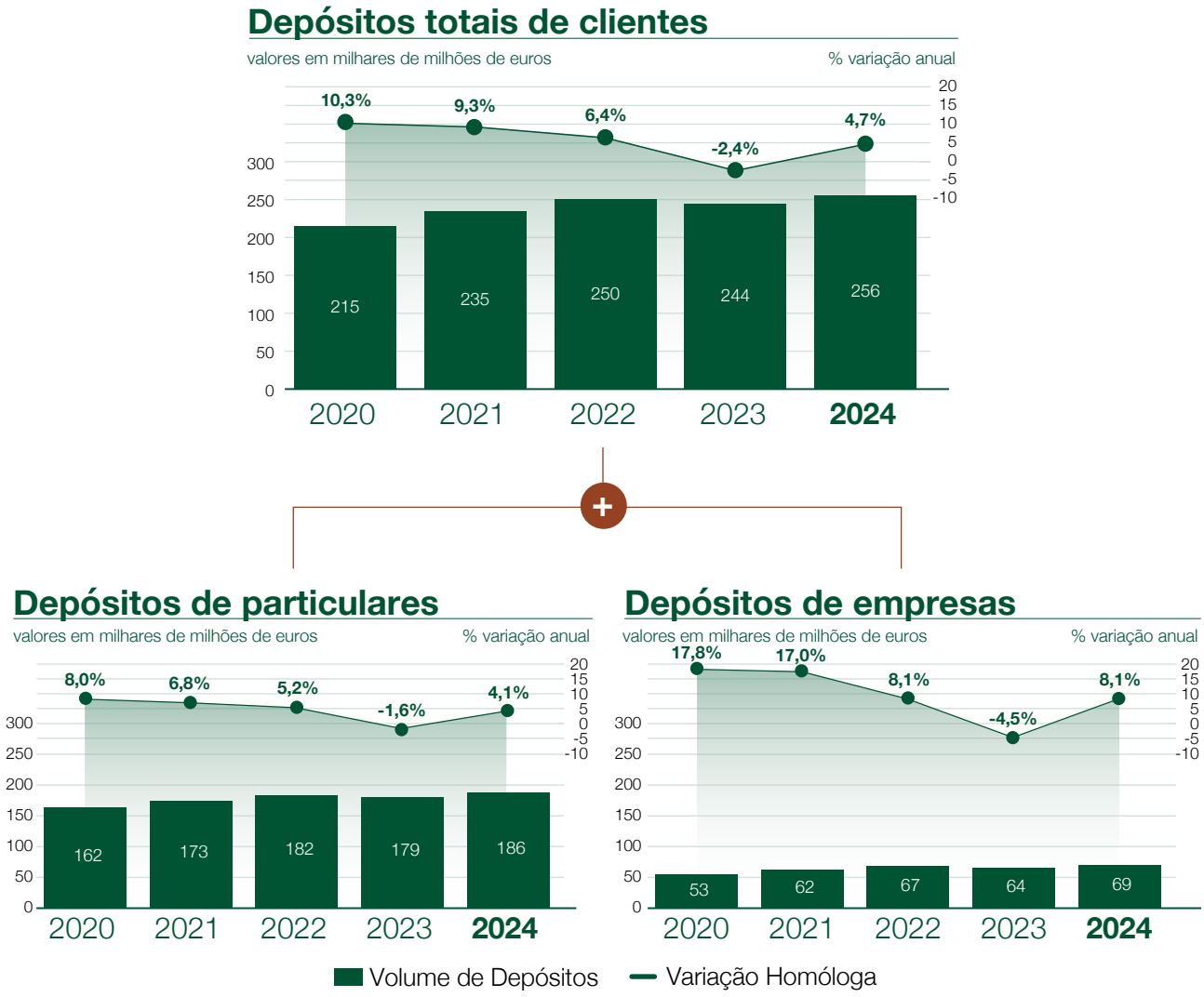
No final do terceiro trimestre de 2024, o rácio de *Common Equity Tier* 1 (CET 1) aumentou 0,6 p.p., situando-se em 17,7%, face ao valor verificado no final de 2023. O rácio de solvabilidade total também melhorou em 0,8 p.p. tendo passado de 19,6%, no final de 2023, para 20,4% em setembro de 2024. O setor bancário continua a trajetória de redução do risco global do seu ativo, com o ativo ponderado pelo risco a representar 41,8% do ativo total no final do terceiro trimestre de 2024, em comparação com 42,7% no final de 2023 (-0,9 p.p.).

Evolução do mercado nacional de depósitos (dez. 2020- dez. 2024)

De acordo com os dados mais recentes fornecidos pelo Banco de Portugal por meio do BPstat (referentes a dezembro de 2024), o volume de depósitos cresceu 4,7% (+11,5 mil milhões de euros) comparativamente com o final do ano transato, invertendo a situação ocorrida em 2023, quando os depósitos de clientes se reduziram em 2,4%.

Observa-se uma recuperação durante os doze meses de 2024, período em que os depósitos de empresas recuperaram totalmente (+5 mil milhões de euros) da queda de 3 mil milhões de euros verificada em 2023. Nos depósitos de particulares, verificou-se um aumento de cerca de 7 mil milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 4,1% face ao final de 2023.

Figura 8 **Valores de depósitos**

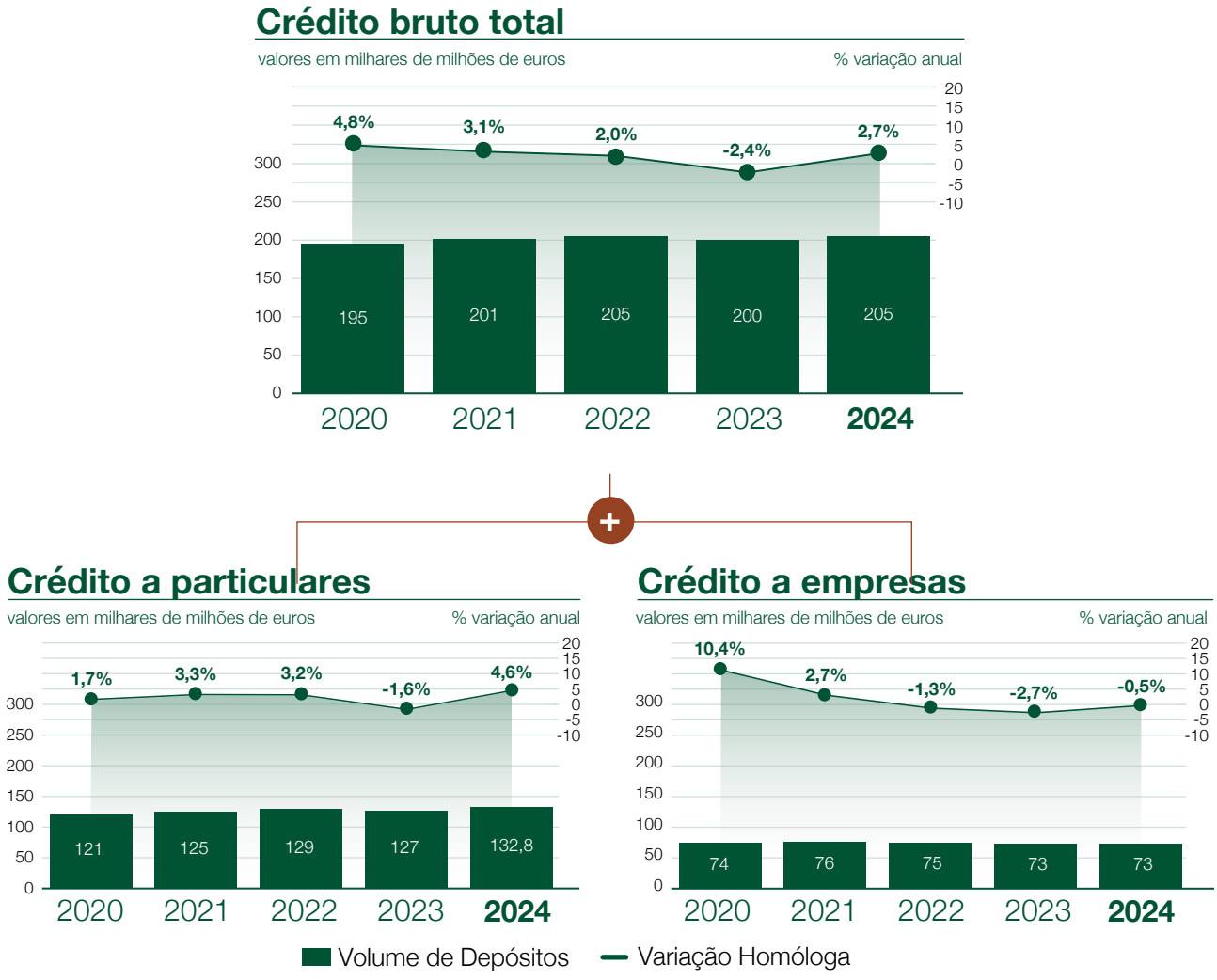


Fonte: Banco de Portugal

Evolução do mercado nacional de crédito (dez. 2020-dez. 2024)

O crédito total concedido em Portugal apresentou um crescimento acumulado de 2,7% nos doze meses de 2024, após uma variação de -2,4% em 2023. Este crescimento deve-se, principalmente, ao aumento da procura de crédito por parte das famílias, que subiu 4,6%. O crédito às empresas manteve uma tendência negativa, com uma redução de 0,5% em 2024, que se segue a uma retração de 2,7% em 2023.

Figura 9 **Valor de crédito bruto**



Fonte: Banco de Portugal

No que respeita à variação da concessão de crédito por região, em dezembro de 2024, verificou-se, no total das regiões, um aumento de 2,1% face a dezembro de 2023, com um crescimento do crédito a particulares mais acentuado no Norte, em Lisboa e no Centro. Ainda assim, é possível observar um baixo desempenho do crédito às empresas, mais significativo nas regiões da Madeira, Alentejo e Centro (-6,5%, -4,0% e -3,1%, respetivamente). Em relação à região do Oeste e Vale do Tejo, registou-se um crescimento de 1,7% face a dezembro de 2023.

Crédito total por região – dezembro 2024

Em milhões de euros e em % variação anual

	Crédito			Peso Total	Variação face a dez 2023		
	Particulares	Empresas	Total	%	Particulares	Empresas	Total
Norte	39 716	21 645	61 361	29,9%	**4,3%**	**-1,1%**	2,3%
Centro	17 480	9 155	26 635	13,0%	**3,6%**	**-3,1%**	1,2%
Oeste e Vale do Tejo	9 383	4 889	14 272	6,9%	2,8%	-0,3%	1,7%
Lisboa	35 575	25 573	61 149	29,8%	**4,2%**	**0,6%**	2,7%
Península de Setúbal	12 584	2 006	14 590	7,1%	3,7%	-1,1%	3,0%
Alentejo	5 708	3 146	8 854	4,3%	1,9%	-4,0%	-0,3%
Algarve	5 979	2 716	8 694	4,2%	3,8%	1,9%	3,2%
Região Autónoma dos Açores	3 323	1 722	5 045	2,5%	2,5%	0,4%	1,7%
Região Autónoma da Madeira	3 032	1 774	4 805	2,3%	4,2%	-6,5%	-0,04%
Total	**132 779**	**72 626**	**205 405**	**100,0%**	**3,8%**	**-0,9%**	**2,1%**

Fonte: Banco de Portugal

Analisando o crédito a particulares com maior detalhe, verifica-se que o crescimento resultou, essencialmente, do aumento do crédito à habitação, que registou um crescimento de 3,6% face a dezembro de 2023, acompanhando a descida das taxas de juro. Assim o crédito à habitação passou a representar 77,1% do total de créditos a particulares. O crédito vencido de clientes particulares representou 0,79% do total de crédito concedido.

Crédito a particulares por tipologia – dezembro 2024

Em milhões de euros e em % variação anual

Tipologia	Volume de Crédito	Peso Total %	Var. face a dez 23	Crédito Vencido	Crédito Vencido %
Habitação	102 384	77,1%	3,6%	262	0,3%
Consumo	20 122	15,2%	6,4%	787	2,6%
Outros fins	10 273	7,7%	1,7%		
Total	**132 779**	**100,0%**	**3,8%**	**1 049**	**0,79%**

Fonte: Banco de Portugal

Verificou-se um decréscimo de 0,5% no crédito concedido a empresas até dezembro de 2024, face a dezembro de 2023, essencialmente devido à redução de crédito concedido aos setores das "Indústrias Transformadoras e Extrativas" (-4,5%), do "Comércio" (-3,2%) e dos "Transportes e Armazenagem" (-7,0%). O crescimento registado em setores como "Eletricidade, gás e água" (+10,1%), "Consultoria e Administrativas" (+2,5%) e "Atividades Imobiliárias e construção" (+3,5%) não foi suficiente para compensar a contração.

O crédito vencido das empresas situou-se em 1,8%, com os setores das "Indústrias Transformadoras e extrativas", "Comércio" e "Atividades Imobiliárias e construção" – que representam em conjunto 59% do crédito total – a registar um maior nível de incumprimento (crédito vencido de 3,0%, 1,8% e 2,4%, respetivamente). Estes setores apresentam, em média, uma proporção de crédito vencido de 2,5%.

Crédito a empresas por CAE – dezembro 2024

Valores em milhões de euros

Atividade económica	Total Crédito	Peso %	Var. face a dez 23	Crédito Vencido	% Crédito Vencido
Indústrias Transformadoras e extrativas	13 473	18,6%	**-4,5%**	406	**3,0%**
Comércio	13 250	18,2%	**-3,2%**	242	**1,8%**
Atividades Imobiliárias e construção	15 920	21,9%	**3,5%**	388	**2,4%**
Consultoria e Administrativas	5 406	7,4%	2,5%	67	1,2%
Alojamento e Restauração	6 615	9,1%	0,4%	53	0,8%
Transportes e Armazenagem	4 622	6,4%	**-7,0%**	72	1,6%
Eletricidade, gás e água	4 303	5,9%	**10,1%**	4	0,1%
Outros	5 018	6,9%	-4,2%	37	0,7%
Agricultura e Pescas	3 052	4,2%	-1,9%	59	1,9%
Informação e Comunicação	969	1,3%	-0,6%	17	1,8%
Total	**72 626**	**100,0%**	**-0,9%**	**1 343**	**1,8%**

Fonte: Banco de Portugal

Em dezembro de 2024, as microempresas continuavam a ser o segmento com a maior exposição de crédito bancário, concentrando 29,5% do total, e o maior rácio de crédito vencido (3,0%). Comparativamente a dezembro de 2023, verificou-se um aumento do número de empresas às quais foram concedidos créditos, em praticamente todos os segmentos de dimensão, exceto nas médias empresas, que apresentaram um decréscimo de 4,6%.

Crédito a empresas por dimensão – dezembro 2024

Valores em milhões de euros

Atividade económica	Total Crédito	Peso %	Var. face a dez 23	Crédito Vencido	% Crédito Vencido
Microempresas	21 423	29,5%	0,2%	645	3,0%
Pequenas empresas	18 440	25,4%	0,3%	481	2,6%
Médias empresas	16 761	23,1%	-4,6%	317	1,9%
Grandes empresas	14 133	19,5%	2,4%	66	0,5%
Total de empresas segmentadas	**70 758**	**97,4%**	**-0,5%**	**1 510**	**2,1%**
Total de empresas não segmentadas	1 868	2,6%	-12,0%		0,0%
Total	**72 626**	**100,0%**	**-0,9%**	**1 510**	**2,1%**

Fonte: Banco de Portugal

Quanto à evolução do número de empresas, verifica-se uma diminuição de 1,3% na constituição de novas empresas em 2024, face a 2023. Em relação ao número de encerramentos, observou-se uma redução significativa de 9,2% em 2024 em comparação com o ano anterior. Pelo contrário, em 2024, verificou-se um aumento de 8,3% nas insolvências, que se traduz num abrandamento relativamente aos 18% registados entre 2022 e 2023. Em resultado destas evoluções, o indicador de revitalização empresarial aumentou para 3,2 em 2024, depois de uma estabilização verificada em 2022 e 2023, de 3,0.

Evolução do número de empresas

	2024	2023	2022	2021	Var. face a dez 23	Var. face a dez 22
Nascimentos	**51 388**	52 072	49 013	42 358	-1,3%	6,2%
Encerramentos	**13 959**	15 367	14 688	14 228	-9,2%	4,6%
Insolvências	**2 082**	1 923	1 629	1 957	8,3%	18,0%
Revitalização Empresarial *	**3,2**	**3,0**	**3,0**	**2,6**		

* Revitalização empresarial = Nascimentos/(Encerramentos + Insolvências)
Fonte: Barómetro Informa DB

Área de Influência da CCAM de Torres Vedras em 2024

No que se refere à variação do crédito na área de influência da CCAM Torres Vedras, na região Oeste e Vale do Tejo, verificou-se uma variação positiva de 2,8% no total de crédito concedido a particulares. Essa variação é atribuída, em grande parte, ao aumento de 2,1% no crédito à habitação e ao forte acréscimo de 4,7% na tipologia de crédito ao consumo e outros fins.

Em relação ao crédito destinado a empresas não financeiras, continuou a verificar-se um decréscimo, embora a um ritmo inferior, principalmente devido às elevadas taxas de juro em 2023 e 2024, o que acabou por limitar as operações de crédito.

Crédito a particulares por tipologia Oeste e Vale do Tejo

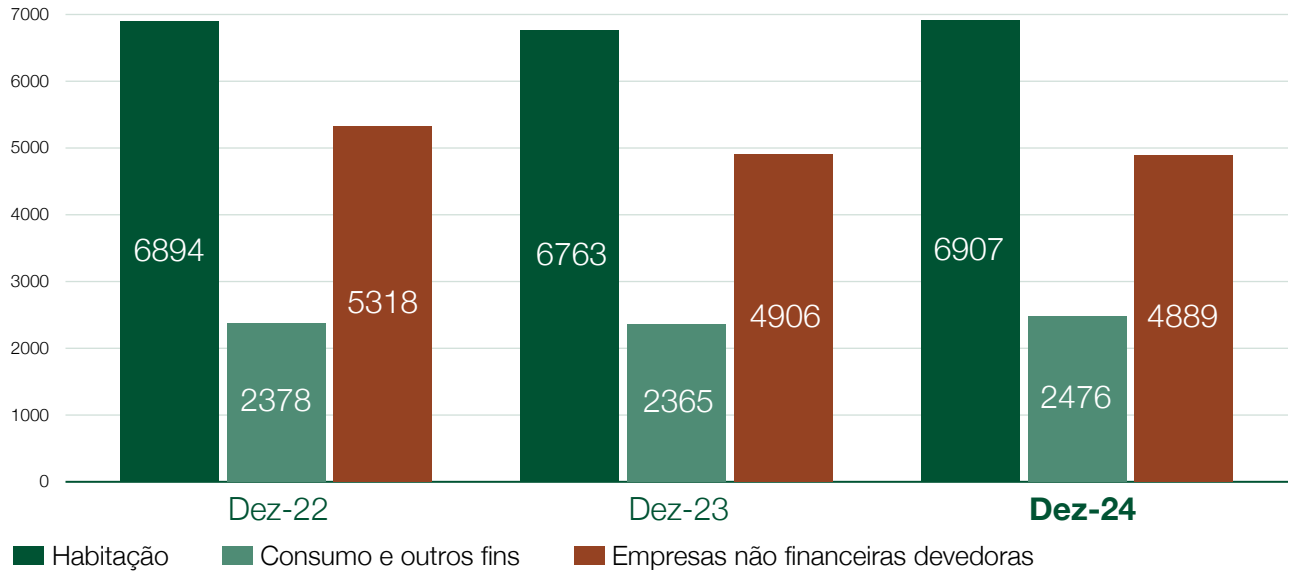
Valores em milhões de euros

	Dez-24	Dez-23	Dez-22	YoY 23/24	YoY 22/23
Habitação	**6 907**	6 763	6 894	2,12%	-1,89%
Consumo e outros fins	**2 476**	2 365	2 378	4,71%	-0,58%
Total	**9 383**	**9 128**	**9 272**	**2,79%**	**-1,55%**
Crédito a empresas não financeiras					
Empresas não financeiras devedoras	**4 889**	4 906	5 318	-0,34%	-7,75%
Total	**14 272**	**14 034**	**14 590**	**1,70%**	**-3,81%**

Fonte: Banco de Portugal

Figura 10 Crédito concedido a particulares e empresas não financeiras

(milhões de euros)

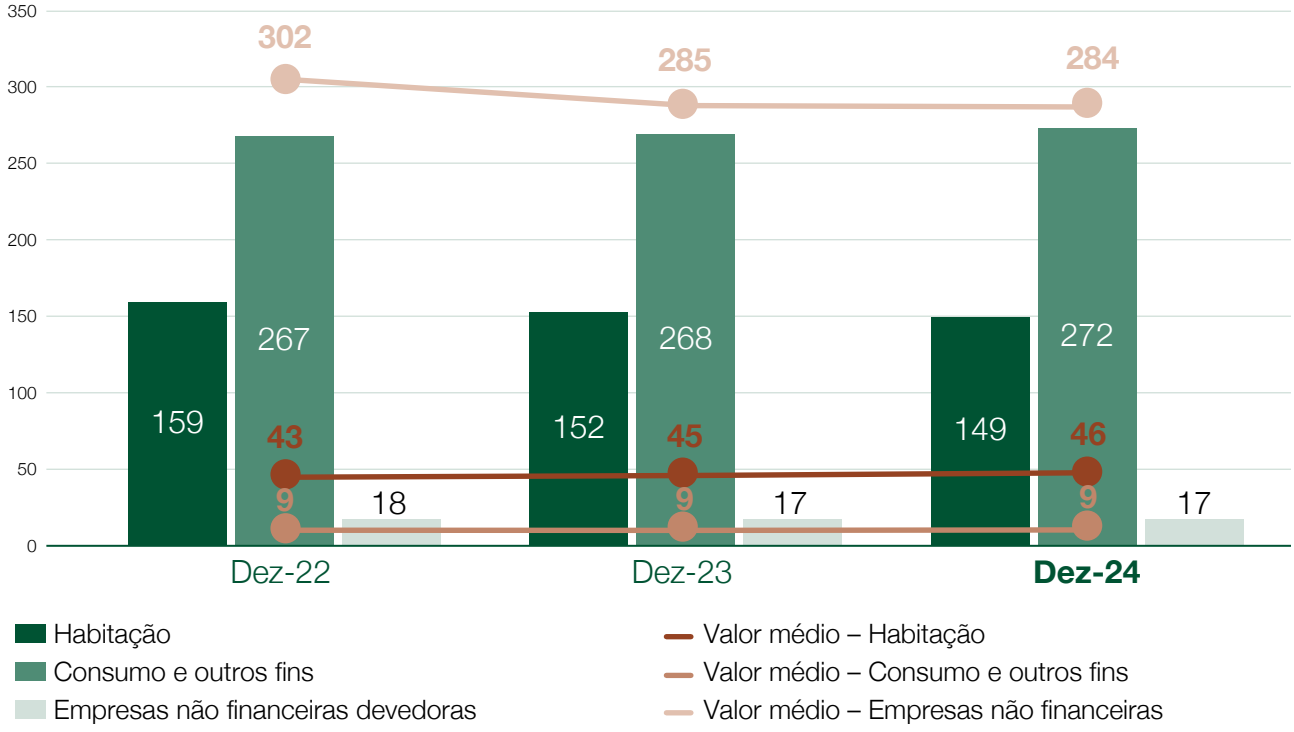


Fonte: Banco de Portugal

Na análise ao crédito concedido e ao número de devedores de empréstimos, foi possível calcular o valor médio de cada tipologia. Observou-se que as empresas não-financeiras contrataram um valor médio de empréstimo de 284 mil euros, em dezembro de 2024, o que demonstra uma tendência de estabilidade entre 2023 e 2024.

Figura 11 **Número de devedores e valor médio de empréstimos**

(milhares de devedores e milhares de euros)



Fonte: Banco de Portugal

É também possível observar que o crédito ao consumo e outros fins é a tipologia com o maior número de devedores nos três exercícios analisados, mais de 270 mil devedores. No entanto, também apresenta os valores médios mais baixos entre as três tipologias, o que resulta em valores mais baixos de empréstimos.

Na análise de créditos concedidos vencidos na região Oeste, contrariamente ao incremento de 9,4% de 2022 a 2023, até dezembro de 2024 verificou-se uma forte diminuição de 14,1% do número de particulares com crédito à habitação vencido.

Até ao final de 2024, o número de empresas não financeiras com empréstimos vencidos continuou a diminuir, representando cerca de 2400 empresas.

Número de particulares com empréstimos vencidos por tipologia

Oeste – em milhares de devedores

	Dez-24	Dez-23	Dez-22	YoY 23/24	YoY 22/23
Habitação	**3,1**	3,7	3,3	-14,05%	9,39%
Consumo e outros fins	**21,4**	21,7	21,7	-1,49%	-0,20%
Total	**24,5**	**25,3**	**25,1**	**-3,30%**	**1,07%**

Fonte: Banco de Portugal

Número de Empresas não financeiras com empréstimos vencidos

Oeste – em milhares de devedores

	Dez-24	Dez-23	Dez-22	YoY 23/24	YoY 22/23
Empresas não financeiras	**2,4**	2,4	2,6	-1,39%	-5,14%
Total	**26,9**	**27,8**	**27,6**	**-3,14%**	**0,49%**

Fonte: Banco de Portugal

Em relação aos empréstimos concedidos a particulares, que se encontram vencidos, observou-se uma estabilização entre 2023 e 2024. Contudo, as empresas não financeiras obtiveram uma melhoria significativa, com um decréscimo de 17,7%. No total, verificou-se uma melhoria nos empréstimos vencidos, com uma diminuição de 10,9%.

Empréstimos vencidos concedidos

Oeste – em milhões de euros

	Dez-24	Dez-23	Dez-22	YoY 23/24
Particulares	**33,5**	33,5	41,7	0,0%
Empresas não financeiras	**43,7**	53,1	61,2	-17,7%
Total	**77,2**	**86,6**	**102,9**	**-10,9%**

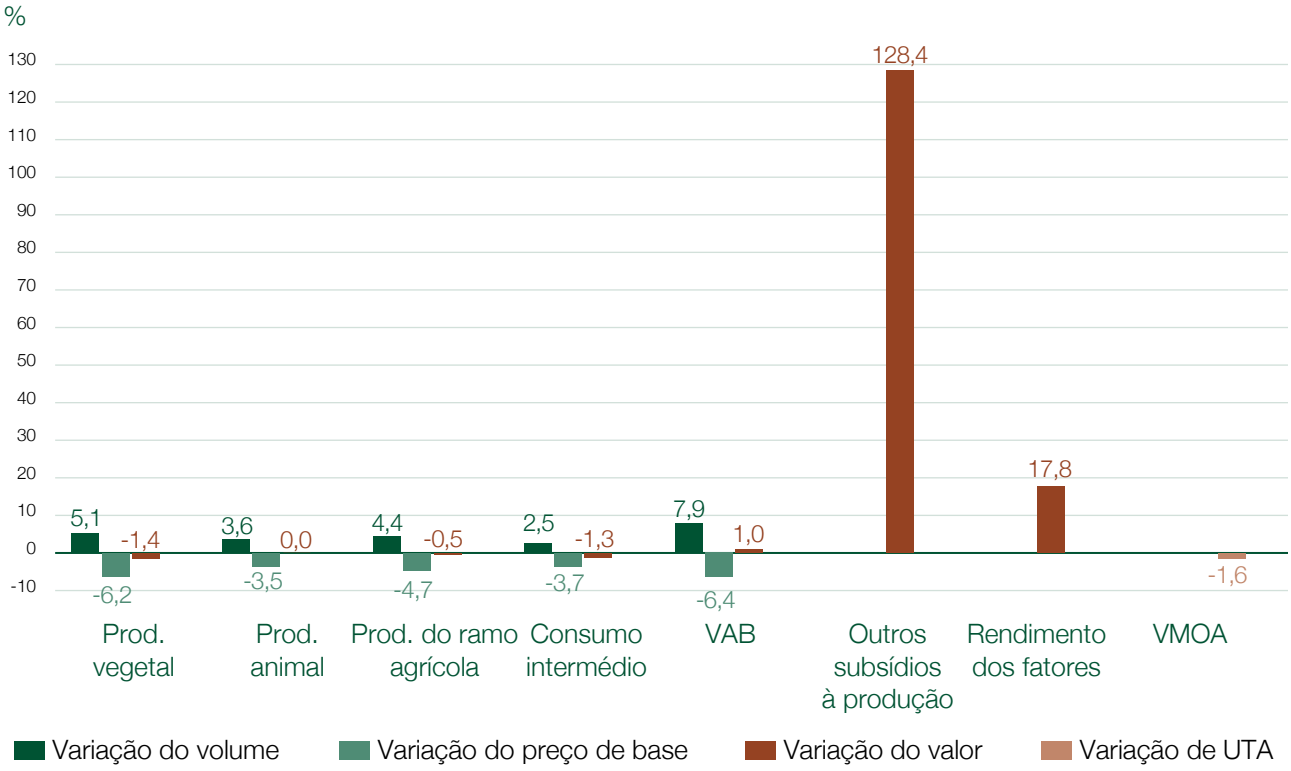
Fonte: Banco de Portugal

Na região Oeste e Vale do Tejo o crédito concedido a particulares aumentou 2,8%

2.5. Setor agrícola

De acordo com os dados divulgados pelo INE (Contas Económicas da Agricultura 2024), o Rendimento da atividade agrícola, em termos reais, por unidade de trabalho/ano, deverá aumentar 17,8%. Contudo, este crescimento assenta significativamente no enorme aumento dos Outros subsídios (128,4%), uma vez que o Valor Acrescentado Bruto (VAB) deverá subir apenas 1%.

Figura 12 **Variação da Produção, Consumo intermédio, VAB e Rendimento dos fatores, em 2024**



A ligeira redução nominal da Produção do ramo agrícola (-0,5%), conjugada com um decréscimo mais acentuado do Consumo intermédio (-1,3%), contribuiu para a variação positiva do VAB em valor (1,0%).

A redução nominal prevista para a Produção vegetal (-1,4%) resulta de um acréscimo em volume de 5,1% e de uma queda dos preços de base (-6,2%). Os Vegetais e produtos hortícolas, as Plantas forrageiras e o Azeite foram determinantes para esta variação negativa.

As estimativas apontam para um aumento significativo da produção de **Cereais** em volume (10,5%), impulsionado pela generalidade das culturas, à exceção do milho (-14,8%). As condições meteorológicas favoreceram as culturas cerealíferas de outono/inverno de sequeiro, após duas campanhas fortemente marcadas pela seca. Os preços de base terão aumentado 2,5%.

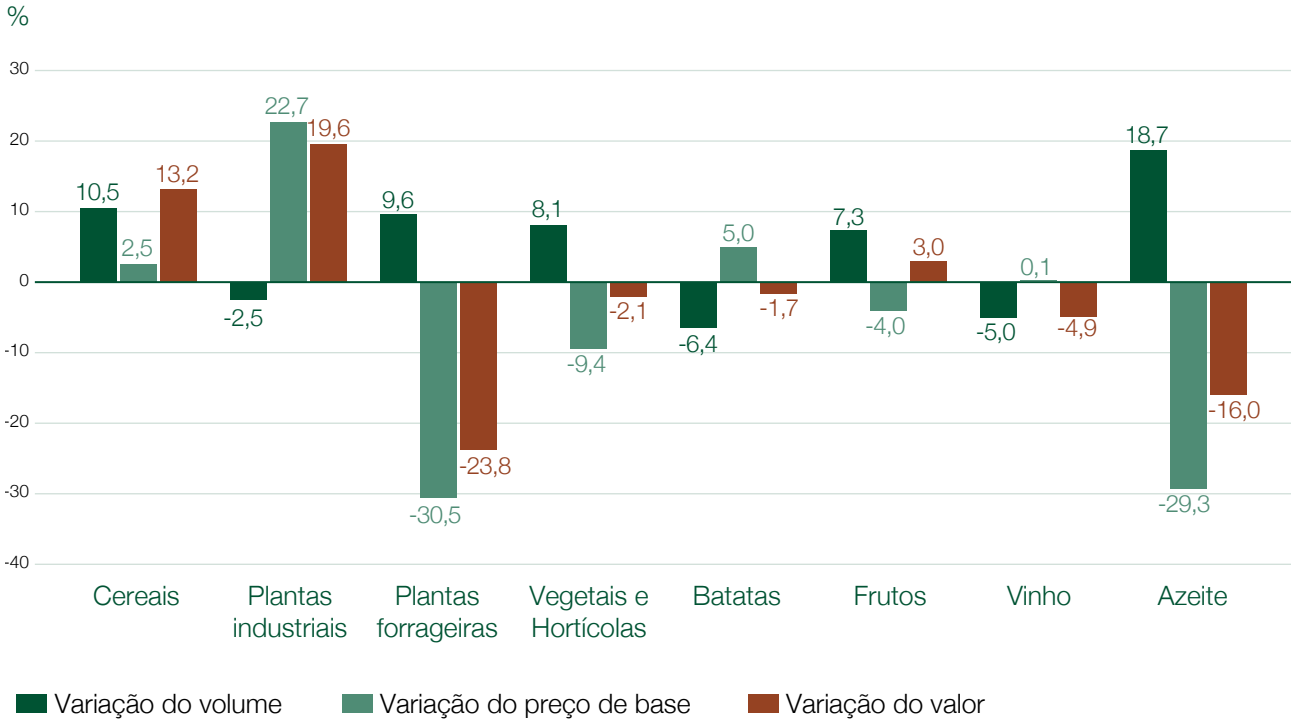
Nas **Plantas forrageiras**, estima-se um acréscimo em volume (9,6%), motivado pelas condições climatéricas, que permitiram uma produção abundante de pastagem. Os preços diminuíram (-30,5%), após um aumento de 29,8% em 2023.

Para os **Vegetais e produtos hortícolas**, prevê-se um aumento em volume (8,1%), que reflete, sobretudo, a evolução dos hortícolas frescos. Destaca-se o tomate para indústria, cuja produção deverá aumentar 3,5% devido ao alargamento da área cultivada em 5,0%, ainda que a produtividade e a qualidade tenham diminuído. A redução do preço dos vegetais e produtos hortícolas (-9,4%) deve-se, fundamentalmente, à queda dos hortícolas frescos (-14,2%) que, em 2023, tinham registado um aumento expressivo (23,2%).

Nos **Frutos**, prevê-se um acréscimo da produção em volume (7,3%), com destaque para as azeitonas (27,1%). Perspetivam-se produtividades bastante superiores às registadas no ano anterior, devido, essencialmente, à entrada em produção de novos olivais no Alentejo. Os preços dos Frutos deverão diminuir 4,0%, com as azeitonas a registarem uma queda mais acentuada (-29,5%). Esta diminuição terá como principal causa a normalização da procura de azeitona para azeite, que foi muito elevada nos anos anteriores devido à escassez no mercado internacional.

Quanto ao **Vinho**, as vindimas decorreram com normalidade, estimando-se um decréscimo de produção face ao ano anterior (-5,0%).

Figura 13 **Variação do Volume, Preço e Valor dos principais produtos da Produção vegetal, em 2024**



A Produção animal deverá crescer em volume (3,6%) enquanto os preços de base deverão recuar (-3,5%), resultando numa estabilização do valor.

Para os **Bovinos**, as estimativas apontam para um acréscimo da produção em volume (5,3%) face a 2023, devido ao aumento do abate de bovinos adultos, especialmente de novilhos. Este aumento poderá estar relacionado com perturbações nas exportações de animais vivos para Israel, decorrentes de razões sanitárias e bélicas, levando a um maior abate destes animais em Portugal. O preço de base deverá ser semelhante ao de 2023.

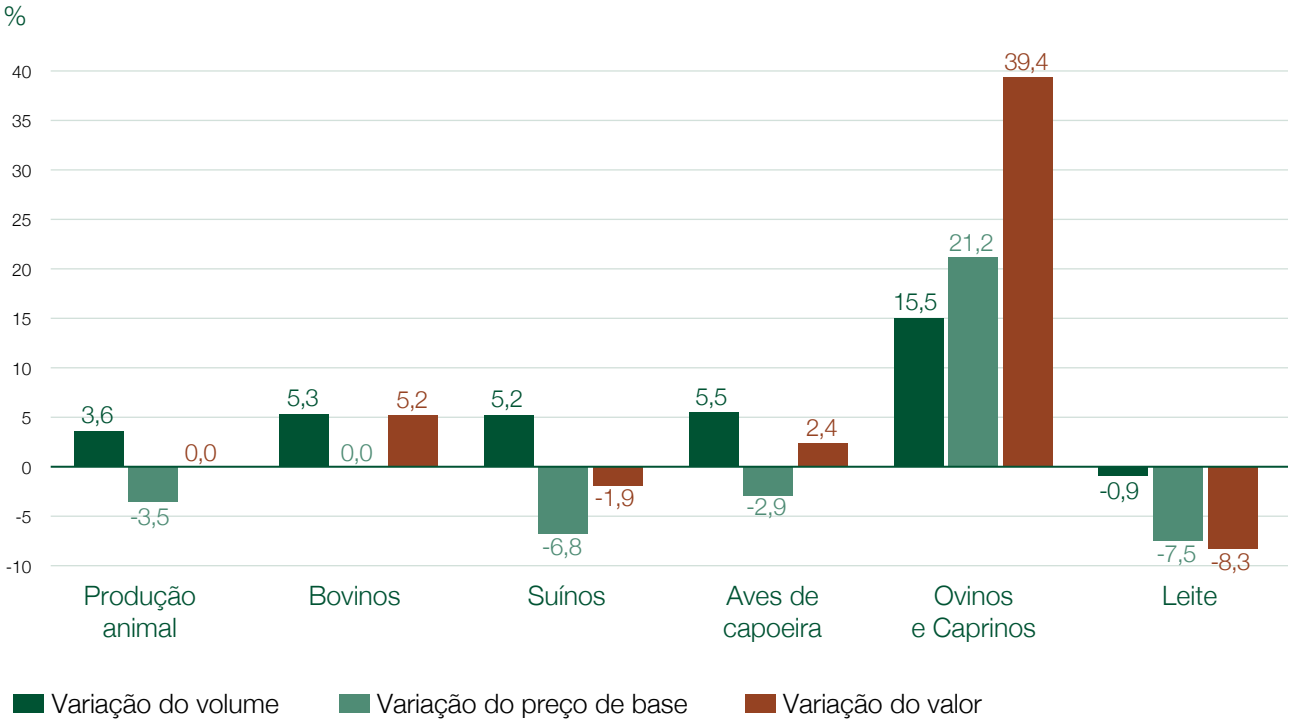
Relativamente aos **Suínos**, estima-se um aumento da produção em volume (5,2%), em resultado de um aumento no abate de porcos de engorda. Os preços de base deverão ser inferiores aos registados em 2023 (-6,8%).

Quanto aos **Ovinos e caprinos**, perspetiva-se um acréscimo significativo da produção em volume (15,0%), devido aos abates em peso limpo face a 2023, em especial de borregos. Esta situação deve-se às mesmas perturbações das exportações que afetaram os bovinos. Os preços de base deverão ser bastante superiores aos do ano anterior (20,6%), refletindo o aumento dos montantes pagos como subsídios ao produto.

Para as **Aves de capoeira**, prevê-se também um aumento em volume (5,5%), sobretudo devido a uma maior produção de frango e de peru (este último particularmente afetado por problemas sanitários em 2023). Os preços registam uma diminuição (-2,9%).

Em relação à produção de **Leite**, estimam-se decréscimos tanto em volume (-0,9%) como, de forma mais expressiva, em preço (-7,5%), após a forte valorização registada em 2023 (17,0%).

Figura 14 **Variação do Volume e Preço de Base dos principais produtos da Produção animal, em 2024**



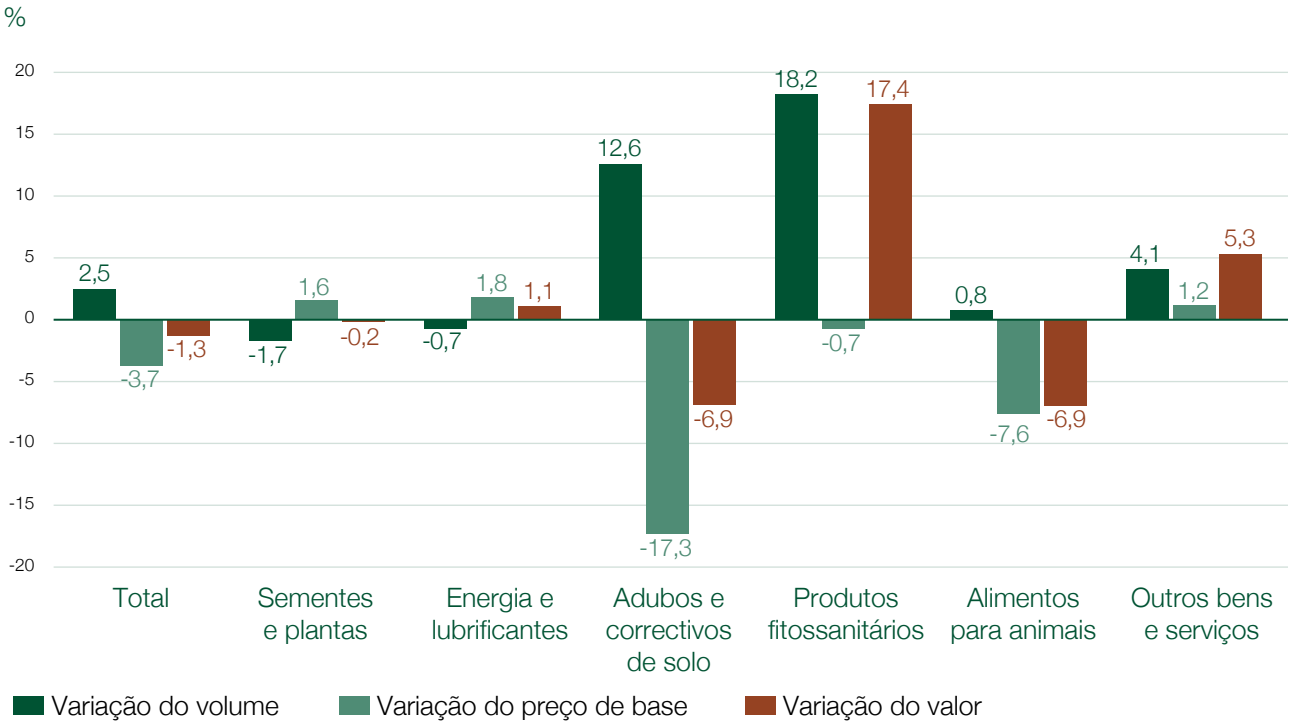
O **Consumo intermédio** deverá apresentar um decréscimo em valor (-1,3%) em 2024, apesar do aumento em volume (2,5%). Para esta evolução nominal são determinantes os decréscimos em valor dos alimentos para animais (-6,9%) e dos adubos e corretivos de solo (-6,9%).

Relativamente ao consumo de **Alimentos para animais** (simples e compostos), estima-se um ligeiro acréscimo do volume (0,8%). A produção abundante de pastagem durante o ano de 2024 possibilitou que, na maioria das explorações, a alimentação dos efetivos pecuários em regime extensivo fosse efetuada sem necessidade de suplementação antecipada. Além disso, a excelente produção forrageira aumentou consideravelmente a capacidade de autoaprovisionamento de fenos e silagens, reduzindo a necessidade de adquirir alimentos conservados e rações. O aumento da disponibilidade de alimento ajudou a equilibrar o setor agropecuário, principalmente o extensivo, com reflexo na descida dos preços (-7,6%).

Pelo segundo ano consecutivo, a variação nominal do consumo de **Adubos e corretivos do solo** é negativa (-6,9%), em consequência da conjugação de um acréscimo do volume (12,6%) e de um decréscimo do preço (-17,3%). Em 2023, o preço já tinha diminuído 26,8%, após o aumento de 29,5% em 2022.

A **Energia** registou um acréscimo nominal de 1,1%, resultante de variações de -0,7% em volume e +1,8% no preço. Em 2023, o preço da energia tinha subido 34,4%.

Figura 15 **Variação do Volume, Preço e Valor de algumas rubricas do Consumo intermédio, em 2024**



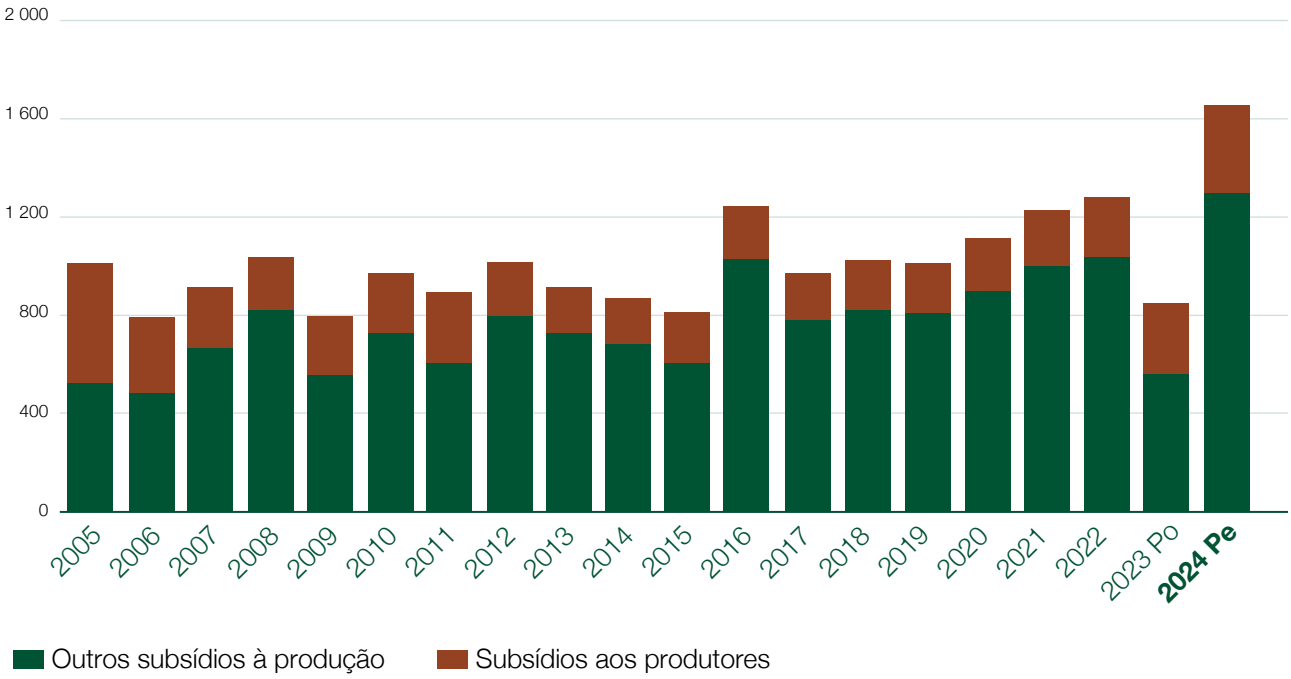
Comparando os índices de preços da produção e do consumo intermédio, conclui-se que a situação favorável à atividade agrícola em 2023 deixou de ser observada em 2024. As perspetivas apontam para um decréscimo nos preços da produção (-4,7%) mais pronunciado do que no consumo intermédio (-3,7%).

Assim, em 2024, o VAB do ramo agrícola deverá aumentar 1,0% em termos reais e 7,9% em termos nominais. A sua importância relativa na economia nacional deverá diminuir ligeiramente, passando de 1,9% para 1,8%.

Relativamente ao comportamento dos apoios diretos ao rendimento dos produtores agrícolas, decorrente das políticas em vigor em 2023 e 2024, destaca-se o significativo acréscimo total verificado (+98,5%). Este resultou, principalmente, do aumento verificado nos chamados **Outros subsídios à produção** (+128,4%), que foi superior ao observado para os chamados **subsídios aos produtos** (+30,8%).

Figura 16 **Evolução dos Outros subsídios à produção e Subsídios aos produtos**

(10^6 euros)



O aumento dos apoios ainda é consequência da calamitosa campanha do Pedido Único 2023 que, conforme mencionado no ano transato, causou inúmeras dificuldades tanto às organizações de agricultores como aos próprios beneficiários. Estas dificuldades "empurraram" para 2024 um volume de ajudas muito significativo. A visualização da Figura 18 para os dois anos em causa evidencia claramente esta situação.

2.5.1. Setor vitivinícola

Mercado de vinhos tranquilos: Portugal (continente) Ano: 2024 vendas até dezembro

Distribuição + Restauração

					Peso nas vendas
VOLUME (litros)	▲	2,4%	**DOP e IGP**	▲ 5,2%	45,3%
			Vinho [ex-Mesa]	— 0,1%	54,7%
VALOR (euros)	▲	16,5%	**DOP e IGP**	▲ 20,6%	67,9%
			Vinho [ex-Mesa]	▲ 8,7%	32,1%
PREÇO (€/litro)	▲	13,8%	**DOP e IGP**	▲ 14,7%	
			Vinho [ex-Mesa]	▲ 8,6%	

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), 2024 foi um bom ano de vendas no mercado nacional, com crescimentos em volume (mais moderados) e em valor, principalmente impulsionados pelo significativo aumento dos preços de venda. Estes aumentos foram particularmente expressivos no segmento dos Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegia (IGP), conforme se pode ver na imagem da página anterior.

Ainda assim, os dois canais de venda tiveram comportamentos distintos. Ao desagregar os dados, verifica-se que a restauração teve um impacto decisivo para o bom desempenho do setor.

Distribuição

					Peso nas vendas
VOLUME (litros)	▼	-4,4%	**DOP e IGP**	▼ -1,4%	47,8%
			Vinho [ex-Mesa]	▼ -7,0%	52,2%
VALOR (euros)	▼	-0,5%	**DOP e IGP**	▲ 1,7%	72,8%
			Vinho [ex-Mesa]	▼ -6,5%	27,2%
PREÇO (€/litro)	▲	4,0%	**DOP e IGP**	▲ 3,2%	
			Vinho [ex-Mesa]	0,6%	

Restauração

					Peso nas vendas
VOLUME (litros)	▲	19,1%	**DOP e IGP**	▲ 27,8%	35,0%
			Vinho [ex-Mesa]	▲ 14,4%	65,0%
VALOR (euros)	▲	33,1%	**DOP e IGP**	▲ 43,4%	58,7%
			Vinho [ex-Mesa]	▲ 18,4%	41,3%
PREÇO (€/litro)	▲	11,7%	**DOP e IGP**	▲ 12,2%	
			Vinho [ex-Mesa]	▲ 3,5%	

Em termos absolutos, a restauração representou vendas no valor global de 776 392 212 euros, enquanto a distribuição não foi além de 563 600 881 euros, com valores por litro de 8,08 €/L e 2,94 €/L, respetivamente.

No mercado de exportação, verificou-se um aumento de 8,7% em volume, com um correspondente aumento do valor em 4,5% (para 965 829 000 euros). O preço médio de venda foi de 2,9 €/L, o que representa uma queda de 3,9%, comparando com os dados de 2023.

O saldo da balança comercial do setor é francamente positivo:

Evolução recente da balança comercial

Valores em milhares de euros

	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
Exportações(1)	965 829	924 632	938 963	925 953	856 190	819 402	800 342	778 041	723 974	735 534
TVH	▲ 4,5%	▼ -1,5%	▲ 1,4%	▲ 8,1%	▲ 4,5%	▲ 2,4%	2,9%	▲ 7,5%	▼ -1,6%	▲ 1,3%
Importações(2)	157 416	197 582	205 344	167 737	166 255	169 208	154 727	137 206	110 191	116 755
TVH	▼ -20,3%	▼ -3,8%	▲ 22,4%	0,9%	▼ -1,7%	▲ 9,4%	12,8%	▲ 24,5%	▼ -5,6%	▼ -6,7%
Saldo[(1)-(2)]	808 413	727 051	733 620	758 216	689 935	650 194	645 614	640 835	613 783	618 779
TVH	▲ 11,2%	▼ -0,9%	▼ -3,2%	▲ 9,9%	▲ 6,1%	0,7%	0,7%	▲ 4,4%	▼ -0,8%	▲ 2,9%

Nota: TVH – Taxa de Variação Homóloga.
Fonte: IVV – Instituto da Vinha e do Vinho.

2.5.2. Pera Rocha

De acordo com a Associação Nacional de Produtores de Pera Rocha, a colheita de 2024 foi de 114 750 toneladas, o que representa um ligeiro aumento (5,7%) relativamente à colheita de 2023.

Devido às condições climáticas e fitossanitárias ao longo da campanha, principalmente na sua fase final, esperavam-se quebras significativas na fruta armazenada nas Centrais Fruteiras. Na prática, é expectável que o aumento registado (5,7%) não seja efetivo e que a quantidade de Pera Rocha comercializável seja igual ou inferior à da campanha de 2023.

Trata-se da segunda pior colheita da última década e do terceiro ano consecutivo em que a produção de Pera Rocha fica 50% abaixo da média das colheitas das últimas dez campanhas, refletindo um volume significativamente inferior ao potencial produtivo.

Os principais destinos de exportação da Pera Rocha são o mercado comunitário (50%), Marrocos (20%) e o Brasil (20%), que representam a grande maioria dos cerca de 85 milhões de euros em exportações.

Esta cultura, tão característica da nossa região, encontra-se ameaçada pela proliferação do fogo bacteriano. Esta doença tem gerado perdas económicas significativas a nível mundial para os produtores frutícolas, devido à diminuição da capacidade produtiva, à perda de qualidade dos frutos, à perda total ou parcial de árvores, aos elevados custos de prevenção e controlo, além da dificuldade de comercialização dos frutos em função do risco de disseminação da doença. O impacto direto na produção frutícola é uma manifestação flagrante da gravidade do fogo bacteriano que, só em Portugal, provocou perdas avassaladoras de cerca de 45 milhões de euros na Pera Rocha nas últimas quatro campanhas. As perdas económicas, o impacto ambiental e as limitações das medidas de controlo tradicionais sublinham a necessidade urgente de soluções inovadoras e sustentáveis.

Adicionalmente, o uso de pesticidas é cada vez mais restritivo, em consequência de políticas comunitárias, como o Pacto Ecológico Europeu (*Green Deal*), que visa uma redução significativa do uso destas substâncias na agricultura. Todos estes fatores dificultam o controlo da doença, colocando a produção nacional sob grande pressão devido às perdas de produção e, em casos mais graves, à perda total de árvores ou, até mesmo, de pomares inteiros.

Perante as limitadas opções de controlo, Portugal adotou estratégias nascidas da necessidade, como a poda de ramos afetados e medidas drásticas, nomeadamente o abate de árvores ou até mesmo o arranque de pomares – uma resposta desesperada à propagação implacável da doença. Esta abordagem sublinha a gravidade da situação, em que as estratégias de gestão da doença se centram frequentemente na prevenção, e não no tratamento. Embora estas estratégias resultem em perdas económicas significativas e coloquem em risco a sustentabilidade da produção, são atualmente o único meio eficaz de reduzir a ameaça iminente do fogo bacteriano.

2.6. Atividade desenvolvida em 2024

Em 2024, a Caixa Agrícola de Torres Vedras manteve o compromisso com o desenvolvimento sustentado da sua atividade, conciliando o crescimento, a inovação e a responsabilidade social. As principais iniciativas do ano estruturam-se em duas grandes frentes: a modernização interna e o envolvimento comunitário. Destaca-se também a atividade desenvolvida com entidades de que a CCAMTV é associada.

2.6.1. Modernização interna e crescimento

Meios físicos, humanos e tecnológicos

A modernização das infraestruturas tem sido uma prioridade, refletindo-se na requalificação da sede e na construção das novas instalações da agência do Maxial, que incluem um novo centro de "Disaster Recovery". Estas intervenções, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2025, visam melhorar as condições de trabalho, otimizar o atendimento ao público, aumentar a eficiência energética dos edifícios e expandir a capacidade e segurança da infraestrutura tecnológica.

No âmbito tecnológico, além da entrada em funcionamento do novo centro de "Disaster Recovery", destaca-se o investimento na implementação do novo *core* bancário, um projeto estruturante em fase final de desenvolvimento, com previsão de operacionalização no decurso de 2025. Este avanço permitirá uma maior eficiência operacional, reforço da segurança da operação e dos dados e melhor integração dos serviços, possibilitando também a expansão em diversos segmentos de mercado, como o público jovem.

Na área da Gestão de Pessoas, além do desenvolvimento de novas práticas e processos, como a introdução do novo modelo de avaliação de desempenho, houve um reforço do quadro de pessoal ao longo de 2024, em linha com as exigências do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal. Este crescimento visou fortalecer áreas estratégicas, garantindo que a Instituição dispõe das competências essenciais para enfrentar os desafios do setor. Estas iniciativas refletem o compromisso da Caixa Agrícola de Torres Vedras com a modernização e qualificação da sua equipa, assegurando um suporte eficiente à evolução do negócio.

Governação e supervisão

A conformidade com as exigências do supervisor manteve-se como uma prioridade estratégica, impulsionando ajustes nos processos internos e a implementação de novos mecanismos de controlo. Um exemplo desse compromisso foi o desenvolvimento do projeto dedicado aos Riscos Climáticos e Ambientais, assegurando que a atuação da CCAMTV esteja alinhada com as regulamentações do setor.

Além disso, a estrutura organizacional foi ajustada, destacando-se a criação dos gabinetes de Marketing & Comunicação, de Análise e *Reporting* e de Gestão de Produto, assim como a ampliação da área Comercial. Essas mudanças reforçam a capacidade da Instituição para gerir o crescimento do negócio e responder com eficácia às crescentes exigências regulatórias.

Atividade comercial

A modernização tecnológica tem sido um pilar da expansão comercial, viabilizando o lançamento de novas iniciativas. Entre elas, destacam-se as campanhas de angariação de novos associados, reforçando a base cooperativa e promovendo um maior envolvimento da comunidade com a Caixa Agrícola de Torres Vedras.

No portefólio de produtos, foi introduzido o "Crédito Pessoal Sorrir", uma solução financeira com condições especiais para cuidados de estomatologia, especialmente para a população com mais de 45 anos. Este lançamento reforça o compromisso da Caixa Agrícola de Torres Vedras com o bem-estar social e a adaptação da oferta às necessidades dos clientes.

Adicionalmente, a expansão da rede de serviços foi concretizada com a instalação de uma nova ATM no Mercado Municipal, um ponto estratégico para a comunidade. Esta ação respondeu a uma solicitação dos comerciantes locais, reforçando assim o acesso a serviços financeiros essenciais na região.

2.6.2. Envolvimento com a comunidade

A proximidade com a comunidade e o apoio a iniciativas locais continuaram a ser pilares fundamentais da atuação da CCAMTV em 2024. A Instituição reforçou o apoio a inúmeras organizações locais, através de uma presença ativa em eventos e iniciativas que promovem o cooperativismo e a sustentabilidade. Além disso, implementou, em todas as escolas do concelho, programas direcionados para as mais diversas áreas, nomeadamente empreendedorismo, literacia financeira, inclusão social e desenvolvimento sustentável, em parceria com a GesEntrepreneur, e sempre em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (ver capítulo Sustentabilidade).

Além da proximidade física que os diversos eventos proporcionam, a Caixa Agrícola de Torres Vedras entende que o compromisso com a comunidade requere também a capacidade de acompanhar a evolução e as novas tendências, garantindo a proximidade que caracteriza a atuação desta Instituição em todos os pontos de contacto com a população e os interlocutores externos. Nesse sentido, intensificou as suas estratégias digitais, aproximando-se do mercado, dos clientes e dos associados que privilegiam estes meios de comunicação com a marca. Assim, apostou no reforço da comunicação *online*, nomeadamente através da reformulação do *site* institucional, o que permitiu disponibilizar mais informação de forma clara e acessível, melhorando a experiência do utilizador. No primeiro semestre de 2025, a CCAMTV prevê concluir o lançamento da sua plataforma de *mobile banking* para proporcionar aos clientes maior conveniência e acesso aos serviços bancários. Esta inovação será viabilizada pela entrada em funcionamento do novo *core* bancário.

Em 2024, destacou-se igualmente a ampliação da presença nas redes sociais, com a abertura de uma conta no Instagram e a adaptação de todos os conteúdos e campanhas para o formato adequado a estes canais. Com uma abordagem mais consistente e diversificada em termos de conteúdos, foi possível destacar a ligação à comunidade local, dar maior visibilidade à componente social da sua atuação e posicionar a Caixa Agrícola de Torres Vedras como um parceiro confiável e essencial na região. Estas iniciativas resultaram num aumento do número de seguidores e num maior alcance da comunicação.

2.6.3. Atividade associativa

A Caixa Agrícola de Torres Vedras manteve uma participação ativa nas entidades de que é associada, nomeadamente na **Agrimútuo** e na **Servimútuo**.

No âmbito da Agrimútuo – federação de estruturas financeiras cooperativas que atuam no crédito agrícola e que representa várias Caixas de Crédito independentes –, esta entidade realizou diversas atividades em parceria com a CCAMTV e as outras associadas. Essas ações foram, sobretudo, direcionadas para os mais jovens, designadamente nas áreas do desenvolvimento infantil e da promoção de competências financeiras. Destacam-se as seguintes:

- **Mini Oeste –** realizado de 23 de março a 7 de abril, este evento ofereceu às crianças a oportunidade de brincar ao "faz de conta" no mundo dos adultos, assumindo vários papéis profissionais, como bancário, veterinário, médico, entre outros. Além de estimular o desenvolvimento e a aprendizagem infantil, esta iniciativa incentivou a colaboração entre as crianças e demonstrou um compromisso ativo com a comunidade local, proporcionando uma experiência enriquecedora e memorável para as famílias da região;

- **Literacia financeira infantil –** edição de uma coleção de livros infantis, composta por três volumes, que aborda a educação financeira de forma divertida e acessível. Trata-se de uma oportunidade valiosa para avós, pais e filhos explorarem juntos um tema essencial, promovendo o desenvolvimento de competências financeiras desde a infância.

  A importância da educação financeira desde cedo é sublinhada pelo recente apelo do Conselho Europeu para a inclusão deste tema no currículo escolar a partir do primeiro ano do ensino básico. O objetivo é claro: reduzir os elevados níveis de iliteracia financeira e preparar as novas gerações para um futuro mais seguro e consciente financeiramente.

  A coleção, escrita por Ana Anjos e ilustrada por Otávio Valões, é composta pelos livros *O Mundo do Dinheiro, O Poder da Poupança* e *A Magia do Investimento*. Ao ser distribuída nas escolas de Torres Vedras, Mafra e Bombarral, reforça o compromisso com a educação financeira desde a infância e fortalece os laços familiares em torno de um tema tão relevante.

No que diz respeito à participação na Servimútuo ACE, que constitui a componente operacional de apoio às CCAM associadas, destacam-se a implementação do novo ***core*** bancário, que deverá ficar operacional em 2025, e o reforço dos sistemas de gestão de risco e conformidade.

A Caixa Agrícola de Torres Vedras reafirmou, assim, o seu compromisso com um crescimento sustentável e responsável, equilibrando inovação, solidez financeira e apoio à comunidade, consolidando-se como uma referência no setor cooperativo.

2.7. Gestão de pessoas

A valorização dos colaboradores e o desenvolvimento sustentável do talento são pilares estratégicos da Caixa Agrícola de Torres Vedras. O Gabinete de Gestão de Pessoas (GGP) tem vindo a desempenhar um papel fundamental na implementação de mudanças estratégicas, focando-se em três grandes áreas: recrutamento, formação e estrutura organizativa. O desempenho, em 2024, evidencia a concretização da maioria dos objetivos definidos, servindo de base para as ações previstas para 2025.

2.7.1. Recrutamento e Desenvolvimento de Talento

Atividades desenvolvidas em 2024

- **Reforço das equipas nas áreas de Crédito, Comercial, IT e Secretariado ao Conselho de Administração:** Esta medida visou fortalecer a capacidade operacional da CCAMTV e garantir maior eficiência na concessão de crédito e na implementação de novas soluções digitais, melhorando a eficiência operacional e alinhando-se com o objetivo estratégico de transformação digital. De acordo com a prática seguida na Instituição, os colaboradores contratados foram integrados num processo de *onboarding* estruturado, facilitando a adaptação à cultura organizacional;

- **Planeamento para a substituição de colaboradores a caminho da reforma em 2025:** Em 2024, foi realizada uma análise da estrutura de recursos humanos, permitindo antever necessidades futuras e planear um processo de transição estruturado para manter a continuidade operacional e preservar o conhecimento institucional. Para 2025, a área comercial será o principal foco da atividade de recrutamento.

2.7.2. Formação e Desenvolvimento de Competências

Ações realizadas

- **Execução do plano de formação em gestão de risco, cibersegurança e *compliance*:** Foram promovidas formações especializadas para preparar os colaboradores para um contexto bancário cada vez mais regulado e exigente. Estas ações incluíram a frequência de colaboradores de formações técnicas, pós-graduações e mestrados;

- **Capacitação em novas tecnologias bancárias:** Com a transição para um novo *core* bancário, prevista para 2025, a CCAMTV antecipou a necessidade de formação em sistemas automatizados e digitais;

- **Desenvolvimento de *soft skills*:** Foram realizadas formações para melhorar a comunicação eficaz, gestão do tempo, gestão de conflitos e a liderança, essenciais para novos modelos de relacionamento com clientes.

Em 2025, o esforço de formação nas áreas identificadas será aprofundado, assim como os colaboradores serão preparados para a entrada em funcionamento do novo *core* bancário.

2.7.3. Política de Benefícios e Retenção de Talento

Medidas implementadas

- **Aumento salarial global de 5%:** A medida foi implementada em janeiro de 2024, para reforçar a satisfação dos colaboradores e contribuir para a retenção de talento, alinhando-se com a estratégia de *employer branding*;

- **Estudo de novos benefícios:** Durante 2024, foram analisadas formas de reforçar os benefícios oferecidos, incluindo seguros de saúde e planos de desenvolvimento de carreira;

- **Atividades de *team building* e convívios:** Foram realizadas diversas ações, incluindo *workshops* motivacionais, palestras e eventos de confraternização, envolvendo os colaboradores e as suas famílias, reforçando o sentimento de pertença à Instituição e procurando promover o equilíbrio entre a vida pessoal e a vida profissional;

- **Planeamento da revisão da política de compensação para 2025:** Tendo em conta a evolução económica, o desempenho financeiro da Caixa e a implementação do novo sistema de avaliação de desempenho, está em curso uma revisão da política de compensação para garantir competitividade e manter a equidade salarial.

2.7.4. Estrutura Organizacional e Ferramentas de RH

Melhorias implementadas em 2024

- **Estudo EY sobre Força de Trabalho e Equidade Salarial:** Concluído no primeiro trimestre de 2024, este estudo permitiu identificar áreas de melhoria na alocação de recursos e na equidade salarial interna, tendo as sugestões já sido implementadas;

- **Desenvolvimento do Modelo de Avaliação de Desempenho:** A implementação do novo modelo de avaliação de desempenho, que alinhará a gestão de pessoas com os objetivos estratégicos da Caixa, está prevista para o início de 2025;

- **Modernização da ferramenta de gestão de recursos humanos:** Foi iniciado um processo de implementação de um sistema integrado para processamento salarial, gestão da formação, avaliação de desempenho, gestão da assiduidade e um portal do colaborador. Este processo deverá ficar concluído no decurso de 2025.

2.7.5. Perfil demográfico dos colaboradores

O perfil demográfico dos colaboradores da CCAMTV reflete uma distribuição diversificada por faixa etária e género, contribuindo para uma gestão de pessoas que valoriza a diversidade e a inclusão. Abaixo apresenta-se a distribuição:

Faixa etária	Mulheres	Homens
20–29	8	3
30–39	6	6
40–49	12	14
50–59	7	25
> 60	3	9
Total	**36**	**57**

Estes dados evidenciam a presença de uma diversidade de experiências e competências que enriquecem o ambiente de trabalho e apoiam as estratégias de desenvolvimento e inovação na Instituição.

A Caixa Agrícola de Torres Vedras reafirma o seu compromisso e aposta contínua no desenvolvimento do talento e na valorização dos colaboradores, consolidando-se como um empregador de referência na região, preparado para enfrentar os desafios de um mercado em constante evolução.

2.8. Tecnologia

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) apresentam uma relevância cada vez maior nas Instituições Financeiras, representando um motor fundamental para a inovação e segurança dos sistemas bancários, sendo de destacar o tratamento e proteção dos dados, da informação e das transações dos clientes.

As TIC são um motor fundamental para a inovação e segurança dos sistemas bancários

O setor Financeiro encontra-se cada vez mais sujeito a alterações normativas, tendo-se verificado interação regulatória mais intensa e exigente com o Banco de Portugal, especialmente no que diz respeito à uniformização e controlo de qualidade dos reportes bancários.

O Departamento de Informática, no exercício das suas funções e competências, alinha-se com as necessidades desta Instituição, dos seus clientes e da

resiliência operacional digital. O desempenho, em 2024, reflete a concretização dos objetivos que estavam estabelecidos, os quais se encontram enunciados nos seguintes pontos:

2.8.1. Principais atividades desenvolvidas em 2024:

- **Novo *Core* Bancário:** Foi realizada a intermediação e o acompanhamento entre as equipas internas e o fornecedor da nova solução, bem como com outras entidades, nomeadamente a SIBS.

  Efetuou-se o mapeamento dos dados que serão migrados, assim como o tratamento da integridade e qualidade dos mesmos, para garantir correta implementação no novo *core* bancário.

  Verificou-se um grande envolvimento deste departamento na construção dos vários cadernos funcionais da nova aplicação e na realização de testes operacionais.

- **SREP TIC e Auditoria Externa:** Foi realizado um trabalho exaustivo de análise e correção das situações identificadas pelo Banco de Portugal, no âmbito da última auditoria às TIC. Este processo incluiu a elaboração de normativos internos e a recolha de evidências, com o objetivo de resolver todos os pontos de auditoria (*findings*) enumerados pelo regulador e por auditorias externas.

- **Obras na Sede e na Agência do Maxial:** No âmbito das obras de remodelação integral do edifício da Sede, realizou-se um acompanhamento contínuo dos vários projetos da infraestrutura, incluindo Informática, Videovigilância, Segurança física, entre outros.

  Iniciou-se o projeto de implementação de uma nova infraestrutura tecnológica na nova agência do Maxial, que funcionará como centro de dados alternativo.

  Esta nova agência conta com um conjunto de equipamentos informáticos e de telecomunicações capazes de oferecer uma resposta rápida em caso de incidentes no edifício Sede. Além disso, terá redundância na infraestrutura de telecomunicações, com diferentes operadores e tecnologias (Fibra, GSM e Satélite), garantindo a alta disponibilidade dos sistemas de informação da Instituição.

- **SPIN:** Foi desenvolvida e implementada a solução do Banco de Portugal que permite disponibilizar as funcionalidades de Proxy Lookup (SPIN) e de Confirmação de Beneficiário/Devedor (COPS) aos clientes da Instituição, no contexto do Sistema de Compensação Interbancária (SICOI).

- **MBnet, CVV e 3dSecure:** Foram implementados estes três módulos, através de projetos independentes que envolveram a participação da SIBS, Visa e Unicre.

- **Transferências Imediatas:** Foi desenvolvida uma nova solução que permite aos clientes da Instituição realizar transferências imediatas de forma segura, tendo sido feita a adesão ao SCT Inst (subsistema do SICOI) da SIBS. A entrada em produção ocorreu a 7 de janeiro de 2025.

2.8.2. Outros projetos realizados:

- **Reporte PAY:** Foi implementado um novo reporte de informação diária de todos os meios de pagamento disponíveis no SICOI, bem como os respetivos clientes, transações de exceção (*r-transactions*), fraudes e perdas.

- **Infraestrutura de virtualização de servidores *Datacenter* da Sede:** Foi realizado um investimento na renovação total da infraestrutura de virtualização de servidores do *Datacenter* da Sede, devido à antiguidade da solução anterior.

- **Atualização de Normas e Políticas:** Foram criadas as Políticas de Segurança de Informação, de Gestão de Incidentes de Segurança de Informação e de Subcontratação, de Gestão de Risco das TIC. Além disso, foram atualizados o PCN Informático e o Manual de Sistemas de Informação.

- **Parque Informático:** Foi realizado um investimento significativo na renovação de cerca de 50% do parque informático da Instituição.

- **Ergonomia:** No seguimento das ações de formação e recomendações sobre ergonomia, foi decidido, em colaboração com o Gabinete de Gestão de Pessoas, adquirir material informático que assegure a conformidade, a segurança e o bem-estar de todos os colaboradores.

2.8.3. Segurança da Informação e Cibersegurança

Durante o ano foram melhorados os seguintes aspetos relacionados com a Cibersegurança:

- **Watchguard Dimension:** Realização de registo de *logs*, relatórios, avaliações de segurança e verificação de vulnerabilidades, em ambiente próprio da Watchguard Cloud, o que facilita a configuração, gestão central e as atualizações automáticas.

- **Watchguard Full Encryption:** Solução que permite controlar os discos rígidos e dispositivos USB que contenham dados confidenciais, assegurando a proteção contra roubo e acesso não autorizado.

- **Office 365:** Foram atualizados os planos da Microsoft, através do *upgrade* para versões superiores.

- **Veeam Backup for Microsoft 365:** Serviço de *backup* que assegura a proteção e recuperação de dados das contas de e-mail, SharePoint, OneDrive e Teams de todos os utilizadores.

- **Windows Profissional 11 com TPM:** Os computadores foram atualizados para a versão Windows Professional 11, equipada com módulo TPM 2.0, o que garante a segurança e aumenta a proteção contra vulnerabilidades de *software*.

- **Formação:** Foi realizada uma ação de formação, ministrada por uma empresa especializada em Cibersegurança e dirigida a todos os colaboradores. A formação teve como objetivo a consciencialização e sensibilização para as políticas de segurança da Instituição.

- Foram também realizados testes de *phishing* a todos os colaboradores, através da plataforma KnowBe4, juntamente com sessões de treino sobre *Awareness*, boas práticas na utilização de e-mails e palavras-passe, entre outros temas.

2.8.4. Meios Humanos

- **Reforço da equipa:** Foram contratados dois novos elementos para o Departamento de Informática, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às diversas solicitações internas. Este reforço permite efetuar um suporte mais eficaz aos vários departamentos, especialmente na elaboração de reportes regulamentares e na resposta aos pedidos de informação do Banco de Portugal.

- **Aumento de Competências:** Com a integração de novos colaboradores, o departamento aumentou as suas competências técnicas, quer pelo conhecimento de novas linguagens de programação, quer pela maior presença e resposta na área de *Helpdesk* Informático.

- **Internalização de processos:** A Instituição conseguiu assumir internamente atividades e processos anteriormente realizados por terceiros, o que resultou num aumento da eficiência e no controlo de vários projetos, além de reduzir os custos e dependências externas.

2.9. Sustentabilidade

A atuação da Caixa Agrícola de Torres Vedras

A Caixa Agrícola de Torres Vedras mantém o seu compromisso com a sustentabilidade, integrando os princípios ambientais, sociais e de governança (ESG – *Environmental, Social and Governance*) em todas as suas operações, reforçando a responsabilidade corporativa e a criação de valor a longo prazo. Em 2024, foram implementadas várias iniciativas e delineadas novas metas que sustentam o empenho da Instituição em promover uma atuação cada vez mais sustentável.

2.9.1. *Environmental*

Redução da Pegada de Carbono

No caminho para a neutralidade carbónica, a CCAMTV substituiu a sua frota automóvel por veículos 100% elétricos e está a realizar importantes obras de remodelação na sede para maximizar a eficiência energética. As intervenções incluem a instalação de lâmpadas LED e a substituição dos sistemas de ar condicionado por modelos mais eficientes e com menor impacto ambiental. Além disso, colocou sensores de iluminação e reforçou o isolamento térmico, com a instalação de janelas energeticamente mais eficientes. Em 2025, serão estudadas novas ações que visam a desmaterialização documental.

A CCAMTV substituiu a sua frota automóvel por veículos 100% elétricos

Adicionalmente, foram reprogramadas para 2025 as seguintes iniciativas:

- **Avaliação da pegada carbónica da CCAMTV –** embora tenha sido adiado para 2025 devido ao facto de ainda decorrerem obras na sede, permanece nos objetivos da Instituição;

- **Promoção de práticas de mobilidade sustentável para os colaboradores –** serão analisadas e propostas iniciativas, ao longo de 2025, que contribuam para uma maior sensibilização nesta matéria, incentivando o uso de transportes públicos, carros elétricos ou bicicletas.

2.9.2. *Governance*

Ética e integridade nas operações

A CCAMTV reforçou o seu compromisso com a ética e a integridade nas operações através da implementação de um canal de denúncias e de combate à corrupção. Ao mesmo tempo, fortaleceu a sua atuação com uma política dedicada a estes temas, com procedimentos rigorosos para a gestão responsável de reclamações, promovendo a transparência e a confiança nos processos organizacionais. O Código de Conduta, atualizado anualmente, é um instrumento fundamental na promoção de um comportamento responsável. Este documento é do conhecimento de todos os colaboradores, Órgãos Sociais e entidades que interagem diretamente com a CCAMTV. Define as linhas orientadoras para práticas éticas e de integridade, reforçando o compromisso da Organização com uma cultura de transparência e respeito nos seus relacionamentos internos e externos. Estas medidas fazem parte da estratégia ESG, garantindo que a governança responsável esteja no centro da sua atuação.

2.9.3. Social

Desenvolvimento de produtos e serviços responsáveis

Em resposta ao compromisso com os critérios de ESG, a CCAMTV está focada no desenvolvimento de uma oferta de produtos e serviços que respondam às necessidades da comunidade. Nesse sentido, em 2024, lançou o Crédito Pessoal Sorrir, que oferece condições especiais para cuidados de estomatologia, atendendo às necessidades da população com idade superior a 45 anos. Além disso, iniciou o desenvolvimento de um novo produto com foco na sustentabilidade, alinhado com as práticas de responsabilidade corporativa, que será lançado em 2025.

No mesmo sentido, a CCAMTV assume-se como um parceiro ativo na transição energética através da oferta de soluções financeiras sustentáveis. Para isso, está a desenvolver linhas de crédito inovadoras, direcionadas a particulares e empresas, com o objetivo de apoiar projetos que promovam a eficiência energética e a transição para fontes de energia mais limpas. Estes produtos serão disponibilizados em condições especiais, reforçando o papel da CCAMTV como agente impulsionador de mudanças positivas nesta área. Os associados beneficiarão de uma bonificação adicional, sublinhando a relevância de uma ligação próxima e vantajosa com a Instituição.

Para os clientes empresariais, foi implementado um sistema de *rating* de sustentabilidade – Plataforma SIBS ESG – que avalia e incentiva práticas éticas e responsáveis. As empresas que aderirem e responderem a este sistema terão

acesso a uma bonificação adicional, estimulando a integração de estratégias sustentáveis nas suas operações. Estas linhas de crédito apresentarão condições comerciais bastante vantajosas face aos restantes produtos de crédito da mesma família, reforçando o compromisso de apoiar a sustentabilidade com benefícios concretos para os clientes.

Ao longo de 2025, a CCAMTV pretende igualmente estudar a viabilidade de criar um incentivo à poupança através de doações a entidades sem fins lucrativos com elevados padrões ambientais e éticos ("*Green Savings*"), assegurando uma abordagem que alie responsabilidade social e benefícios aos clientes. Esta iniciativa, inicialmente agendada para 2024, permitirá que os clientes direcionem uma parte de seus rendimentos para essas organizações.

Envolvimento e compromisso com a comunidade

A CCAMTV reforçou o seu papel social e ambiental, expandindo o apoio às instituições da região e divulgando-o a toda a comunidade através de uma campanha. Esta proximidade visa apoiar e fortalecer a comunidade, contribuindo para um impacto positivo no desenvolvimento social.

A CCAMTV ampliou o apoio a mais de uma centena de organizações locais

Durante o ano, a Caixa Agrícola de Torres Vedras ampliou o apoio a mais de uma centena de organizações locais e desenvolveu programas específicos em áreas como o empreendedorismo, a literacia financeira, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, abrangendo todas as escolas do concelho. Entre as principais iniciativas, destacam-se:

- **Programa "Encontros Mágicos com o Gaspar" –** iniciativa inovadora de Empreendedorismo e Literacia Financeira, desenvolvida em parceria com a GesEntrepreneur, que visa capacitar crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico com ferramentas e conhecimentos para a gestão financeira responsável e o empreendedorismo. Este programa, que passa por cerca de 18 escolas abrangendo mais de 800 alunos, reforça o compromisso contínuo da CCAMTV com o desenvolvimento económico e social da comunidade;

- **Rubrica "ABC dos Números" –** iniciativa lançada nas redes sociais com o intuito de tornar os conceitos financeiros mais compreensíveis e preparar as novas gerações para um futuro mais consciente e financeiramente responsável;

- **Programa "Cria o Teu Futuro" –** iniciativa destinada a alunos do ensino secundário e profissional de Torres Vedras, proporcionando-lhes a oportunidade de explorar o mundo do empreendedorismo, desenvolver ideias inovadoras e competir para tornar os seus projetos em realidade.

A CCAMTV orgulha-se de, em parceria com a GesEntrepreneur, contribuir para a educação dos jovens, incentivando uma nova geração de líderes responsáveis e conscientes. Ao implementar estes programas, alinha a sua atuação com os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas:

Promover a literacia financeira e o empreendedorismo como parte essencial da educação, preparando os participantes para enfrentar os desafios económicos do futuro.

Oferecer oportunidades igualitárias para todos os membros da comunidade local, capacitando indivíduos de diferentes origens a alcançarem o sucesso financeiro.

Fortalecer colaborações que transformam o futuro. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.

No âmbito do apoio local, destaca-se também a presença ativa em eventos e iniciativas que promovem o cooperativismo e a sustentabilidade, nomeadamente:

- **Reserva | Fórum de Inovação de Gastronomia e Vinho –** além de Patrocinador Oficial, a CCAMTV esteve ativamente envolvida na organização das tertúlias que decorreram durante os três dias do evento. Os debates abordaram temas como a diversificação agrícola, a sustentabilidade e inovação, a importância de consumir vinhos locais na restauração e o equilíbrio entre cooperação e competição no setor vitivinícola;

- **Aniversário da Caixa Agrícola de Torres Vedras –** uma celebração de um marco significativo para a Instituição, reunindo os parceiros da CCAMTV na comunidade, colaboradores, fornecedores, clientes e associados;

- **CoopTalks na Feira de S. Pedro –** um espaço de debate e reflexão sobre temas como a intercooperação entre países, a raiz do cooperativismo nas religiões monoteístas e as intersecções entre sustentabilidade e inovação, explorando como estas duas áreas se podem complementar e impulsionar o desenvolvimento sustentável em diversos setores;

- **Visita Sicredi –** a CCAMTV recebeu a comitiva do Sicredi Frederico Westphalen para um encontro de partilha de conhecimento e experiências sobre o cooperativismo entre Portugal e Brasil. O Sicredi é um sistema de cooperativas de crédito brasileiro, com mais de 120 anos e 2800 agências, considerada a primeira instituição financeira cooperativa da América Latina;

- **1.ª Convenção "O Associado como Peça Fundamental no Cooperativismo" –** encontro que reuniu especialistas e líderes para debater a atualidade do modelo de negócio do cooperativismo e da intercooperação. Foram abordados temas relativos à sustentabilidade (ODS, ESG) no setor bancário cooperativo, bem como o papel da ética e do capitalismo consciente à luz da economia social.

Ainda no âmbito do ODS 17, pela primeira vez, a CCAMTV foi o banco oficial do Festival Ocean Spirit, um evento de renome que celebra o melhor dos desportos aquáticos, música e cultura na praia de Santa Cruz. Esta parceria reforça o compromisso da CCAMTV com a promoção de estilos de vida saudáveis e a valorização dos recursos naturais. Na cerimónia de encerramento do festival, a Caixa Agrícola de Torres Vedras foi distinguida com o Prémio Prosperidade, atribuído pela Promotorres e pela Câmara Municipal de Torres Vedras, reconhecendo o papel fundamental da CCAMTV na prosperidade da comunidade local.

Na vertente do apoio às atividades económicas com relevância para a comunidade, destaca-se o projeto "Raízes do Vinho". Em parceria com o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), sediado em Oeiras, a CCAMTV explora e apoia financeiramente a riqueza da viticultura em Portugal, promovendo a preservação e inovação das castas autênticas que definem o vinho regional. Neste âmbito, a CCAMTV apoiou a coleção ampelográfica nacional, um projeto dedicado à preservação das castas tradicionais portuguesas e ao estudo aprofundado de caracterização e identificação genética. Ao promover a divulgação deste património através do projeto "As Raízes do Vinho", a CCAMTV reforça o seu compromisso com a sustentabilidade ambiental e a valorização dos recursos genéticos locais, assegurando a preservação da herança vitivinícola e das tradições regionais para as gerações futuras.

Como parte deste projeto, a Caixa Agrícola de Torres Vedras iniciou a produção de uma série exclusiva de vídeos intitulada "Raízes do Vinho", disponíveis *online*. Esta iniciativa conduz a uma viagem ao coração da tradição e inovação vinícola, explorando temáticas desde a preservação das castas no solo português até às novas práticas de sustentabilidade que vão moldar o futuro do vinho nacional. Uma vez mais, este projeto reforça o alinhamento da ação da CCAMTV com os ODS, nomeadamente:

Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade.

Ainda no campo social, além do referido apoio às instituições locais, a CCAMTV alargou a sua ação solidária a nível internacional através de uma campanha de angariação de fundos destinada a apoiar as vítimas das cheias no Rio Grande do Sul, que afetaram milhões de pessoas e causaram graves danos na região. Esta iniciativa reflete o propósito de agir prontamente em prol das comunidades em situação de vulnerabilidade, promovendo uma rede de apoio que impacta vidas e contribui para a reconstrução de quem mais necessita.

2.9.4. Transparência e responsabilização

A CCAMTV compromete-se a relatar regularmente os seus progressos em sustentabilidade e está a preparar-se para a apresentação de reportes de acordo com o *standard Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD). Embora a implementação obrigatória deste *standard* esteja prevista para 2026, a Caixa Agrícola de Torres Vedras já iniciou o estudo dos padrões de reporte, promovendo uma aproximação progressiva aos requisitos estabelecidos na referida Diretiva. Este esforço demonstra o compromisso da CCAMTV com a melhoria contínua da comunicação e transparência. Atualmente, está a ser desenvolvida uma primeira versão do relatório de sustentabilidade, que será divulgada

no primeiro trimestre de 2025, proporcionando aos associados, colaboradores e à comunidade uma visão clara do desempenho da Caixa Agrícola de Torres Vedras nos critérios ESG.

2.9.5. Implementação e monitorização da estratégia de ESG

O ano de 2024 ficou marcado pelo início do projeto de relato de ESG, destacando-se o desenvolvimento da primeira Brochura de Sustentabilidade a ser divulgada aos associados e outros parceiros de negócio. Em 2025, a CCAMTV irá focar-se nos pontos referentes à implementação e monitorização das atividades neste âmbito.

Para liderar a execução da estratégia ESG, será designada uma equipa dedicada, incluindo elementos dos Órgãos Sociais especificamente designados para acompanhar este tema, reforçando o compromisso institucional. Está ainda prevista a possibilidade de contratação de um *Sustainability Officer* para coordenar e alinhar os esforços em todas as iniciativas.

Esta equipa será responsável por estabelecer indicadores-chave de desempenho (KPI) específicos para cada iniciativa, assegurando revisões e ajustes sempre que necessário. Adicionalmente, a estratégia de sustentabilidade será revista, pelo menos semestralmente, para garantir a sua relevância e eficácia contínuas. O sucesso desta estratégia envolverá a colaboração de várias áreas, como Marketing e Comunicação, Produto e Risco, entre outras.

2.9.6. Comunicação

A CCAMTV tem vindo a comunicar proativamente os seus compromissos em matéria de sustentabilidade nas suas intervenções públicas. As iniciativas de impacto ESG são partilhadas de forma transparente com todas as partes interessadas, utilizando canais como o *site* institucional, a *newsletter*, eventos corporativos e redes sociais. Além disso, a CCAMTV tem participado em diálogos abertos, essencialmente nos seus eventos, acolhendo *feedback* e sugestões de forma construtiva.

A Instituição renova, assim, o seu compromisso de fortalecer continuamente a sua ação em matéria de sustentabilidade, mantendo-se empenhada em aprofundar o trabalho iniciado e em implementar novas iniciativas que tornem a sua atuação ainda mais robusta e significativa. Com a dedicação e colaboração de todos, a CCAMTV continua determinada em criar um futuro mais sustentável e ético, gerando um impacto positivo, tanto nas comunidades que serve como no meio ambiente que protege.

2.10. Controlo interno

O sistema de Controlo Interno da Caixa Agrícola de Torres Vedras compreende o conjunto de princípios, estratégias, políticas, sistemas, processos, regras e procedimentos estabelecidos pela Instituição que permitem gerir adequadamente os riscos decorrentes do exercício da atividade, atendendo ao perfil, à apetência e à tolerância ao risco da Instituição. Este sistema de Controlo Interno é composto pelas seguintes funções e unidades de estrutura independentes entre si:

- **Auditoria Interna –** Andreia Delgado (coordenadora) e António Pais;
- **Gestão de Riscos –** Francisco Silvestre (coordenador), Carmen Silva e Maria Almeida;
- **Conformidade –** José Grazina Machado (coordenador), Filomena Fernandes e Margarida Garcia.

2.10.1. Conformidade

O conceito do risco de conformidade não se mostra definido de forma universal, e menos ainda em termos doutrinais. Contudo, tal conceito poderá ser explicitado com a possibilidade de uma pessoa coletiva sofrer sanções penais ou contraordenacionais, perdas financeiras ou danos reputacionais e de bom nome, devido ao incumprimento de normas legais ou regulamentares ou de Políticas e Regulamentos internos em vigor nessa pessoa coletiva.

Com efeito, a gestão do risco de conformidade destina-se a assegurar que a Instituição adote uma conduta proativa, evitando incorrer em sanções penais ou contraordenacionais, perdas financeiras ou danos reputacionais.

A gestão do risco de conformidade está, portanto, filiada no ambiente regulatório em que a pessoa coletiva opera, contendendo diretamente com os diplomas legais e regulamentares associados a esse ambiente e com os normativos internos que disciplinam a organização e seu funcionamento.

O risco de conformidade subdivide-se em três dimensões distintas, a reter:

- **Legal –** reporta-se à aplicação de sanções no âmbito de processo penal e contraordenacional em que a Instituição incorre, caso não cumpra alguma obrigação ou dever legal ou regulamentar (e.g., Aviso ou Instrução do Banco de Portugal [BdP], ou uma determinação específica do BdP ou da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões);

- **Perdas financeiras –** refere-se à aplicação de penas de multa ou coima, nos foros penal e contraordenacional, ou indemnização, já no âmbito de eventual responsabilidade civil, de forma direta e de forma indireta, às perdas financeiras que poderão redundar em perdas de oportunidade de negócio ou diminuição de receitas ou proveitos relacionados com eventuais dissoluções de relações de negócio;

- **Reputacional –** reporta-se aos potenciais danos na reputação e bom nome de uma instituição, os quais podem impactar negativamente a confiança dos investidores, clientes, colaboradores e parceiros de uma pessoa coletiva, resultando em eventuais perdas de proveitos ou oportunidades de negócio. Trata-se da dimensão mais difícil de quantificar no âmbito do risco de conformidade.

O Gabinete de Conformidade assegura o cumprimento das obrigações e deveres legais e regulamentares

A Instituição dispõe de um Gabinete de Conformidade (GC) que assegura, entre outras competências, o cumprimento das obrigações e deveres legais e regulamentares que a CCAMTV se encontra sujeita.

No exercício em apreço, o Conselho de Administração assegurou e reforçou mesmo o referido Gabinete, tendo efetuado uma alteração do Alternate do Coordenador do Gabinete, bem como a inclusão, a tempo integral, de mais um quadro afeto ao Gabinete, que passou a ser composto por três membros.

Essa aposta no reforço desta vertente do Controlo Interno da Instituição foi significativa, dado que foram realizadas múltiplas atividades.

Desde logo, o GC prestou a sua colaboração no desenvolvimento de uma nova aplicação para as Pessoas Coletivas, na utilização do *Homebanking* da Instituição, assegurando que, em virtude dessa aplicação, a forma de obrigar da Pessoa Coletiva se reflete e corresponde à forma de movimentação da conta sediada na Instituição aquando do uso do *Homebanking*.

Além disso, esteve diretamente envolvido na criação de um novo Portal institucional na Internet, o qual passou a ter por base uma tecnologia mais moderna e inovadora, e novos grafismos. Desse modo, a Instituição passou a ter um sítio institucional mais robusto e contemporâneo.

Salienta-se a colaboração prestada no encerramento de deficiências detetadas no SREP (processo de análise e avaliação pelo supervisor) de 2019 e de 2022, bem como daquelas que haviam sido apontadas pelo Controlo Interno, as identificadas na Inspeção ao novo sistema informático, e ainda no âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais e de combate ao Financiamento do Terrorismo (doravante, BC/FT).

O GC esteve envolvido na adoção das medidas tendentes ao cumprimento efetivo e integral do pacote legislativo referente ao Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações, bem como na implementação das medidas contidas no Regime Geral da Prevenção da Corrupção, estando a Instituição alinhada e em cumprimento com os deveres e obrigações que dimanam de ambos os diplomas.

No que concerne à atualização de dados, não só no âmbito da transição do atual para o novo sistema informático, mas também no cumprimento de obrigações legais, a Instituição procedeu à atualização de dados da conta e dos clientes, abrangendo cerca de um terço das contas bancárias de depósito à ordem domiciliadas ou sediadas na Instituição.

Adicionalmente, o GC procedeu à realização de duas reuniões gerais com os Coordenadores de Agência, e duas com os Caixas, abordando diversas áreas temáticas, como a abertura de conta, o BC/FT, o cumprimento dos diversos mecanismos de controlo e de Políticas e Normas Internas, entre outras.

O GC participou no processo de certificação das Políticas Internas da Instituição, particularmente o Código de Conduta, a Política de Participação de Irregularidades, a Política de Recursos Humanos, a Política de Subcontratação, a Política de Prevenção de Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, a Política de Seleção MOAF (mapa de origens e aplicação de fundos) e Titulares de Funções Essenciais, a Política de Gestão de Riscos de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e a Política de Receção, Registo e Tratamento de Reclamações. Nesse âmbito, o GC ainda participou na revisão dos Regulamentos Internos de duas das três Funções de Controlo Interno, bem como na atualização do Manual de Estrutura Orgânica, do Manual de Governo e Controlo Interno e do Organograma da Instituição.

Este Gabinete atuou também, em colaboração com o Departamento de Informática, no sentido de assegurar que os principais motores de busca procedem à indexação da pesquisa das referidas políticas com dever de publicação, em cumprimento dos ditames regulamentares do Aviso n.º 3/2020, do Banco de Portugal. Fruto da alteração e revisão de algumas das Políticas e Manuais em causa, também teve lugar a alteração de algumas Normas Internas que densificam os princípios contidos nas Políticas, designadamente a Norma Interna referente aos Reportes Externos, entre outras.

O GC procedeu à realização de testes de conformidade às Agências da Instituição, assegurando, preventivamente, o cumprimento dos princípios e regras legais e regulamentares, tendo em vista a mitigação do risco contraordenacional da CCAMTV.

No que diz respeito à temática da prevenção do BC/FT, o GC elaborou e introduziu no sistema interno um questionário adicional dirigido às Pessoas Singulares identificadas como Pessoas Politicamente Expostas, o qual se insere no cumprimento das regras da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, a qual estabelece medidas de combate ao BC/FT, além de se enquadrar no sistema Know Your Customer (KYC), para lá do cumprimento dos deveres gerais de controlo, identificação e diligência, bem como dos deveres instrumentais, todos associados ao BC/FT.

Por fim, o Gabinete de Conformidade elaborou o Parecer sobre o Relatório de Disciplina de Mercado, o Relatório Anual de Avaliação que inclui uma avaliação do perfil de risco de conformidade da Instituição, bem como o Relatório Anual de Avaliação da Independência da Função, além dos Relatórios de Participação de Irregularidades e de Reclamações e do Relatório dos Colaboradores com Impacto Material no Perfil de Risco da Instituição.

Constata-se, assim, uma intensificação da atividade da CCAMTV em matéria de controlo interno, tendo o Gabinete de Conformidade acompanhado continuamente a legislação e regulamentação bancária, bem com a introdução de alterações no funcionamento da Instituição, visando a gestão do risco de conformidade, no âmbito das três dimensões que comporta.

2.10.2. Gestão de Risco

A CCAMTV assegura uma gestão de risco por meio da identificação, avaliação, monitorização e reporte contínuo da exposição a diferentes riscos, com base em dados atualizados e decisões fundamentadas. O sistema de controlo interno segue o princípio da proporcionalidade e centraliza responsabilidades.

A função de gestão de riscos disponibiliza ferramentas e processos para identificar, monitorizar e controlar riscos, minimizando impactos negativos e garantindo a adoção de boas práticas. O sistema implementado baseia-se em políticas e procedimentos que orientam a identificação e o controlo dos riscos, incluindo limites de alerta e acompanhamento e de ativação de correções.

A estratégia de gestão de riscos visa garantir que a CCAMTV opera dentro dos limites estabelecidos, cumprindo requisitos legais e assegurando a continuidade das atividades de forma sustentável e controlada.

A Política Global de Riscos da CCAMTV define os seguintes princípios gerais de gestão de risco:

- A CCAMTV promove uma cultura de risco integrada, abrangendo todas as áreas de atividade, e assegura a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que está ou pode vir a estar exposta;
- O Conselho de Administração (CA) estabelece uma estratégia sustentável a longo prazo para a sua atividade, perfil de risco e sistema de controlo interno, através de um processo formal de planeamento, com periodicidade adequada;
- Todos os colaboradores, incluindo os membros dos Órgãos Sociais, devem adotar uma conduta profissional responsável, pautada por elevados padrões éticos;
- Garante a prevenção e deteção tempestiva de situações imprevistas ou não autorizadas, tomando as medidas corretivas necessárias sempre que tais situações ocorram.

A definição do perfil de risco pressupõe a avaliação dos processos de controlo internamente implementados para mitigar os riscos, nomeadamente o sistema de controlo interno e o sistema de gestão de riscos.

O processo de avaliação de riscos é realizado anualmente e contempla as seguintes fases:

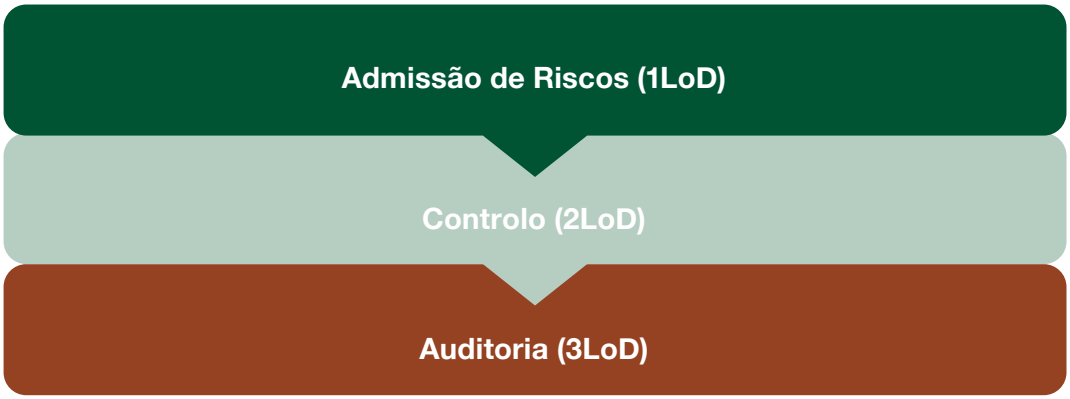
1. Desenvolvimento de metodologia

2. Avaliação de risco

3. Determinação de medidas de mitigação

4. Implementação de medidas de mitigação

A gestão de risco da CCAMTV está estruturada em **três linhas de defesa**:



Esta estrutura, contemplada nas Diretrizes da European Banking Authority (EBA), confere um papel essencial à **2LoD**, assegurando a gestão apropriada e uma visão abrangente de todos os riscos da Instituição.

Modelo das Três Linhas de Defesa

- **1.ª Linha de Defesa (1LoD):** É constituída pelos responsáveis operacionais, cuja função é desenvolver e manter controlos eficazes, identificar, gerir e medir, controlar, mitigar e comunicar os principais riscos originados no exercício contínuo da sua atividade;

- **2.ª Linha de Defesa (2LoD):** É composta pelas funções de controlo e gestão de risco, que monitorizam, supervisionam e apoiam as atividades da 1.ª linha. A sua função principal consiste na implementação de medidas adequadas para a identificação, controlo, monitorização, prevenção e reporte de todos os riscos;

- **3.ª Linha de Defesa (3LoD):** É assegurada pela auditoria interna. Tem a responsabilidade de avaliar a eficácia do sistema de controlo interno e da gestão de risco, analisando o funcionamento dos processos de controlo e mitigação de riscos, assim como o cumprimento da legislação, das políticas e normativos internos.

Este modelo de três linhas de defesa proporciona à CCAMTV uma abordagem sólida, integrada e abrangente na gestão de riscos, assegurando que todos são devidamente identificados, avaliados, controlados e monitorizados.

Apetência ao Risco

A CCAMTV apresenta um perfil de risco alinhado com uma estratégia de negócio de natureza essencialmente conservadora

No âmbito da sua estrutura de Risco, a CCAMTV estabelece o perfil de risco que está disposta a assumir, formalizando-o na sua política global de risco, alinhando-o com as suas estratégias de **negócio de natureza essencialmente conservadora**.

A CCAMTV assegura a avaliação contínua do seu perfil de risco, tanto no presente como no futuro. Com base neste processo, garante a avaliação permanente dos riscos que incorre, tendo definidos indicadores de alerta para garantir que cumpre o perfil de risco pré-definido.

Além disso, nos exercícios sujeitos a supervisão regulatória, como o ICAAP e o ILAAP, são feitas previsões sobre a evolução do perfil de risco, tanto em cenários base como em cenários de *stress*.

No âmbito de um processo alinhado com os restantes documentos estratégicos – **Plano Estratégico, Política de Gestão de Riscos, Internal Capital Adequacy Assessment Process (ICAAP), Internal Liquidity Adequacy Assessment Process (ILAAP), Plano de Recuperação** e **Políticas Específicas de Risco** – a CCAMTV estabeleceu as suas orientações relativas à apetência de risco.

Cultura de Risco

A cultura de risco da CCAMTV é definida pelas condutas e atitudes adotadas perante o risco, bem como pela sua gestão por parte dos colaboradores, refletindo os valores, objetivos e práticas da Instituição. Esta cultura está integrada na gestão da Caixa através das suas políticas, comunicação e formação.

O seu propósito é evitar comportamentos que possam, inadvertidamente, aumentar a exposição ao risco ou levar à assunção de riscos que não possam ser sustentados. Para tal, assenta numa estrutura de governo sólida, numa política conservadora face aos riscos e na inexistência de incentivos à assunção de riscos desproporcionados.

Neste contexto, as ações e decisões que impliquem a assunção de riscos devem:

- Estar alinhadas com os valores da Instituição e os princípios fundamentais de uma atuação prudente e conservadora;

- Ser consistentes com o apetite e a estratégia de risco definidos pela Instituição;

- Basear-se num conhecimento aprofundado dos riscos envolvidos e das respetivas estratégias de mitigação, incluindo a consideração de fatores ambientais, sociais e de governo.

Elementos da Cultura de Risco

Responsabilidade

O CA é responsável por definir e supervisionar uma cultura de risco sólida, garantindo a sua correta implementação e promovendo a identificação e mitigação de riscos.

A gestão de riscos é uma responsabilidade transversal a toda a organização, não se limitando aos especialistas da área ou às funções de controlo interno, sendo as unidades de negócio as principais responsáveis pela sua gestão diária.

Comunicação

A difusão de uma cultura corporativa de riscos é fundamental para garantir o alinhamento de todos os colaboradores sobre este tema.

Os canais de comunicação interna, nomeadamente a *Intranet* e o *e-mail*, desempenham um papel essencial na sua disseminação. Destacam-se, neste contexto, os conteúdos relacionados com as ações de formação.

Formação

Em 2024, foram realizadas formações de presença obrigatória para os colaboradores, tais como:

- Formação em “Cultura de Riscos”;
- Formação na “Prevenção do Branqueamento e do Financiamento ao Terrorismo”;
- Formação em “Cibersegurança”;
- Formação intensiva sobre o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020 – Caleidoscópio de governo e controlo interno.

Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se à probabilidade de ocorrência de perdas, caso uma contraparte/cliente não cumpra os seus compromissos financeiros perante a CCAMTV.

As políticas de crédito da CCAMTV são definidas pelo Conselho de Administração e implementadas pelas unidades de estrutura operacionais.

A análise de risco é efetuada a todas as operações de crédito, com base em análises quantitativas e qualitativas do cliente e da operação, incluindo o seu histórico junto da CCAMTV e da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) do Banco de Portugal.

As propostas de crédito são avaliadas pelo Departamento de Crédito e, posteriormente, submetidas ao Comité de Crédito, que emite um parecer formal sobre cada operação, de forma a suportar a decisão final da responsabilidade do Conselho de Administração.

Estratégia relativa a Exposições Não Produtivas (NPL)

< 5%

Pretende-se alcançar a meta de um rácio de NPL (créditos de exposições não produtivas) inferior a 5%

A CCAMTV tem adotado uma estratégia de redução de **créditos de exposições não produtivas (NPL),** alinhada com as Orientações da EBA (EBA/GL/2018/06). Para o triénio de 2023-2025, foi definida a meta de reduzir o rácio de NPL para um valor abaixo dos 5%. Contudo, em dezembro de 2024, o rácio atingiu 10%, significativamente acima do objetivo definido. Este desvio foi influenciado por fatores conjunturais, como o aumento das taxas de juro, inflação elevada e maior exposição a setores vulneráveis, que agravaram os incumprimentos. No entanto, é expectável que, durante o ano de 2025, se consiga reduzir este valor para um nível inferior a 5%.

Para alcançar a meta de um rácio de NPL inferior a 5% até ao final de 2025, estão implementadas iniciativas específicas:

- Reforço da monitorização e análise contínua da carteira de crédito, assegurando a identificação precoce de situações de fragilidade financeira;
- Ampliação das renegociações de crédito com clientes em dificuldades, promovendo a regularização dos pagamentos, resultando na diminuição acentuada do rácio de NPL já em 2025;
- Diversificação da carteira de crédito, reduzindo a concentração em sectores mais vulneráveis.

Com estas medidas, a CCAMTV reafirma o compromisso com a solidez financeira, a confiança dos seus associados e a sustentabilidade das operações, alinhando-se às melhores práticas de gestão e exigências de supervisão.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado ocorre quando existe a possibilidade de impactos negativos nos resultados ou no capital devido a alterações desfavoráveis nos preços de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, causadas por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações ou preços de mercadorias.

A Instituição tem um conjunto muito limitado de instrumentos sujeitos a risco de mercado. Desta forma, de acordo com a política global de risco, este risco não é considerado materialmente relevante.

Por outro lado, foi decidido pelo Conselho de Administração a liquidação gradual desta exposição à medida que os instrumentos se vencem, não se efetuando novas aplicações.

Risco de Taxa de Juro

Traduz-se na possibilidade de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de movimentos adversos nas taxas de juro, causados por desfasamentos nos prazos de vencimento ou nos prazos de refixação das taxas de juro, quer ao nível do balanço, quer de elementos extrapatrimoniais.

Este risco representa uma das principais exposições da Instituição, uma vez que variações desfavoráveis nas taxas de juro podem gerar impactos significativos nos resultados.

De forma a mitigar este risco, a Instituição estabeleceu um limite de alerta de 14%, enquanto o limite regulamentar se situa nos 15%. Neste sentido, tem sido desenvolvido um esforço contínuo para reduzir a exposição a este risco, objetivo que foi alcançado, encontrando-se, a 31 de dezembro de 2024, a exposição neste âmbito fixada em 6,62%.

Importa ainda destacar que, em 2024, foi efetuada uma revisão da metodologia de cálculo do risco de taxa de juro, com o apoio da consultora externa EY, tendo o projeto sido concluído com sucesso.

Esta iniciativa permitiu à Instituição um acompanhamento mais rigoroso do risco, viabilizando uma monitorização contínua da sua evolução, com recurso a taxas de mercado fornecidas pelo London Stock Exchange Group PLC.

Risco de Liquidez

Em termos de liquidez, o principal risco sinalizado prende-se com a eventualidade da CCAMTV não conseguir cumprir, de forma atempada, as suas obrigações de pagamento, devido a dificuldades na mobilização dos seus fundos ativos num curto espaço de tempo ou devido a uma saída anómala de depósitos dos clientes.

A CCAMTV tem uma quantidade muito significativa de ativos líquidos, como depósitos *overnight* junto do BCE e dívida pública da Zona Euro, o que lhe garante um bom nível de ativos líquidos, conforme o Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/61.

O risco de liquidez é considerado reduzido, já que o rácio de cobertura de liquidez (727%) está muito acima do mínimo exigido de 100%, conforme o Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento e do Conselho Europeu, o que permite à Instituição dispor de fundos para satisfazer as necessidades que decorrem da sua atividade.

Risco de Sistemas de Informação

Consiste na probabilidade de ocorrência de perdas, em resultado da falta de adequação dos seus sistemas de informação a novas necessidades, devido à inadequação dos mesmos, falhas na segurança, integridade de dados ou na continuidade do negócio, além de uma estratégia desajustada.

O Departamento de Informática avalia este risco nas várias áreas da CCAMTV, identificando os seguintes tipos de risco, conforme o Modelo de Avaliação de Riscos (MAR) do Banco de Portugal:

Risco de continuidade

Falhas nos sistemas que comprometem a sua disponibilidade ou recuperação.

Risco de acesso

Possibilidade de acessos não autorizados ou inadequados aos sistemas de informação

Risco de integridade

Dados incorretos, incompletos, inconsistentes ou desatualizados.

Risco de flexibilidade

Incapacidade de adaptar os sistemas e as suas funcionalidades a novas necessidades tempestivamente.

Risco de estratégia

Estratégias ou políticas de sistemas de informação que não se adequam às atividades da organização.

A CCAMTV implementou um Plano de Continuidade do Negócio (PCN) para assegurar o funcionamento em situações de eventual desastre.

Adicionalmente, a Instituição encontra-se num processo de transição do seu sistema informático central, para um novo sistema que permita fornecer um serviço de maior qualidade aos seus clientes e com mais funcionalidades, reforçando a segurança face a riscos de TI. Espera-se que este projeto esteja finalizado no decorrer do ano de 2025.

Risco Operacional

É a probabilidade de ocorrência de perdas, decorrentes de falhas em operações, fraudes internas ou externas, dependência de serviços em *outsourcing*, decisões internas ineficazes, de recursos humanos insuficientes/inadequados ou de falhas nas infraestruturas.

O Sistema de Controlo Interno desempenha um papel crucial na estabilidade e segurança da CCAMTV, garantindo o cumprimento das obrigações legais e uma gestão eficaz dos riscos associados às atividades.

A função de Auditoria Interna é relevante para minimizar este tipo de risco, atuando na verificação e identificação de falhas nos processos, de forma a garantir que as operações são conduzidas de forma eficiente.

Risco Reputacional

Refere-se à possibilidade de perdas, decorrentes de uma perceção desfavorável da imagem pública da Caixa Agrícola de Torres Vedras, seja fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação social ou do público em geral.

Os indicadores sugerem que a CCAMTV mantém uma imagem reputacional sólida

Este risco pode afetar a capacidade da Instituição de atrair e manter clientes, contrapartes e colaboradores chave, resultando em perdas financeiras, litígios, redução da base de clientes e dificuldades na obtenção de recursos. Embora difícil de quantificar, uma reputação sólida contribui para uma rentabilidade mais elevada e estável.

A avaliação do risco reputacional baseia-se na perceção das partes interessadas e na capacidade da CCAMTV de operar eficazmente no mercado.

Os indicadores sugerem que a CCAMTV mantém uma imagem reputacional sólida, estando perfeitamente inserida na comunidade onde opera.

Risco de Concentração

A CCAMTV enfrenta o risco de concentração, com a possibilidade de perdas significativas decorrentes de uma reduzida diversidade de operações, o que exige uma gestão eficaz para assegurar a solvabilidade.

A concentração geográfica, resultante da operação exclusiva de agências no concelho de Torres Vedras, aumenta esse risco. No entanto, a proximidade com os clientes permite à Instituição um melhor conhecimento do mercado, facilitando a mitigação do mesmo.

O risco de concentração surge em três vertentes principais:

- **Geográfica:** A limitação geográfica da área de atuação da CCAMTV aumenta a relevância deste risco na determinação do risco total;

- **Setorial:** Esta vertente do risco de concentração consiste na exposição significativa a grupos de contrapartes pertencentes a um determinado setor de atividade;

- **Grandes Riscos:** Entende-se por "Grandes Riscos" qualquer exposição a um cliente ou grupo de clientes ligados entre si que exceda 10% dos fundos próprios da Instituição. O "grupo de clientes ligados entre si" é constituído por grupos de entidades cujo risco financeiro está associado à situação de uma única entidade. Na eventualidade de uma delas se deparar com problemas financeiros, a outra ou todas as outras terão, provavelmente, dificuldades em cumprir as suas obrigações.

O limite de exposição a riscos, perante um cliente ou grupo de clientes ligados entre si, deve respeitar os limites estipulados internamente e decretados pelo Banco de Portugal.

A mitigação deste risco passa pela diversificação da carteira de crédito, sempre de acordo com as limitações legais e com a dispersão das aplicações da CCAMTV.

A Instituição tem definidos limites internos para a exposição a este risco, sendo os mesmos acompanhados mensalmente. À data de 31 de dezembro de 2024, todos os indicadores encontravam-se abaixo dos limites definidos internamente.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma instituição financeira cumprir os seus compromissos financeiros perante a Instituição. Em particular, existe o risco de que as aplicações da CCAMTV em outras instituições de crédito não sejam reembolsadas na sua maturidade.

O Gabinete de Gestão de Riscos monitoriza mensalmente este risco, avaliando o impacto de uma eventual deterioração do *rating* das contrapartes e calculando a margem de segurança entre o risco assumido e os limites internos. Os *ratings* e as respetivas ponderações de capital são calculados de acordo com as normas e a taxonomia estabelecidas pela EBA (European Banking Authority).

Risco de Conformidade

O risco de conformidade constitui o risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes do não cumprimento de leis, regulamentos, normas internas, orientações dos supervisores, contratos, regras de conduta, boas práticas e princípios éticos, podendo levar a sanções legais, restrições de negócios ou dificuldades no cumprimento de obrigações contratuais. Este risco abrange o risco de governo interno, que se foca nas regras relativas a governo interno, remuneração, riscos sociais e ambientais e deveres de divulgação e transparência.

Para mitigar este risco, a CCAMTV conta com um Gabinete de Conformidade, responsável por garantir o cumprimento das disposições legislativas e regulamentares. Este gabinete assegura que o Conselho de Administração, as unidades de estrutura e os colaboradores cumpram as normas internas e externas aplicáveis.

Em colaboração com os Gabinetes de Gestão de Risco e de Auditoria Interna, são elaboradas políticas internas para prevenir a não conformidade, em cumprimento dos regulamentos internos e do Manual de Estrutura Orgânica.

Riscos Climáticos e Ambientais

A Instituição está exposta a riscos climáticos e ambientais que impactam a atividade dos seus clientes

A CCAMTV encontra-se exposta a riscos climáticos e ambientais, como períodos de calor intenso, secas e incêndios, que podem impactar a atividade dos seus clientes. No entanto, a Instituição tem vindo a acompanhar estas dinâmicas, avaliando os potenciais efeitos sobre a sua carteira de crédito e operações.

Em linha com as expetativas de supervisão do Banco de Portugal, a CCAMTV tem vindo a reforçar a integração dos riscos climáticos e ambientais na sua estratégia e normas internas, assegurando um alinhamento progressivo com os requisitos regulatórios.

Para além do risco de crédito, a Instituição reconhece que fatores externos, como eventos climáticos adversos, podem ter reflexos operacionais, nomeadamente na continuidade dos serviços. Contudo, dispõe de mecanismos para assegurar a resiliência das suas operações.

A CCAMTV encontra-se num processo de reforço e melhoria contínua da integração dos riscos climáticos e ambientais nos seus modelos de negócio e de riscos, prevendo-se um avanço gradual ao longo de 2025, permitindo um reforço contínuo da sua capacidade de adaptação e resposta.

Para este efeito, a Instituição está a desenvolver um projeto em conjunto com uma grande consultora internacional (EY), de forma a reforçar e melhorar a metodologia de análise e acompanhamento da exposição da CCAMTV aos riscos climáticos e ambientais, com o objetivo de assegurar práticas de gestão de riscos adequadas, alinhadas com as melhores práticas do setor e com os requisitos regulamentares, assegurando, assim, a continuidade e sustentabilidade da Caixa face aos desafios climáticos.

A Instituição já concluiu a análise de materialidade dos riscos climáticos e ambientais, identificando e avaliando os riscos específicos associados ao seu portefólio de crédito e à sua operação interna.

A maioria dos riscos foi considerada não material, conforme se pode verificar na tabela da página seguinte. Apenas os riscos físicos relacionados com o portefólio de crédito foram identificados como materiais.

Categoria de risco	Riscos físicos			Riscos de transição			Avali.
	Exposição	EaR%; EaRC	Parecer de mate.	Exposição	EaR%; EaRC	Parecer de mate.	
Risco de crédito	181 648 666	45,7%; 83 018 051€	Material	181 485 380	23,3%; 42 357 693	Não material	Quant.
Risco de crédito – Soberano	Exposição 156 032 932; Exposição ajustada: 18 723 952; EaR% 6%; EaRC: 9361 976; Não material						Quant.
Risco de mercado – Carteira de negociação	1 674 561	50,0%; 837 280€	Não material	1 131 091	69,7%; 788 410€	Não material	Quant.
Risco de liquidez	Não material (avaliado tendo em conta os HQLA e depósitos)						Quant.
Risco operacional (exceto TI)	3 563 437	50,0%; 1 781 718€	Não material	3 563 437	39,6%; 1 781 718€	Não material	Quant.
Risco reputacional	Não material (tendo em conta a transformação para a Sustentabilidade)						Quant.
Risco de modelo de negócio e da estratégia	Não material (tendo em conta a transformação para a Sustentabilidade)						Quant.

A CCAMTV também se encontra em processo de adaptação da sua estratégia de negócios para incluir práticas sustentáveis, alinhadas com os princípios *Environmental Social and Governance* (ambientais, sociais e de governação). Estas práticas aplicam-se tanto às operações internas como à oferta de produtos financeiros. Para isso, a CCAMTV está a participar num projeto em conjunto com a SIBS e outras instituições bancárias. O objetivo deste projeto é recolher informações dos seus clientes relacionadas com ESG, o que ajuda a analisar melhor os riscos que a Instituição enfrenta. Já está disponível no site da CCAMTV um questionário ESG que as empresas podem preencher. Este questionário facilita o envio de informações por parte dos clientes e permite à CCAMTV recolher dados importantes.

Este projeto cria um sistema mais uniforme e eficiente para recolher informações das empresas. Com isto, é possível aumentar a quantidade, a abrangência e a qualidade dos dados obtidos.

Este projeto é especialmente relevante para apoiar as pequenas e médias empresas (PME), que representam a maioria do tecido empresarial em Portugal. Muitas destas empresas não têm qualquer obrigação legal de fornecer dados sobre ESG.

Adicionalmente, a Instituição encontra-se a diligenciar no sentido de implementar uma abordagem estruturada para a divulgação e reporte dos riscos climáticos, em conformidade com as exigências regulatórias. A gestão eficaz dos riscos climáticos e ambientais será fundamental para assegurar a continuidade e sustentabilidade da Instituição num cenário de constantes desafios ambientais.

2.11. Gestão do Risco de Crédito

O risco de crédito corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade de uma contraparte cumprir com os seus compromissos financeiros, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

Dada a sua relevância material, o risco de crédito é o principal risco subjacente à atividade bancária, não obstante a sua interligação com os restantes riscos.

O incumprimento (*default*) é definido de forma consistente com a gestão interna de risco de crédito. A definição dos reguladores considera que ocorre *default* quando um crédito permanece em mora há mais de 90 dias (IFRS 9, B5.5.37).

Na Caixa Agrícola de Torres Vedras, o *default* foi definido em conformidade com a política e os procedimentos de crédito, abrangendo tanto os créditos em mora há mais de 90 dias como aqueles cuja recuperação integral é considerada improvável sem recursos a medidas adicionais. Esta definição aplica-se a todos os créditos e está em linha com a definição regulatória de incumprimento. Considera-se que a diferença entre a definição regulatória e a contabilística é imaterial.

É considerado "crédito curado" aquele que deixou de estar em situação de incumprimento, tendo-se verificado cumulativamente as seguintes condições:

1. Houve uma melhoria na situação do devedor, sendo expectável, mediante a análise da sua condição financeira, o reembolso total do crédito, seja de acordo com as condições originais do contrato ou com condições modificadas;

2. O devedor não apresenta qualquer valor vencido; e

3. Decorreu um período de quarentena de um ano após o primeiro pagamento de capital, durante o qual o devedor cumpriu regularmente com as suas responsabilidades, isto é, liquidou um valor não insignificante de capital e juros do contrato sem que tenha apresentado qualquer exposição vencida por um período superior a 30 dias.

A anulação de um crédito (*write-off*) ocorre quando este se encontra em incumprimento e já não existe uma perspetiva razoável de recuperar os fluxos de caixa decorrentes do ativo financeiro. Entende-se que essa perspetiva é inexistente quando a entidade:

- Deixa de exigir o crédito; ou
- Continua a exigir o crédito, mas considera que o mesmo só será recuperado em caso de liquidação, por não existir garantia real associada, não ser conhecida a existência de património significativo que possa ser usado ou por não se terem verificado pagamentos significativos de capital ou juros nos últimos dois anos.

Foram analisados individualmente os créditos que sejam significativamente relevantes, isto é, aqueles cuja exposição global ultrapasse os seguintes limites: 600 000 € para créditos em *Stage* 1; 350 000 € para créditos em *Stage* 2 e 200 000 € para créditos em *Stage* 3. Além disso, qualquer crédito, independentemente do nível de exposição ou *Stage*, será analisado individualmente se o *expert judgement* do Departamento de Crédito considerar que tal análise é crítica e que daí resulta um contributo relevante para o cálculo mais consistente do valor da imparidade. Um exemplo desta situação é o processo de execução de colaterais associadas às linhas de crédito. Da mesma forma, uma entidade que esteja integrada num Grupo Económico, que cumpra os critérios acima referidos, deverá também ser adicionada à análise individual.

Os restantes créditos foram analisados coletivamente, tendo sido agrupados de acordo com os seguintes critérios:

- O tipo de Cliente (empresas, ENI e particulares);
- O tipo de garantia (com colateral de garantia pessoal, com colateral de garantia real e sem colateral).

Pressupostos e técnicas de estimativa utilizadas, relativamente às perdas derivadas de créditos, esperadas ao longo da vida útil e a 12 meses

a) A mensuração das perdas de crédito esperadas ao longo da vida é efetuada considerando as seguintes variáveis:

PD (*Probability of Default*) = De acordo com a metodologia desenvolvida para o cálculo da perda esperada (ECL – *Expected Credit Loss*), a probabilidade de *default* associada a uma operação deve ser estimada com base em duas abordagens distintas: estimação da PD *Lifetime*, considerando a vida útil da operação, e estimação da PD a 12 meses. Ambas as estimativas de PD representam a probabilidade de a operação de crédito entrar em *default*, condicionada ao respetivo prazo até à maturidade e ao período utilizado para o cálculo. Contudo, a PD *Lifetime* estimada ao longo da maturidade é aplicável apenas a operações associadas a um determinado nível de risco de crédito (e classificadas em *Stage* 2), enquanto a PD a 12 meses deve ser aplicada a operações identificadas como crédito regular (e com classificação em *Stage* 1). Para os créditos em *Stage* 3 atribui-se uma PD de 1, dado que se assume que já existiu *default*;

EAD (*Exposure at Default*) = Exposição ao *default*. É a exposição atual do cliente no momento do incumprimento, que inclui capital vincendo, capital vencido, juros corridos e juros vencidos.

LGD (*Loss Given Default*) = Representa uma estimativa de perda (em percentagem) de uma determinada operação após entrada em *default*. Este parâmetro é utilizado diretamente para cálculo da ECL (*Expected Credit Loss*) de operações em *Stage* 1, 2 ou 3. A LGD incorpora as componentes de colateral, que estima as recuperações por via de execuções de colateral, e de *cash*, que estima as recuperações por outras vias (e.g. pagamentos efetuados pelo devedor, reestruturações, cessões de crédito).

DT = Taxa de Ajustamento Macroeconómico

Assim, a mensuração das perdas de crédito esperadas é apresentada da seguinte forma:

$$ECL = PD \times EAD \times LGD \times DT$$

No cálculo das perdas de crédito esperadas, são ponderados fatores macroeconómicos estimados, os quais têm em conta as seguintes variáveis:

- PIB;
- Taxa de desemprego;
- Taxa de inflação;
- Dívida pública.

O período em análise abrange três anos (ano base e previsão para os dois anos subsequentes), considerando, para o ano base, os valores disponíveis das variáveis como cenário base e ponderados a 100%. Na previsão para os anos seguintes, são analisados três cenários, um cenário base, um cenário otimista e um cenário pessimista. Os dados utilizados no modelo são os publicados pelo Conselho das Finanças Públicas, que agrega as previsões macroeconómicas de seis entidades, a saber:

- Banco de Portugal;
- Comissão Europeia;
- Conselho das Finanças Públicas;
- Fundo Monetário Internacional;
- Ministério das Finanças;
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

No cenário pessimista, para cada variável, é considerada a previsão mais baixa feita pelas entidades mencionadas. No cenário otimista, utiliza-se a previsão mais alta, enquanto no cenário base é calculada a média das previsões das seis entidades. Para os dois anos em que são aplicados estes cenários, adotou-se uma ponderação de 60% para o cenário base, 35% para o cenário pessimista e de 5% para o cenário otimista. Após a aplicação dos cenários, obtém-se o valor anual de cada variável, seguindo-se o apuramento da média das variáveis durante os três anos. Por fim, os fatores macro-económicos resultam da multiplicação simples dos fatores de cada uma das variáveis.

2.11.1. Informação Quantitativa e Qualitativa

As reconciliações entre os saldos de abertura e de fecho das provisões constituídas para perdas são apresentadas sob a forma de tabela, detalhando as alterações ocorridas, nomeadamente quanto a:

a) Provisão para perdas mensurada numa quantia igual às perdas de crédito esperadas a 12 meses;

b) Provisão para perdas mensurada numa quantia igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil para:

i. instrumentos financeiros cujo risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, mas que não são considerados ativos financeiros em imparidade por perdas de crédito;

ii. ativos financeiros em imparidade por perdas de crédito à data de relato, mas que não são comprados ou originados em imparidade por perdas de crédito; e

iii. contas a receber comerciais, ativos resultantes de contratos e contas a receber de locações para os quais as provisões para perdas são calculadas;

c) Ativos financeiros adquiridos ou originados em imparidade por perdas de crédito.

No quadro seguinte, é possível verificar os saldos finais em 2023 e 2024, das imparidades para perdas de crédito.

Imparidades em Perdas de Crédito

Valores em euros

Rubricas de imparidade	Movimento acumulado das imparidades				
	Saldo em 31-12-2024	Dotações	Utilizações	Anulações e reposições	Saldo em 31-12-2023
Imparidades	**10 519 956**	8 856 098		8 855 104	10 518 961
Dos quais *stage* 1	**132 495**	111 540		1 644 564	1 665 519
Dos quais *stage* 2	**1 150 091**	968 191		1 777 727	1 959 628
Dos quais *stage* 3	**9 237 369**	7 776 368		5 432 814	6 893 814
Total	**10 519 956**	**8 856 098**	**0**	**8 855 104**	**10 518 961**

O quadro seguinte mostra o valor das Imparidades apuradas, por segmento e por *stage* de imparidade:

Imparidades apuradas, por segmento e *stage*

Valores em euros

2024					
		ECL 12 meses	LECL com aumento significativo de risco	LECL em imparidade de crédito	Total da Exposição
ENIS	C/Colateral	1 852,35	4 786,01	165 975,18	172 613,54
ENIS	Fiança	9 266,93	2 308,88	5 845,25	17 421,06
ENIS	S/Colateral	56 295,72	28 512,09	1 261 451,23	1 346 259,04
Empresas	C/Colateral	26 871,58	789 233,98	6 920 494,49	7 736 600,05
Empresas	Fiança	22 326,71	175 742,84	644 325,24	842 394,79
Empresas	S/Colateral	12 769,21	130 066,06	29,2	142 864,47
Particulares	C/Colateral	2 303,76	14 067,86	214 696,95	231 068,57
Particulares	Fiança	368,45	2 675,76	23 011,18	26 055,39
Particulares	S/Colateral	440,78	2 697,78	1 540,03	4 678,59
Total das imparidades de balanço		132 495,49	1 150 091,26	9 237 368,75	10 519 955,50
Elementos extrapatrimoniais		177 897,47	192 410,99	326 371,02	696 679,48

O quadro seguinte explica como as alterações significativas na quantia escriturada bruta dos ativos financeiros durante o período contribuíram para variações na provisão para perdas de crédito.

Deste modo, apresenta-se a distribuição da quantia escriturada bruta dos ativos pelos *stages* de imparidade.

Quantia escriturada bruta dos ativos pelos vários *stages* de imparidade

Valores em euros

2024					
		ECL 12 meses	LECL com aumento significativo de risco	LECL em imparidade de crédito	Total da Exposição
ENIS	C/Colateral	4 651 678,09	1 821 937,36	862 879,69	7 336 495,14
ENIS	Fiança	1 712 671,76	147 264,79	20 149,09	1 880 085,64
ENIS	S/Colateral	1 574 119,78	587 561,75	1 243 123,14	3 404 804,67
Empresas	C/Colateral	57 487 279,30	48 179 364,20	14 472 262,76	120 138 906,26
Empresas	Fiança	13 892 095,61	6 207 693,98	713 712,30	20 813 501,89
Empresas	S/Colateral	3 618 408,16	142 456,21	5 649,25	3 766 513,62
Particulares	C/Colateral	17 519 952,62	2 740 939,26	658 727,95	20 919 619,83
Particulares	Fiança	418 387,30	91 390,47	23 011,18	532 788,95
Particulares	S/Colateral	2 029 394,58	348 392,90	9 629,30	2 387 416,78
Total		**102 903 987,20**	**60 267 000,92**	**18 009 144,66**	**181 180 132,78**

No período em análise, não existiram ativos financeiros que tenham sido modificados enquanto estavam cobertos por uma provisão para perdas de crédito.

A Caixa Agrícola de Torres Vedras detém garantias e colaterais de crédito para determinadas exposições de crédito.

O quadro seguinte apresenta os principais tipos de garantias detidas, distribuídos conforme os diferentes tipos de ativos financeiros.

Tipo de exposição de crédito

Valores em euros

2024		
		Total da Exposição
ENIS	C/Colateral	7 336 495,14
ENIS	Fiança	1 880 085,64
ENIS	S/Colateral	3 404 804,67
Empresas	C/Colateral	120 138 906,26
Empresas	Fiança	20 813 501,89
Empresas	S/Colateral	3 766 513,62
Particulares	C/Colateral	20 919 619,83
Particulares	Fiança	532 788,95
Particulares	S/Colateral	2 387 416,78
Total		**181 180 132,78**

Os quadros seguintes estratificam as exposições de crédito de empréstimos hipotecários. A LTV é calculada como a proporção entre o valor bruto do empréstimo e o valor da garantia. O valor da garantia para empréstimos hipotecários é determinado com base no valor da garantia original, sendo aplicados *haircuts* conforme a antiguidade da avaliação e os custos de venda. Para empréstimos em imparidade de crédito, o valor da garantia é baseado nas avaliações mais recentes.

Exposição de crédito de empréstimos hipotecários

Valores em euros

2024		
	LTV	Total da Exposição
ENIS	Menos de 50%	625 204,14
ENIS	51% – 70%	39 828,13
ENIS	71% – 90%	29 712,73
ENIS	91% – 100%	102 606,98
Empresas	Menos de 50%	10 910 589,40
Empresas	51% – 70%	11 915 089,53
Empresas	71% – 90%	37 323 840,13
Empresas	91% – 100%	59 989 387,20
Particulares	Menos de 50%	346 062,35
Particulares	51% – 70%	1 322 588,42
Particulares	71% – 90%	4 878 372,44
Particulares	91% – 100%	14 372 596,62
Total		**141 855 878,07**

O quadro seguinte apresenta as exposições de crédito de empréstimos hipotecários, limitando-se aos ativos classificados como estando em imparidade de crédito (*stage* 3).

Exposição de crédito de empréstimos hipotecários, para ativos com imparidade de crédito

Valores em euros

2024		
	LTV	Total da Exposição
ENIS	Menos de 50%	237 587,46
ENIS	51% – 70%	60 230,67
ENIS	71% – 90%	255 005,69
ENIS	91% – 100%	310 055,87
Empresas	Menos de 50%	7 646 043,00
Empresas	51% – 70%	217 301,21
Empresas	71% – 90%	1 299 633,43
Empresas	91% – 100%	5 309 285,12
Particulares	Menos de 50%	0,00
Particulares	51% – 70%	94 415,72
Particulares	71% – 90%	331 873,76
Particulares	91% – 100%	232 438,47
Total		**15 993 870,40**

O quadro seguinte mostra o saldo final da quantia escriturada bruta, segmentado por classe de ativo financeiro e por cada notação de risco de crédito. A explicação dos termos “ECL 12 meses”, “ECL ao longo da vida” e “ativos financeiros em imparidade de crédito” está incluída nos pontos anteriores.

Exposição ao risco de crédito

Valores em euros

2024					
		ECL 12 meses	LECL com aumento significativo de risco	LECL em imparidade de crédito	Total da Exposição
ENIS	C/Colateral	4 651 678,09	1 821 937,36	862 879,69	7 336 495,14
ENIS	Fiança	1 712 671,76	147 264,79	20 149,09	1 880 085,64
ENIS	S/Colateral	1 574 119,78	587 561,75	1 243 123,14	3 404 804,67
Empresas	C/Colateral	57 487 279,30	48 179 364,20	14 472 262,76	120 138 906,26
Empresas	Fiança	13 892 095,61	6 207 693,98	713 712,30	20 813 501,89
Empresas	S/Colateral	3 618 408,16	142 456,21	5 649,25	3 766 513,62
Particulares	C/Colateral	17 519 952,62	2 740 939,26	658 727,95	20 919 619,83
Particulares	Fiança	418 387,30	91 390,47	23 011,18	532 788,95
Particulares	S/Colateral	2 029 394,58	348 392,90	9 629,30	2 387 416,78
Total Balanço		102 903 987,20	60 267 000,92	18 009 144,66	181 180 132,78
Elementos extrapatrimoniais		22 727 607,27	6 988 865,51	422 748,57	30 139 221,35
Total		**125 631 594,47**	**67 255 866,43**	**18 431 893,23**	**211 319 354,13**

Dada a sua relevância material, o risco de crédito é o principal risco subjacente à atividade bancária, não obstante a sua interligação com os restantes riscos

2.12. Análise financeira

Principais indicadores económicos e financeiros

Os resultados de 2024 apresentaram um crescimento de 3%, impulsionado pela evolução positiva da margem financeira. No entanto, a partir do terceiro trimestre, iniciou-se um ciclo de descida das taxas de juro que afetou a rentabilidade das operações.

A margem financeira, integrada nas receitas operacionais totais, apresentou uma variação de +1,3%, refletindo a evolução das taxas de juro ativas e o crescimento das aplicações financeiras, nomeadamente na facilidade de depósitos junto do Banco Central. Esta variação foi apenas parcialmente compensada pelo acréscimo dos encargos financeiros referentes à remuneração de recursos de clientes.

Os custos de estrutura aumentaram em 37,1%, impactados pela atualização salarial, pela admissão de novos colaboradores para funções essenciais e, sobretudo, pelo aumento de gastos administrativos, associados a diversos projetos de conformidade regulatória e à implementação do novo *core* bancário.

Os outros proveitos operacionais líquidos registaram uma redução de 29%, refletindo uma diminuição das receitas provenientes da venda de ativos não financeiros disponíveis para venda. Por outro lado, as outras despesas operacionais totalizaram cerca de 958 mil euros (um aumento superior a 100%), refletindo o valor de impostos indiretos pontuais.

As imparidades sobre o crédito registadas no período totalizaram um valor reduzido (cerca de mil euros), traduzindo um conjunto de variações de sinais opostos. No que se refere às provisões para garantias prestadas, registou-se uma redução de cerca de 297 mil euros, refletindo a avaliação do risco associado a esta exposição extrapatrimonial.

Evolução dos Resultados

Valores em euros

Designação	2024	2023	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Receitas de juros	**26 337 073**	**22 697 388**	**3 639 685**	**16%**
Ativos financeiros pelo custo amortizado	**26 186 167**	20 526 299	5 659 868	28%
Outros ativos	**150 906**	2 171 089	(2 020 183)	-93%
(Despesas com juros)	**5 418 499**	**2 047 018**	**3 371 481**	**165%**
(Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado)	**5 418 499**	2 047 018	3 371 481	165%
Receitas de dividendos	**51 650**	22 045	29 606	134%
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizados por um método diferente do método da equivalência	**51 650**	22 045	29 606	134%
Receitas de taxas e comissões	**2 146 949**	**2 124 477**	**22 472**	**1%**

(continua)

(continuação)

Evolução dos Resultados

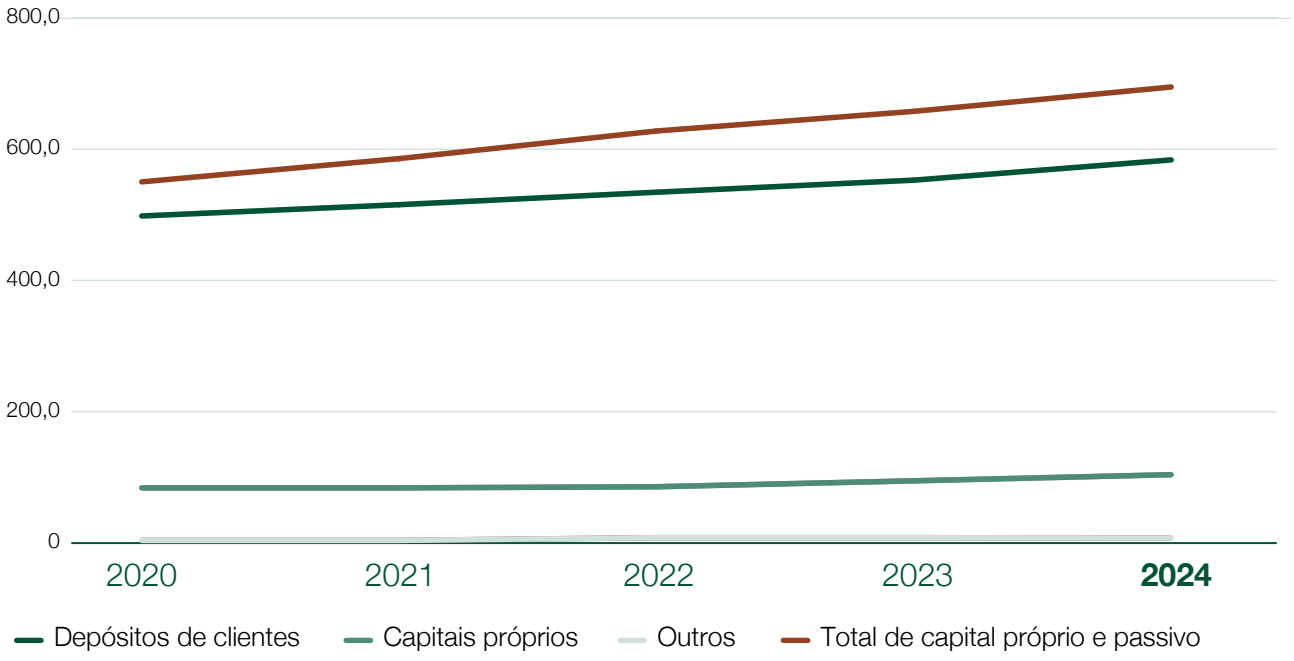
Valores em euros

Designação	2024	2023	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
(Despesas de taxas e comissões)	**976 453**	**809 987**	**166 465**	**21%**
Ganhos ou perdas (-) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	**(11 449)**	**(1 413)**	**(10 036)**	**-710%**
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	**(1 615)**	0	(1 615)	0%
Outros	**(9 834)**	(1 413)	(8 421)	-596%
Diferenças cambiais [ganhos ou perdas (-)], valor líquido	**38 136**	**5 657**	**32 479**	**574%**
Ganhos ou perdas (-) com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido	**(1 998)**	**5 065**	**(7 062)**	**-139%**
Outras receitas operacionais	**347 785**	**489 487**	**(141 702)**	**-29%**
(Outras despesas operacionais)	**958 125**	**324 359**	**633 765**	**195%**
Receitas operacionais totais, valor líquido	**21 555 071**	**22 161 340**	**(606 270)**	**-3%**
(Despesas administrativas)	**10 248 613**	7 497 646	2 750 967	37%
(Despesas de pessoal)	**5 193 490**	4 587 099	606 391	13%
(Outras despesas administrativas)	**5 055 123**	2 910 547	2 144 576	74%
(Depreciação)	**391 128**	**263 919**	**127 209**	**48%**
(Ativos fixos tangíveis)	**370 306**	252 325	117 981	47%
(Outros ativos intangíveis)	**20 822**	11 594	9 228	80%
(Provisões ou reversão de provisões (-))	**(296 567)**	**833 956**	**(1 130 522)**	**-136%**
(Compromissos e garantias concedidos)	**(296 567)**	696 824	(993 390)	-143%
(Outras provisões)	**0**	137 132	(137 132)	
(Imparidades ou reversão de imparidades (-) de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados)	**994**	**2 074 044**	**(2 073 050)**	**-100%**
(Ativos financeiros pelo custo amortizado)	**994**	2 074 044	(2 073 050)	-100%
(Imparidades ou reversão de imparidades (-) de ativos não-financeiros)	**(39 236)**	**23 366**	**(62 602)**	**-268%**
(Ativos fixos tangíveis)	**(31 540)**	23 366	(54 906)	-235%
(Outros)	**(7 696)**		(7 696)	
Lucros ou prejuízos (-) com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	**61 819**	**45 562**	**16 257**	**36%**
Lucros ou prejuízos (-) de unidades operacionais em continuação antes de impostos	**11 311 957**	**11 513 971**	**(202 014)**	**-2%**
(Despesas ou receitas (-) com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação)	**2 774 762**	**3 215 361**	**(440 599)**	**-14%**
Lucros ou prejuízos (-) de unidades operacionais em continuação após dedução de impostos	**8 537 195**	8 298 610	238 584	3%
Lucros ou prejuízos (-) do exercício	**8 537 195**	**8 298 610**	**238 584**	**3%**
Atribuíveis a interesses minoritários [interesses que não controlam]	**0**	0	0	

Estrutura de financiamento

Figura 17 **Estrutura de financiamento**

(milhões de euros)



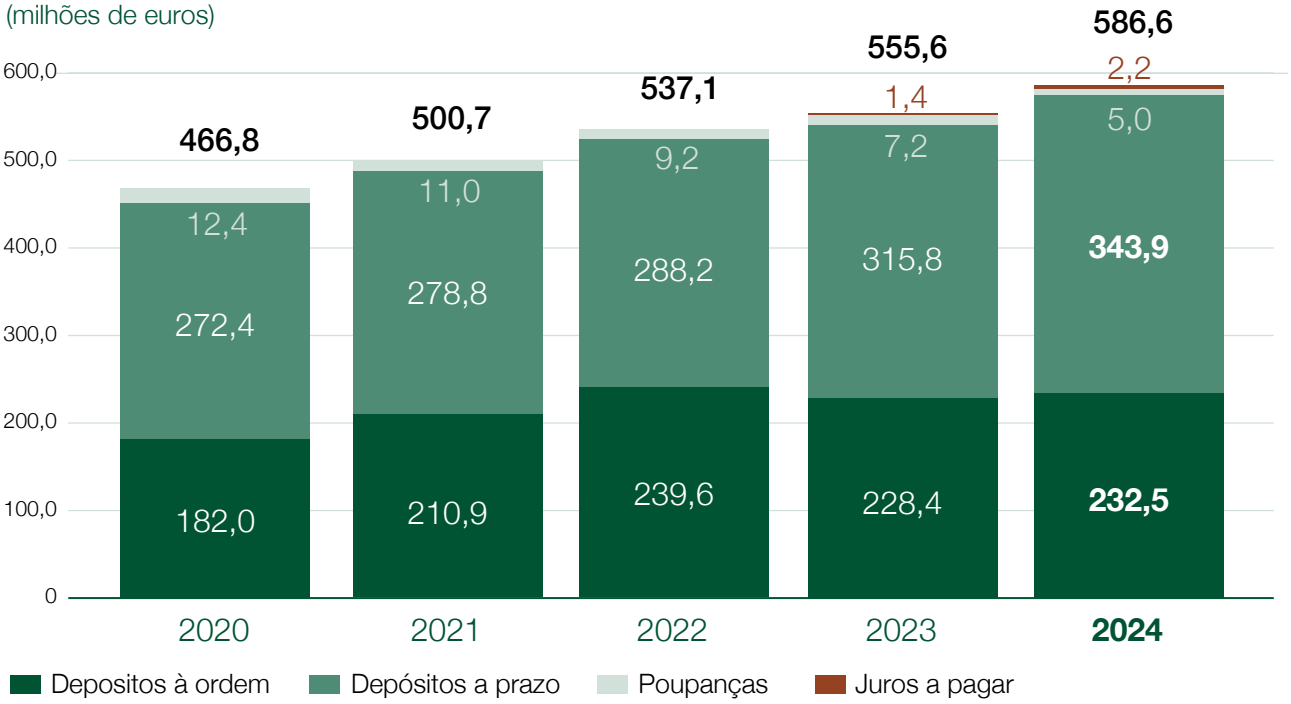
A estrutura de financiamento da CCAMTV manteve-se equilibrada, com crescimento nas principais rubricas. A evolução dos Recursos de Clientes (+5,6%) foi determinante para sustentar a evolução da atividade, tendo os capitais próprios aumentado na razão dos resultados registados.

a) Recursos de clientes

Em 2024, os "Recursos de clientes", representados sobretudo pelo conjunto dos depósitos, registaram um acréscimo de 5,6%, correspondente a uma variação positiva de 31 milhões de euros. A subida continua a demonstrar o sentimento de confiança dos associados e dos clientes na CCAMTV. Esta rubrica, no montante total de 586,6 milhões de euros (2023: 555,6 milhões de euros), consolidou-se como o principal meio de financiamento da atividade do Banco. Apesar de as taxas de juro dos depósitos terem continuado reduzidas durante 2024 (especialmente considerando a concorrência com produtos financeiros alternativos no mercado), registou-se um aumento expressivo desta rubrica do balanço.

Figura 18 **Evolução dos depósitos**

(milhões de euros)



Na repartição de depósitos por natureza, os Depósitos a Prazo cresceram 28,1 milhões de euros, enquanto os Depósitos de Poupança e os Depósitos à Ordem registaram variações de -2,2 milhões de euros e +4,1 milhões de euros, respetivamente.

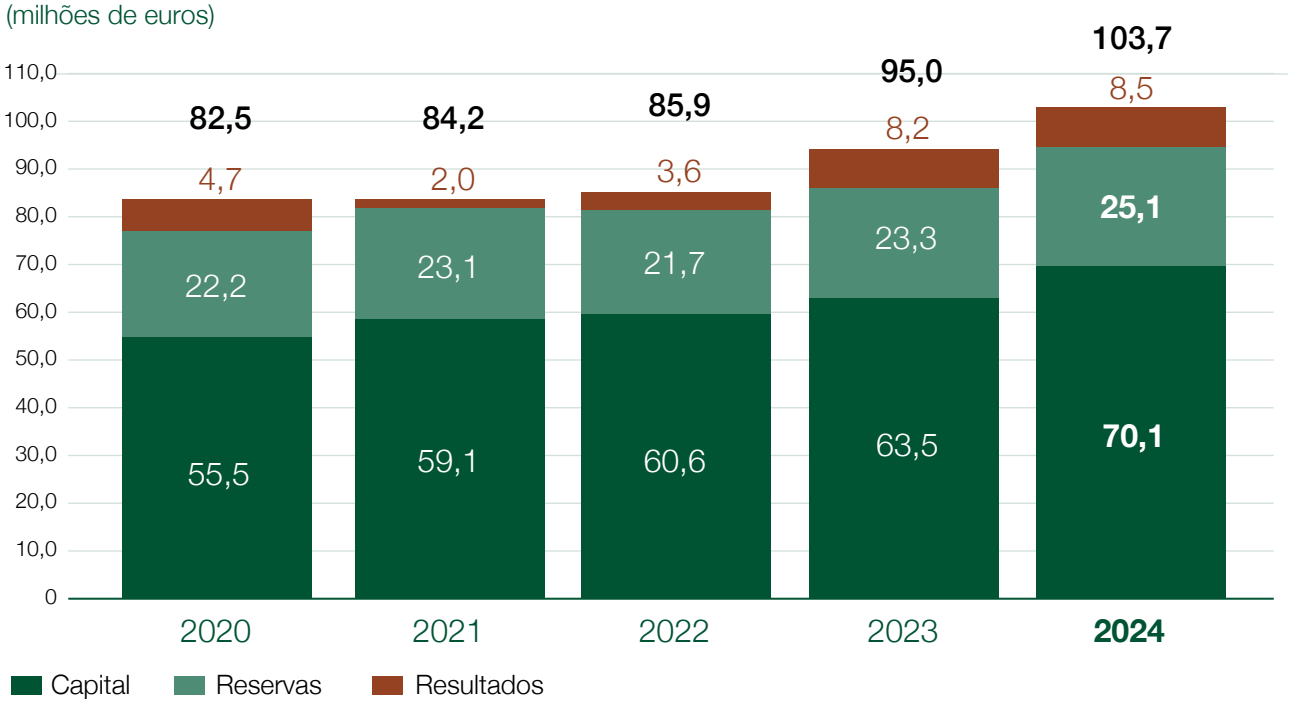
Cumpre salientar que, nos últimos cinco anos, o valor total dos depósitos aumentou cerca de 119,8 milhões de euros.

b) Capitais Próprios

Os Capitais Próprios, a segunda componente mais expressiva dos meios de financiamento da atividade da CCAMTV, compostos por Capital, Reservas e Resultados Transitados, foram novamente reforçados, com um acréscimo de 9,1% (cerca de 8,6 milhões de euros), atingindo um total de 103,7 milhões de euros no final de 2024, o que corresponde a 14,9% do total do Passivo mais Capital Próprio.

Figura 19 **Evolução da capitalização**

(milhões de euros)



Componentes do Ativo

Figura 20 **Tipos de ativos**

(milhões de euros)

No quadro seguinte, apresentam-se os montantes das várias rubricas, sendo possível comparar os valores reais referentes ao exercício de 2024.

Valores em milhões de euros

Tipos de Ativos	2024	2023	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Caixa, aplicações em bancos centrais e outros DO	**349,0**	319,3	29,7	9,3%
Aplicações em OIC	**3,0**	3,0	(0,0)	0,0%
Aplicações Financeiras (Títulos de Dívida)	**147,4**	147,2	0,2	0,2%
Crédito a Clientes Líquido de Imparidades	**170,3**	167,0	3,3	2,0%
Diversos Ativos	**27,6**	24,5	3,1	12,7%
Total do Ativo	**697,3**	**661,0**	**36,4**	**5,5%**

O total dos Ativos Líquidos cresceu 5,5%, ascendendo a 697,3 milhões de euros no final do exercício. A rubrica de "Caixa, aplicações em bancos centrais e outros DO" (essencialmente, aplicações na facilidade permanente de depósito (*Overnight*), junto do Eurosistema) aumentou 29,7 milhões de euros (+9,3%). Esta subida reflete uma estratégia de otimização da rendibilidade dos recursos captados, sem perder de vista a segurança dos ativos e a redução da exposição ao risco de taxa de juro.

Atividade Financeira e de Investimento

A área de Atividade Financeira, constituída por "Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem" e por "Depósitos em OIC", apresenta um acréscimo de 29,7 milhões de euros relativamente ao ano de 2023. Por outro lado, regista-se uma manutenção nos montantes da Atividade de Investimento, composta, essencialmente, por Investimentos em Títulos de Dívida Pública (detidos até à maturidade).

A Atividade de Investimento apresentou o mesmo montante, em termos absolutos, comparativamente ao período homólogo. Em 2024, cerca de 21,1% do Ativo Total dizia respeito a Atividade de Investimento, enquanto em 2023 o valor era de 22,3%.

Evolução da Atividade Financeira e da Atividade de Investimento

Valores em milhões de euros

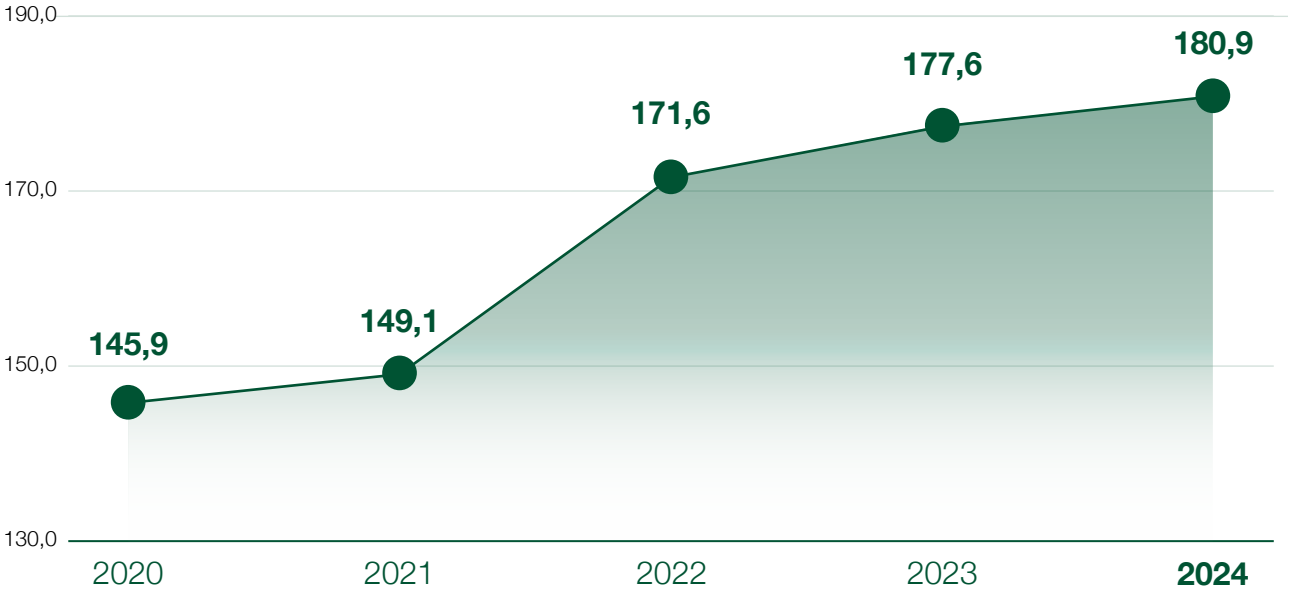
Designação	2024		2023		Variação	
	Valor	**%**	Valor	%	Valor	%
1. Atividade Financeira						
Caixa e Disponibilidades em IC	**349,0**	**69,9%**	319,3	68,0%	29,7	9,3%
Aplicações em IC	**2,9**	**0,6%**	2,9	0,6%	0,0	0,8%
Juros de aplicações em IC	**0,1**	**0,0%**	0,1	0,0%	0,0	0,0%
Total 1	**352,0**	**70,6%**	**322,3**	**68,6%**	**29,7**	**9,2%**
% do Ativo		**50,5%**		48,8%	1,7	p.p.
2. Atividade de Investimento						
Obrigações e Outros títulos de rendimento fixo – de Emissores Públicos	**147,4**	**29,5%**	147,2	31,4%	0,2	0,2%
Total 2	**147,4**	**29,5%**	**147,2**	**31,4%**	**0,2**	**0,2%**
% do Ativo		**21,1%**		22,3%	(1,2)	p.p.
Total de atividade financeira e de investimentos (1+2)	**499,5**	**100,0%**	**469,5**	**100,0%**	**30,0**	
% do Ativo		**71,6%**		71,0%	0,6	p.p.

Crédito a Clientes

O Crédito a Clientes continua a deter um peso relevante, atingindo, em termos brutos, 180,9 milhões de euros, um acréscimo de 3,3 milhões de euros face a 2023.

Figura 21 **Evolução do crédito total a clientes**

(milhões de euros)



O Crédito a Clientes Vencido reduziu 1,3 milhões de euros (-40,8%), enquanto o Crédito Vincendo atingiu 179,9 milhões de euros, um aumento de 2,6%. Os NPL aumentaram 2,4 milhões de euros, com uma cobertura de imparidade superior a 50%.

Evolução do Crédito a Clientes

Valores em milhões de euros

Situação	2024		2023		Variação	
	Valor	**%**	Valor	%	Valor	%
Crédito vincendo	**177,9**	**98,8%**	173,4	97,6%	4,5	2,6%
Crédito vencido	**2,0**	**1,1%**	3,3	1,9%	(1,3)	-40,8%
Valores a receber	**1,0**	**0,6%**	0,9	0,5%	0,4	
Total 1	**180,9**	**100,0%**	**177,6**	**100,0%**	**3,6**	**2,0%**
Imparidades	**10,5**		10,5			
Total líquido	**170,3**		**167,1**		**3,6**	**2,1%**
Provisões para garantias e compromissos assumidos	**0,7**		1,1			
Montante NPL	**18,0**		15,6		2,4	15,4%
Imparidade – NPL	**9,2**		6,8			

Imóveis Recebidos por Recuperação de Créditos

Valores em euros

Situação	**2024**	2023	Variação	
			Valor	%
Ativos não correntes detidos para venda				
Imóveis recebidos em recuperação de crédito	**6 538 120**	6 563 550	(25 430)	- 0,4%
Provisões para Imparidade – Ativos não financeiros				
Ativos não correntes detidos para venda	**(1 608 307)**	(1 304 732)	(303 575)	23,3%
	4 929 813	**5 258 818**	**(329 005)**	**- 6,3%**
Valor das avaliações dos imóveis	**6 750 700**	7 467 072	(716 372)	- 9,6%

Os Imóveis Recebidos por Recuperação de Crédito diminuíram ligeiramente, em termos brutos. Por outro lado, as imparidades aumentaram 23,3%, originando uma redução do valor líquido final.

Indicadores de Capital e Solvabilidade

A CCAMTV mantém um compromisso firme com a solidez financeira, com ênfase nos indicadores de capital e solvabilidade, essenciais para garantir a capacidade de absorver riscos e assegurar uma operação estável e sustentável a longo prazo. A gestão eficaz e a monitorização contínua da solvabilidade garantem a preparação para enfrentar desafios económicos e financeiros, mantendo a confiança dos associados e das autoridades reguladoras. O capital é o pilar central das operações, assegurando a capacidade de resistir a perdas. A Instituição mantém uma posição de capital sólida e prudente, refletindo uma gestão financeira responsável e um compromisso com a sustentabilidade.

46,3%
Rácio CET 1

O **Rácio de Fundos próprios** é um indicador-chave de solvabilidade, representando o capital em relação aos ativos ponderados pelo risco. Em 31 de dezembro de 2024, o Rácio CET 1 era de 46,3%, significativamente acima do limite de alerta interno de 16% e do limite regulamentar exigido de 4,5%. Este rácio assegura uma posição robusta de capital e uma margem significativa face às exigências do SREP, refletindo a capacidade da Instituição de absorver riscos de forma eficaz.

12,9%
Rácio de Alavancagem

O **Rácio de Alavancagem**, indicador crucial da sustentabilidade operacional que compara os seus Fundos Próprios de nível 1 (*Tier* 1) pelo total das posições em risco, era de 12,9% em 31 de dezembro de 2024, encontrando-se igualmente acima do limite interno definido de 8% e do limite regulamentar de 3%. Este incremento evidencia uma gestão equilibrada entre a expansão das operações e a manutenção de níveis adequados de capital, refletindo a solidez financeira da Caixa Agrícola de Torres Vedras.

46,6%
Total Risk Exposure Amount

Os **Requisitos Mínimos de Fundos Próprios e Passivos Elegíveis**, essenciais para medir a capacidade da Instituição para cobrir o risco total das operações, foram cumpridos em 31 de dezembro de 2024. A CCAMTV manteve-se significativamente acima dos limites estabelecidos, cumprindo com os requisitos do TREA (*Total Risk Exposure Amount*), que apresentou um rácio de 46,6%, muito superior ao limite regulamentar de 8% e ao limite de alerta interno de 15%. Por seu turno, o TEM (*Total Exposure Measure*), apresentou um rácio de 13,0%, também acima do limite regulamentar de 3% e do limite de alerta interno de 5%, evidenciando uma sólida capacidade de gestão financeira e de riscos.

Valores em euros

	Fundos Próprios	Total *Risk Exposure Amount* (TREA) 2	Rácios de Fundos Próprios Totais (1/2)	Limites de alerta	Limites de ativação	Limites Regulamentares
Rácio de Fundos Próprios em 31/12/2024	93 290 536,12	206 490 879,82	45,18%	16,00%	14,00%	4,50%
Rácio de Fundos Próprios em 31/12/2023	85 500 744,54	172 662 494,33	49,52%	16,00%	14,00%	4,50%

	Rácio de Alavancagem	Limites de alerta	Limites de ativação	Limites Regulamentares
Rácio de Alavancagem 31/12/2024	12,77%	8,00%	5,00%	3,00%
Rácio de Alavancagem 31/12/2023	12,38%	8,00%	5,00%	3,00%

Indicadores de Liquidez

A gestão da liquidez é um elemento central na estratégia de riscos da CCAMTV, assegurando a estabilidade financeira e o cumprimento das obrigações regulamentares. A capacidade de gerir eficazmente os recursos líquidos e alinhar o perfil de risco com a estratégia de longo prazo é crucial para mitigar potenciais impactos adversos no contexto económico e de mercado.

O **Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR)** é um indicador-chave que avalia a capacidade da Instituição de suportar saídas líquidas de caixa em cenários de *stress*, num horizonte de 30 dias. O cálculo do LCR tem como numerador os ativos de alta qualidade (*Liquidity buffer*) e como denominador as saídas líquidas de caixa (*Net liquidity outflow*). Em dezembro de 2024, a CCAMTV alcançou um LCR de 727,8%, acima do limite interno definido de 250%, bem como do limite regulamentar de 100%.

A **posição de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA)** foi de 487,7 milhões de euros, muito superior ao limite de alerta de 120 milhões de euros, demonstrando a eficácia da política de gestão de liquidez e a capacidade de enfrentar condições adversas.

No âmbito da gestão estrutural da liquidez, o **Rácio de Financiamento Estável Líquido (NSFR)** avalia a adequação do financiamento de longo prazo em relação aos ativos que exigem financiamento estável. Em dezembro de 2024, o NSFR situou-se em 324,3%, significativamente distante do limite de alerta de 170% e do limite regulamentar de 100%, evidenciando a capacidade da CCAMTV gerir riscos de desalinhamento de maturidades entre ativos e passivos, contribuindo para a sustentabilidade financeira e para a minimização de riscos sistémicos.

	Limites Regulamentares	Limites de alerta	Limites de ativação	**31/12/2024**	31/12/2023
Rácio de Cobertura de Liquidez - LCR	100,00%	250,00%	220,00%	**727,78%**	691,69%
Rácio de Financiamento Estável Líquido	100,00%	170,00%	150,00%	**324,25%**	288,31%

2.13. Factos subsequentes

No período compreendido entre a data de encerramento do exercício e a data de elaboração do presente Relatório e Contas, a Instituição procedeu à análise de eventuais acontecimentos que pudessem ter impacto relevante na sua posição financeira, nos seus resultados ou na continuidade das suas operações.

Neste contexto, informa-se que não ocorreram factos subsequentes relevantes que alterem ou condicionem as demonstrações financeiras agora apresentadas, nem que exijam divulgação adicional nos termos das normas contabilísticas em vigor.

Não se registaram, igualmente, quaisquer eventos que afetem a avaliação da continuidade das operações da Instituição ou que impliquem ajustamentos materiais às contas encerradas em 31 de dezembro de 2024.

Deste modo, confirma-se que não há factos subsequentes a reportar.

2.14. Proposta de aplicação de resultados

Proposta da Administração para a aplicação do saldo da conta de Resultados Transitados

O Conselho de Administração da Caixa Agrícola de Torres Vedras, nos termos dos Estatutos e demais legislação em vigor, vem propor à Digníssima Assembleia Geral a manutenção das seguintes reservas, as quais se juntarão às reservas obrigatórias para a aplicação do saldo da conta de Resultados Transitados:

- Reserva para Mutualismo;
- Reserva Especial para Incorporação em Capital (art. 30.º dos Estatutos);
- Reserva Especial para Reforço de Benefícios Sociais (art. 30.º dos Estatutos).

Propõe o Conselho de Administração que o saldo da conta de Resultados Transitados, no montante de 8 439 525,33 euros (oito milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quinhentos e vinte e cinco euros e trinta e três cêntimos) que inclui: o Lucro do Exercício de 2024, no valor de 8 537 194,68 euros; o valor positivo da realização da Reserva de Reavaliação Legal de Imóveis, no montante de 12 735,62 euros; o valor de 34 156,00 euros referente a mensualização de juros *Overnight* de 2023; o valor de diferença cambial de 2023, no montante de 43 981,03 euros; e o valor de -188 542,00 euros de ativos por impostos diferidos de 2023, tenha a seguinte aplicação:

Valores em euros

Descrição	valor
Reserva Legal	1 840 000,00
Reserva para Educação e Formação Cooperativa	100 000,00
Reserva para Mutualismo	5 000,00
Reserva Especial para incorporação em Capital	6 234 525,33
Reserva para Reforço de Benefícios Sociais	50 000,00
Reserva Livre	250 000,00

Com estes reforços, a Reserva Especial para Incorporação em Capital ficará integrada no montante de 6 234 528,12 euros.

Propõe o Conselho de Administração que, da Reserva Especial, seja retirada a verba de 6 234 525,00 euros para incorporação em Capital, ficando com o saldo de 3,12 euros.

Propõe também o Conselho de Administração transferir a verba de 50 000,00 euros, da Reserva para Reforço de Benefícios Sociais, de forma a cobrir o valor necessário para garantir o complemento da reforma durante o ano 2025, de acordo com o n.º 1, da cláusula 4.ª do Regulamento do Estatuto Social dos Funcionários.

Com a aprovação das anteriores propostas relativamente à aplicação dos Resultados Transitados, e após as respetivas movimentações, a estrutura dos capitais próprios da Caixa Agrícola de Torres Vedras apresentará a seguinte composição:

Valores em euros

Descrição	**Em 31-12-2024**	Após distribuição
Capital realizado	**70 067 335,00**	76 301 860,00
Reserva legal	**22 920 000,00**	24 720 000,00
Reserva para formação e educação cooperativa	**787 000,00**	887 000,00
Reserva para mutualismo	**235 000,00**	240 000,00
Reserva para reforço de benefícios sociais	**1 325 000,00**	1 325 000,00
Reserva especial para incorporação em capital	**2,79**	3,12
Reserva Ativ. Financeiros disponíveis para venda – Títulos	**(1 105 141,06)**	(1 105 141,06)
Reserva de reavaliação – Imóveis	**132 341,33**	132 341,33
Reserva de reavaliação – Fundo de Pensões	**(4 751,07)**	(4 751,07)
Reserva do Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal	**878 988,96**	878 988,96
Reserva livre	**–**	250 000,00
Resultado líquido do exercício	**8 537 194,68**	_
Resultados transitados aprovados	**(97 669,35)**	–
Regulam. Estat. Social Funcionários – Transferência	**–**	50 000,00
Total de Capital	**103 675 301,28**	**103 675 301,28**

2.15. Considerações finais

Nos termos da lei vigente, o Conselho de Administração apresenta o Relatório de Gestão e Contas referente ao exercício de 2024, dando assim cumprimento à sua obrigação estatutária de informar as autoridades, os associados, demais clientes e o público em geral.

Gostaríamos de expressar o nosso sincero reconhecimento, em primeiro lugar, aos nossos associados e clientes e a todos os que, na justa medida do seu contributo, tornaram possível a implementação da estratégia definida e proporcionaram os resultados alcançados. Agradecemos aos órgãos sociais, funcionários e demais colaboradores, bem como aos nossos parceiros de atividade pela sua dedicação e empenho.

Neste contexto, apresentamos à Assembleia Geral o presente Relatório de Gestão e Contas para apreciação, discussão e votação.

Torres Vedras, 31 de março de 2025
O Conselho de Administração

Manuel José da Silva Martins Leite Guerreiro	**José Sebastião Nobre Nunes**	**José Eduardo Jorge Eiras Dias**	**Tomás Correia da Cunha Gois Figueira**